

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 026/2026
Data: 11/02/2026**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
PORTOS BRASILEIROS BATEM RECORDE E MOVIMENTAM 1,4 BILHÃO DE TONELADAS DE CARGAS EM 2025; SANTOS É DESTAQUE	4
TECON SANTOS ESTÁ NO RADAR DA RECÉM-CRIADA UNITED PORTS LLC	5
EXPANSÃO DO PORTO DE SANTOS É AUTORIZADA PELO GOVERNO FEDERAL COM GANHO DE 56% EM ÁREAS TERRESTRES	7
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	8
SETOR AQUAVIÁRIO BRASILEIRO MOVIMENTOU, EM 2025, 1,4 BI DE TONELADAS	8
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	10
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ASSINA PORTARIA QUE REVIS A AMPLIAÇÃO DA POLIGONAL DO PORTO DE SANTOS	10
"EM 2026, SERÃO 40 LEILÕES EM 4 ANOS", AFIRMOU MINISTRO SILVIO COSTA FILHO EM EVENTO PARA INVESTIDORES	12
MINISTRO SILVIO COSTA FILHO FAZ ANÚNCIO DE INVESTIMENTOS PARA AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS NO PALÁCIO DO PLANALTO.....	13
PORTOS BRASILEIROS MOVIMENTAM 1,4 BILHÃO DE TONELADAS EM 2025 E BATEM RECORDE HISTÓRICO	13
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF.....	15
JUSTIÇA SUSPENDE DECISÃO DO TCE-MG E GARANTE TETO NACIONAL DOS EXAMES DA CNH DO BRASIL.....	15
“APORTES EM LOGÍSTICA IMPULSIONAM O CRESCIMENTO DO BRASIL NO ATUAL CENÁRIO MUNDIAL”, DEFENDE RENAN FILHO.....	15
BE NEWS – BRASIL EXPORT.....	17
EDITORIAL – A EXPANSÃO DO TRANSPORTE AÉREO NO NORDESTE	17
OPINIÃO – ARTIGOS - A RETOMADA DA NAVEGAÇÃO NOTURNA E DA COMPETITIVIDADE DOS PORTOS GAÚCHOS	18
NACIONAL - HUB – CURTAS - CÂMARA DEVE VOTAR FIM DA ESCALA 6×1 ATÉ MAIO, AFIRMA HUGO MOTTA.....	19
<i>Fim da escala 6×1.....</i>	<i>19</i>
<i>Quebra de patente.....</i>	<i>19</i>
<i>Impactos.....</i>	<i>19</i>
<i>Articulações.....</i>	<i>20</i>
POLÍTICA - “HÁ DOIS ANSIOSOS NA VIDA: POLÍTICOS E JORNALISTAS”, DIZ ALCKMIN SOBRE ELEIÇÕES	20
POLÍTICA - OPOSIÇÃO TENTA BARRAR DESFILE DE CARNAVAL EM HOMENAGEM A LULA.....	21
POLÍTICA - PEC 6X1 PROMOVE REGRAS RÍGIDAS, DIZ FRENTE PARLAMENTAR	22
POLÍTICA - GLEISI HOFFMANN DEFENDE RAPIDEZ NO DEBATE SOBRE REDUÇÃO DA JORNADA	23
POLÍTICA - BALEIA ROSSI SINALIZA ALINHAMENTO COM TARCÍSIO EM SP	24
POLÍTICA - RELATOR ENVIARÁ PARECER SOBRE MOTIM NA CÂMARA ATÉ O FIM DE FEVEREIRO	25
POLÍTICA - JUSTIÇA DA ITÁLIA NEGA PEDIDO DE ZAMBELLI PARA TROCA DE JUÍZES.....	26
POLÍTICA - COMISSÃO APROVA PEDIDO DE INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE DE BOLSONARO	27
TRANSPORTES – PORTOS - PORTOS BRASILEIROS MOVIMENTAM 1,4 BILHÃO DE TONELADAS EM 2025	27
TRANSPORTES – PORTOS - CERIMÔNIA MARCA HOMENAGEM À PRIMEIRA DIRETORA DA ANTAQ	29
TRANSPORTES - PORTOS - PRÊMIO ANTAQ 2025 DESTACA SOLUÇÕES CLIMÁTICAS NO SETOR	30
TRANSPORTES - PORTOS - APS CELEBRA AMPLIAÇÃO DA POLIGONAL DO PORTO DE SANTOS.....	31
TRANSPORTES - PORTOS - GOVERNO VOLTA A ADIAR LEILÃO DO TECON SANTOS 10 E PROJETA CERTAME PARA MAIO.....	32
TRANSPORTES - RODOVIAS E FERROVIAS - RENAN FILHO APRESENTA BRASIL COMO DESTINO PARA CAPITAL EM INFRAESTRUTURA.....	33
TRANSPORTES - AEROPORTOS - NORDESTE LIDERA EXPANSÃO DO TRANSPORTE AÉREO DOMÉSTICO NA ÚLTIMA DÉCADA	35
PETRÓLEO E GÁS - FPSO P-79 CHEGA AO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS DENTRO DO CRONOGRAMA	36
PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS ELEVA PRODUÇÃO EM 18,6% NO QUARTO TRIMESTRE	37
PETRÓLEO E GÁS - TRANSOCEAN COMPRA VALARIS POR US\$ 5,8 BI E APOSTA NA RETOMADA	38
OPINIÃO – ARTIGOS - ACORDO UE-MERCOSUL: QUANDO A INFRAESTRUTURA SE TORNA TRILHO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL	38
COMÉRCIO EXTERIOR - MERCOSUL-UE: PARLAMENTO EUROPEU APROVA SALVAGUARDAS AGRÍCOLAS.....	40
COMÉRCIO EXTERIOR - MACRON AFIRMA QUE TRATADO INTERNACIONAL É RUIM E MAL NEGOCIADO	41
COMÉRCIO EXTERIOR - DEPUTADO PEDE VISTA E ACORDO SÓ SERÁ VOTADO APÓS O CARNAVAL	42
FINANÇAS - FGC APROVA PLANO PARA COBRIR ROMBO DO MASTER	42
FINANÇAS - INSPEÇÃO NO BC JÁ FOI FEITA E SERÁ ENVIADA A RELATOR, DIZ PRESIDENTE DO TCU	43
FINANÇAS - IBOVESPA FAZ PAUSA E TEM LEVE BAIXA DE 0,17%	44
FINANÇAS - DÓLAR SOBE, MAS SE MANTÉM ABAIXO DE R\$ 5,20	45
JUSTIÇA - BOLSONARO TEM 10 DIAS PARA SE DEFENDER CONTRA PERDA DE PATENTE.....	46



JUSTIÇA - STJ AFASTA MINISTRO MARCO BUZZI, DENUNCIADO POR ASSÉDIO SEXUAL	47
INTERNACIONAL - DOCUMENTO INDICA QUE TRUMP SABIA DOS ABUSOS DE EPSTEIN	47
INTERNACIONAL - GRÉCIA BARRA SANÇÕES DA UE E AJUDA 'FROTA SOMBRA' DA RÚSSIA, DIZ ANALISTA	48

JORNAL O GLOBO – RJ..... 49

PETROBRAS: PRODUÇÃO DE PETRÓLEO SOBE 10,8%, E EXPORTAÇÕES BATEM RECORDE EM 2025.....	49
PESQUISA GENIAL/QUAEST APONTA REDUÇÃO DE VANTAGEM DE LULA PARA FLÁVIO BOLSONARO NA ELEIÇÃO DE 2026	50
DESCONFIANÇA GLOBAL, AÇÃO DA CHINA, FLUXO DE CAPITAL PARA O BRASIL: O QUE EXPLICA A QUEDA DO DÓLAR?	52
VOLVO ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 2,5 BILHÕES NO BRASIL; VENDAS DE CAMINHÕES E ÔNIBUS MANTÊM QUEDA	55

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP 56

CASO MASTER: MINISTRO DO TCU RESTRINGE ACESSO DO BC A PROCESSO APÓS PARECER FAVORÁVEL À AUTARQUIA	56
TÉCNICOS DO BANCO CENTRAL QUEREM AUMENTAR PROTEÇÃO LEGAL A SERVIDORES APÓS LIQUIDAÇÃO DO MASTER	57
GOVERNO ANUNCIA R\$ 5,7 BI PARA 11 AEROPORTOS ADMINISTRADOS PELA CONCESSIONÁRIA DE CONGONHAS.....	58
GOVERNO LIBERA SETORES ESTRATÉGICOS DO PRÉ-SAL PARA MAIOR LEILÃO DO REGIME DE PARTILHA	59
CASO MASTER: MINISTRO DO TCU RESTRINGE ACESSO DO BC A PROCESSO APÓS PARECER FAVORÁVEL À AUTARQUIA	60
PRESIDENTE DE FUNDO DO AMAPÁ INVESTIGADO POR APORTE NO MASTER RENUNCIA AO CARGO.....	61

VALOR ECONÔMICO (SP)..... 62

GOVERNO MONITORA RESERVATÓRIOS DO SETOR ELÉTRICO, MAS ESPECIALISTAS DIZEM QUE SITUAÇÃO REQUER CAUTELA..	62
EXPORTAÇÕES AOS EUA CAEM PELO SEXTO MÊS CONSECUTIVO, AFIRMA AMCHAM BRASIL.....	64
LEILÃO DE MEGATERMINAL DE SANTOS DEVE FICAR PARA MAIO, PREVÊ MINISTRO	64
JAPÃO LANÇA PROJETOS PARA INSTALAR DATA CENTERS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO MAR	65

PORTAL PORTOS E NAVIOS..... 67

BRASIL, MÉXICO E CHILE SÃO DESTAQUES DA AL EM ÍNDICE QUE AVALIA CENÁRIO LOGÍSTICO GLOBAL	67
SCHOTTEL FORNECERÁ PROPULSORES PARA NAVIO DA AUTORIDADE DE FARÓIS DA ESCÓCIA E IRLANDA	68
DP WORLD ASSUMIRÁ OPERAÇÃO LOGÍSTICA DE ARMAZÉM DA SUZANO NO ES.....	68
JUSTIÇA DE SANTOS MANTÉM SUSPENSÃO DE EDITAL PARA CONDOMÍNIO LOGÍSTICO	69
CONTRATO DO LOTE COM 3 NOVOS GASEIROS DA TRANSPETRO SERÁ FIRMADO COM ESTALEIRO CHINÊS	70
GOVERNO AUTORIZA 17 MILHÕES M² DE AMPLIAÇÃO DA POLIGONAL DE SANTOS, 56% DE AUMENTO DAS ÁREAS TERRESTRES	71
HAPAG-LLOYD REGISTRA RECEITA DE US\$ 21 BILHÕES EM 2025	72
EXPORTAÇÃO DE CAFÉ CAI 31% EM JANEIRO E FECHA EM 2,8 MILHÕES DE SACAS	72
ANTAQ PROJETA MOVIMENTAÇÃO DE 18 MILHÕES DE TEUs EM 2030	73
PORTOS BRASILEIROS MOVIMENTARAM 1,4 BILHÃO DE TONELADAS EM 2025, CRESCIMENTO DE 6%	74

MERCOSHIPING MARÍTIMA LTDA 75

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM	76
---	----



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTOS BRASILEIROS BATEM RECORDE E MOVIMENTAM 1,4 BILHÃO DE TONELADAS DE CARGAS EM 2025; SANTOS É DESTAQUE

Alta de 6,1% em relação a 2024 é a maior da série; resultado foi apresentado nesta terça-feira (10) pela Antaq e aponta tendência de crescimento para 2026

Da ATribuna.com.br 11 de fevereiro de 2026



Houve movimentação recorde das cargas containerizadas em 2025, com 164,6 milhões de toneladas, crescimento de 7,2% em comparação a 2024 (Alexsander Ferraz/AT)

Os portos brasileiros movimentaram 1,4 bilhão de toneladas de cargas ao longo do ano passado. O volume representa um recorde e crescimento de 6,1% em relação a 2024, que registrou 1,32 bilhão de toneladas. Os dados

são do Desempenho Aquaviário 2025, apresentado nesta terça-feira (10) pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

O ano passado se encerrou com um desempenho elevado em dezembro. A movimentação de cargas saltou 14,2% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, totalizando 119 milhões de toneladas em 30 dias, o que sinaliza uma tendência de alta para 2026.

“É mais um recorde no setor aquaviário. Não se trata de um bom momento pontual, mas de uma trajetória de crescimento do setor que reflete a maturidade institucional do País e da atuação da Antaq”, disse o diretor-geral da Antaq, Frederico Dias. “Ao divulgar esses números, a Agência reforça seu papel técnico de fornecer informações úteis e confiáveis para que o setor privado possa planejar e tomar as melhores decisões”, completou.

Contêineres

Houve ainda movimentação recorde das cargas containerizadas: foram 164,6 milhões de toneladas, um crescimento de 7,2% quando comparado com o mesmo período de 2024.

Em TEU (unidade de medida de um contêiner padrão de 20 pés), a movimentação chegou a 15,3 milhões, com crescimento de 10,2%. Desse total, 10,4 milhões foram movimentados em longo curso (navegação entre países) e 4,8 milhões por cabotagem (dentro do Brasil).

Em relação à carga geral solta, a movimentação atingiu 65,8 milhões de toneladas, um crescimento de 0,8%. Os graneis sólidos movimentaram 839,7 milhões de toneladas de cargas (aumento de 6,3%) e os graneis líquidos chegaram a 333 milhões de toneladas de cargas (alta de 6,1% quando comparado a 2024).

Os números mostram um cenário de crescimento consistente ao longo do tempo. Nos últimos 15 anos, a movimentação de cargas no Brasil cresceu 67%, saindo de 840 milhões para o atual patamar de 1,4 bilhão de toneladas.

Política

O secretário nacional de Portos, Alex Ávila, destacou o resultado do setor portuário para a economia e o setor produtivo nacional, sobretudo no agronegócio.

“Esse recorde não é obra do acaso, mas fruto de um ambiente de estabilidade e segurança jurídica que construímos”

TUPs têm crescimento acentuado

Os dados do Anuário 2025 da Antaq mostram um crescimento mais acentuado na movimentação nos Terminais de Uso Privado (TUPs), de 7% (906,1 milhões de toneladas), enquanto nos portos públicos a alta foi de 4,5% (497 milhões de toneladas).

O Porto de Santos se manteve como a instalação pública com a maior movimentação de cargas do País. Em 2025, o cais santista movimentou 142,8 milhões de toneladas, volume 3% superior ao registrado em 2024.

Mercadorias

Entre as mercadorias, o agronegócio segue como protagonista absoluto. A soja registrou um crescimento expressivo, de 14%, totalizando 139,7 milhões de toneladas escoadas. Na outra ponta da cadeia, a importação de adubos e fertilizantes cresceu 10% (49,3 milhões de toneladas), sinalizando que os produtores estão aumentando os investimentos na preparação das próximas safras. Outro destaque foi a movimentação de gás de petróleo, que avançou 10,4%, somando 5,8 milhões de toneladas.

Despedida

Ao final do evento de divulgação dos números, houve a cerimônia de despedida da diretora Flávia Takafashi. Ela deixa o cargo oficialmente no dia 18 deste mês. A advogada e mestre em Direito voltará ao seu cargo de origem, especialista em regulação de transportes aquaviários, após cinco anos de liderança.

Flávia é a primeira mulher indicada pela Presidência da República a ocupar a diretoria da Antaq. “Eu me despeço com gratidão do cargo de diretora da Antaq, agência que tanto representa para o Brasil e para a economia do País. O setor portuário e aquaviário é um vetor de competitividade, integração e soberania capaz de conectar o Brasil ao mundo e gerar desenvolvimento econômico e social em escala nacional”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 11/02/2026

TECON SANTOS ESTÁ NO RADAR DA RECÉM-CRIADA UNITED PORTS LLC

Trata-se de uma joint venture fruto da aliança entre CMA CGM e a empresa global de investimentos Stonepeak

Por Bárbara Farias 10 de fevereiro de 2026



Santos Brasil, na Margem Esquerda, quer expandir capacidade operacional dos atuais 2,7 milhões para 3 milhões de contêineres este ano (Alexsander Ferraz/AT)

Maior terminal de contêineres da América Latina, o Tecon Santos, operado pela Santos Brasil no Porto de Santos, é um dos ativos que serão beneficiados pela recém-criada joint venture (aliança empresarial) United Ports LLC. Ela é fruto da parceria firmada entre duas gigantes globais, a armadora CMA CGM, controladora da Santos Brasil, e a Stonepeak, gestora de investimentos em infraestrutura. O negócio foi comunicado ao mercado há pouco mais de uma semana.



A Stonepeak investirá aproximadamente R\$ 12 bilhões para adquirir uma participação minoritária de 25% na joint venture que abrange dez terminais que a CMA CGM opera em seis países (Brasil, Estados Unidos, Espanha, Índia, Taiwan, Vietnã).

Segundo o CEO do Grupo CMA CGM, Rodolphe Saadé, ao unir forças com um parceiro com forte expertise em infraestrutura, “fortalecemos nossa capacidade de investir ainda mais em nossos terminais portuários”.

O diretor-executivo da Stonepeak, James Wyper, destacou que os terminais de contêineres desempenham um papel essencial no comércio global e estão entre os ativos de infraestrutura de transporte mais difíceis de substituir ou replicar. “Essa joint venture representa uma oportunidade verdadeiramente diferenciada de investir em um portfólio de alta qualidade de terminais estrategicamente localizados”.

Em comunicado ao mercado, a Santos Brasil esclareceu que “não é parte direta da operação anunciada, não há alteração no controle da Santos Brasil Participações S.A. e não há impacto imediato em suas operações, governança ou contratos vigentes”.

A empresa informou ainda que eventuais desdobramentos da constituição da joint venture e da aquisição de participação nos ativos portuários estarão sujeitos à obtenção, dentre outros, de aprovações regulatórias aplicáveis. “A companhia manterá o mercado devidamente informado a respeito de desenvolvimentos relevantes sobre o tema”.

Opiniões

O consultor portuário Ivam Jardim avalia que os impactos para o Tecon Santos podem ser positivos do ponto de vista de capacidade de investimento. “A Stonepeak, como gestora global de infraestrutura, entra justamente para aportar capital de longo prazo e dar fôlego financeiro à CMA CGM, que realizou aquisições e investimentos relevantes recentemente no Brasil e em outros mercados”.

Na prática, opina Ivam, isso pode significar a antecipação da execução dos investimentos já previstos para a Santos Brasil e até a viabilização de novos projetos de expansão de capacidade. “Ao reduzir o ciclo de investimento e garantir recursos disponíveis, o terminal pode crescer de forma mais célere, ganhar escala operacional e se tornar ainda mais competitivo e ágil no atendimento ao comércio exterior brasileiro”, complementou.

Para o consultor portuário Luis Claudio Montenegro, a joint venture é um sinal claro do movimento estrutural em curso no setor portuário global. “Grandes armadores vêm aprofundando sua integração vertical, combinando operação portuária com capital financeiro de longo prazo, em busca de escala, eficiência e maior previsibilidade logística”, diz ele, destacando que esse “não é um movimento conjuntural, mas uma aposta estratégica na infraestrutura como ativo central do comércio internacional”.

Montenegro comentou que no Brasil, esse movimento ganha relevância por envolver o Porto de Santos e o Tecon Santos. “Em condições adequadas, esse tipo de arranjo tende a impulsionar investimentos em capacidade, tecnologia e produtividade, com efeitos positivos sobre custos logísticos, confiabilidade operacional e competitividade do comércio exterior brasileiro”.

O consultor observou que a joint venture entre a CMACGM e a Stonepeak pode representar uma oportunidade relevante para o Porto de Santos e para o Brasil no comércio internacional. “O risco não está na integração vertical ou na atuação de operadores incumbentes, mas na adoção de barreiras regulatórias que acabem travando investimentos, reduzindo a competição e deixando bilhões parados em um momento em que o País precisa exatamente do contrário: mais escala, mais eficiência e maior inserção nas cadeias globais de comércio”.

EXPANSÃO DO PORTO DE SANTOS É AUTORIZADA PELO GOVERNO FEDERAL COM GANHO DE 56% EM ÁREAS TERRESTRES

Portaria publicada no Diário Oficial indica ampliação da poligonal em até 17,2 milhões de metros quadrados; área atual é de 7,8 milhões de m²

Por Bárbara Farias 10 de fevereiro de 2026



Ministério de Portos e Aeroportos autorizou expansão da poligonal do Porto de Santos em até 17,2 milhões de m² (Alexsander Ferraz/ AT)

O Porto Organizado de Santos incorporou mais 5,2 quilômetros quadrados (km²) de área, passando para o total de 14,5 km², ampliando a extensão territorial em 56%. A expansão foi autorizada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). A portaria, assinada pelo ministro Silvio Costa Filho, foi publicada nesta terça-feira (10) no

Diário Oficial da União (DOU).

A autorização atende parcialmente ao pedido da Autoridade Portuária de Santos (APS), que reivindica aumento para 20,4 km². Segundo explicou a APS, a área atual da poligonal do Porto já havia sido recalculada recentemente por técnicos da gestora do cais, de 7,8 km² para 9,3 km², sem novos espaços. Com a incorporação de mais 5,2 km², totalizou 14,5 km² de espaço terrestre.

A portaria também engloba áreas aquaviárias: a área aquática aumentou de 355,2 km² para 367,2 km². Com isso, a área molhada total utilizada pelo cais santista foi ampliada de 383,8 km² para 401 km².

“O aumento inclui áreas terrestres — região do Largo do Caneu, Monte Cabrão e Alemoa — e no mar, como as áreas de fundeio e de deposição de resíduos de dragagem”, informou a gestora portuária, em nota.

Para o presidente da APS, Anderson Pomini, apesar de parcial, a expansão é uma conquista. “É uma ampliação que permite preparar o Porto para as próximas décadas, tendo em vista o aumento da movimentação de cargas. Com isso, será possível atrair novos investimentos, gerar empregos e tornar o Porto mais eficiente, contribuindo para a economia do Brasil”, afirmou.

Segundo ele, a APS pretende ampliar a capacidade das operações portuárias nas áreas incluídas, atrair investimentos em operações e infraestrutura. “E, assim, gerar empregos e atender ao crescimento do comércio exterior do Brasil”.

De acordo com a administração portuária, ainda não há um cronograma e detalhamento sobre usos e destinações das áreas anexadas.

Pedido de expansão

A Autoridade Portuária encaminhou o pedido de expansão da área do Porto para até 20,4 km² ao MPor em 2024. Conforme a APS, a solicitação foi encaminhada com documentação anexada justificando a necessidade e viabilidade do aumento de área terrestre.

Em 2025, o Ministério realizou consulta pública sobre o tema e, após análises, assinou, nesta terça-feira (10), a portaria autorizando a expansão parcial.

Áreas prioritárias

Contudo, as áreas consideradas prioritárias pela APS não foram incluídas nesta primeira etapa, como a Vila dos Criadores, na Alemoa, em Santos; o Ecopátio, em Cubatão; e um território de 6,2 milhões de m², na Área Continental de São Vicente.

“A ampliação poderá ser ainda maior, já que o Ministério de Portos ainda realiza a avaliação de algumas áreas sugeridas pela APS para inclusão na poligonal”, afirmou o presidente do Porto de Santos.

A Vila dos Criadores, de 420 mil m², é a área mais visada. Contudo, trata-se de um terreno contaminado pelo antigo lixão e ocupado por cerca de 5 mil pessoas. Localizada junto ao Rio Casqueiro, no limite entre Santos e Cubatão, a área está envolvida em um imbróglio jurídico que se arrasta há 23 anos.

São Vicente

Em janeiro do ano passado, a Prefeitura de São Vicente ofertou à APS um espaço verde localizado na Área Continental, de 6,2 milhões de m². A região equivale a 574 campos de futebol e fica entre o Conjunto Residencial Humaitá e a margem do Rio Santana, próximo ao km 280 da Rodovia Padre Manuel da Nóbrega.

O Município também ofereceu o Porto de Naus, ruína histórica situada sobre uma área de 850 mil m².

A Tribuna procurou o MPor para mais esclarecimentos sobre a ampliação da área portuária, mas não houve resposta.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 11/02/2026



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

SETOR AQUAVIÁRIO BRASILEIRO MOVIMENTOU, EM 2025, 1,4 BI DE TONELADAS

Dados do ano passado estão consolidados no Painel Estatístico da ANTAQ



Desempenho Aquaviário 2025, divulgado nesta terça-feira (10), na sede da autarquia, em Brasília/DF.

Brasília 10/02/2026 – Os dados estatísticos que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) apresenta para o ano de 2025 mostram um crescimento significativo nos índices quando comparado ao mesmo período de 2024. Números registrados entre janeiro e dezembro de 2025 trazem uma movimentação de 1,4 bilhão de toneladas de cargas, enquanto que, no ano retrasado, esse mesmo dado foi de 1,32 bilhão - representando um crescimento, portanto, de 6,1%. Essas são as informações do

Em seu discurso de abertura, o diretor-geral da ANTAQ, Frederico Dias, destacou a importância do Painel: “É mais um recorde no setor aquaviário. Não se trata de um bom momento pontual, mas de uma trajetória de crescimento do setor, que reflete a maturidade institucional do país e da atuação da ANTAQ”. E completou: “Ao divulgar esses números, a Agência reforça seu papel técnico de fornecer informações úteis e confiáveis para que o setor privado possa planejar e tomar as melhores decisões”.

Movimentação de mercadorias

Desde o início da série histórica do Estatístico Aquaviário da ANTAQ, o minério de ferro ocupa a primeira posição em mercadorias exportadas por peso bruto. Em 2025, foram movimentadas 425,8 milhões de toneladas desse produto, sendo que, desses, 406,2 milhões embarcadas no longo curso. Além do minério de ferro, ênfase também para soja, com movimentação de 139,7 milhões de toneladas e crescimento de 14% a mais em relação a 2024, para o gás de petróleo, com 5,8 milhões de toneladas movimentadas e crescimento de 10,4% e, ainda, adubos (fertilizantes), com 49,3 milhões de toneladas, representando um aumento de 10% no comparativo 2024-2025.



O mês de dezembro de 2025 teve seu registro finalizado agora em fevereiro de 2026, junto com o fechamento do balanço anual: 119 milhões de toneladas movimentadas, um aumento de 14,2% em comparação ao mesmo período de 2024.

Recorde nos portos

Os portos públicos cresceram 4,5% e chegaram a 497 milhões de toneladas de cargas. Merece destaque aquele que teve maior crescimento relativo entre as 20 instalações portuárias com maiores movimentações: Porto de Santarém (PA), com 18,5 milhões de toneladas movimentadas, representando uma alta de 13,2% em comparação a 2024.

O Porto de Santos (SP) manteve-se como a instalação pública com a maior movimentação de cargas do país. Em 2025, o porto paulista movimentou 142,8 milhões de toneladas, volume 3% superior ao registrado em 2024.

Consolidação de contêineres

Movimentação recorde das cargas containerizadas: foram 164,6 milhões de toneladas, um crescimento de 7,2% quando comparado com o mesmo período de 2024.

Em TEUs, a movimentação chegou a 15,3 milhões, com crescimento de 10,2%. Desse total, 10,4 milhões foram movimentados em longo curso e 4,8 milhões por cabotagem.

Cargas e Navegação

Em relação à carga geral solta, a movimentação atingiu 65,8 milhões de toneladas, um crescimento de 0,8%. Os graneis sólidos movimentaram 839,7 milhões de toneladas de cargas (aumento de 6,3%) e os graneis líquidos chegaram a 333 milhões de toneladas de cargas (aumento de 6,1% quando comparado à 2024).

Já a movimentação de cargas de longo curso foi de 1,01 bilhão de toneladas no ano de 2025 (+6%). A cabotagem alcançou uma movimentação de 303,7 milhões de toneladas (+3,4%), enquanto que a navegação interior chegou a 91,3 milhões de toneladas, um crescimento de 19,7% no comparativo 2024-2025.

Terminais Privados

Os terminais autorizados alcançaram uma movimentação de 906,1 milhões de toneladas de cargas - um aumento de 7% se comparado ao mesmo período de 2024. Na categoria, destaque para Porto Sudeste do Brasil S/A (RJ), que deteve o maior crescimento relativo entre as 20 instalações com maior movimentação em 2025: 30,6 milhões de toneladas e aumento de 23,8%.

O Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (MA), apesar da queda de 2% na movimentação em comparação com 2024, permaneceu como o TUP com maior volume movimentado em 2025, ao alcançar 172,4 milhões de toneladas.

Movimentação Futura

A ANTAQ divulgou a expectativa de movimentação portuária para os próximos anos. Os estudos indicam que a movimentação alcançará 1,44 bilhão de toneladas em 2026, um crescimento de 2,7% em relação a 2025.

A Agência espera que a tendência de alta na movimentação portuária continue pelos próximos anos. Em 2030, estima-se que o setor portuário nacional movimente 1,59 bilhão de toneladas.

Painel Estatístico

O Painel Estatístico Aquaviário está disponível no site da Agência para consulta dos indicadores por tipo de operação, perfis de carga, instalações portuárias e muitos outros filtros. O recurso também pode ser acessado por smartphones e tablets.

Prêmio ANTAQ

Hoje (10), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) também realizará a 10ª edição do Prêmio ANTAQ - iniciativa que reconhece e incentiva estudos, projetos e boas práticas voltados à melhoria da prestação dos serviços de transportes aquaviários à sociedade. A cerimônia acontecerá às 19h e será transmitida pelo perfil da Agência no Instagram.

Nessa edição, a principal novidade é a criação da categoria Conexão Hidroviária, que se soma às já tradicionais Desempenho Ambiental (IDA), Artigos Técnico-Científicos, Iniciativas Inovadoras e Gênero e Diversidade.

Ao longo de suas edições, o Prêmio ANTAQ tem se consolidado como um importante instrumento de estímulo à produção técnico-científica, à inovação e à adoção de boas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG), contribuindo para o aprimoramento da regulação, da operação e da gestão do setor aquaviário brasileiro.

Despedida da Flávia Takafashi

Ao final do evento, houve a cerimônia de despedida da Flávia Takafashi. Servidora da Agência desde 2010, Flávia Moraes Lopes Takafashi deixa o cargo de diretora da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ), oficialmente, dia 18 deste mês. A advogada e mestre em Direito voltará ao seu cargo de origem, Especialista em Regulação de Transportes Aquaviários, após cinco anos de liderança.

Flávia é a primeira mulher indicada pela Presidência da República a ocupar a diretoria da Antaq. Sua gestão foi marcada pela abertura de diálogos, avanços em projetos e decisões técnicas acertivas - sem contar com a relevante atuação e preocupação com a representatividade feminina no setor aquaviário, área predominantemente masculina. Que para o lançamento do Guia de Enfrentamento ao Assédio, um trabalho inédito de relevância que, em 2023, proporcionou à Agência um prêmio da Organização Marítima Internacional (IMO).

“Eu me despeço com gratidão do cargo de diretora da ANTAQ, Agência que tanto representa para o Brasil e para a economia do país. O setor portuário e aquaviário é um vetor de competitividade, integração e soberania capaz de conectar o Brasil ao mundo e gerar desenvolvimento econômico e social em escala nacional. Aprendi que uma boa caminhada se constrói pelo somatório de histórias - e cada uma delas que compartilhamos é uma semente de mudança”, disse Flávia.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 11/02/2026



Presidência da República

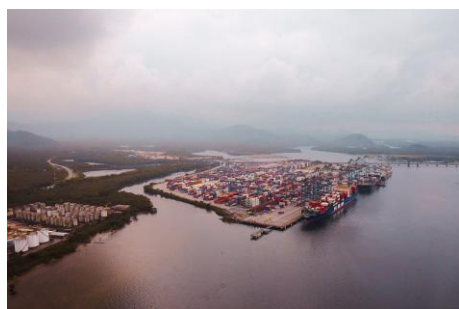


Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO ASSINA PORTARIA QUE REVIS A AMPLIAÇÃO DA POLIGONAL DO PORTO DE SANTOS

Medida fortalece a relação porto-cidade, amplia a segurança jurídica e incorpora cerca de 17,2 milhões de m² à área do porto



Porto de Santos - Vosmar Rosa

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinou, na segunda-feira (9), a Portaria GM - MPor nº 5, que revisa a área do Porto Organizado de Santos. Além de fortalecer a relação porto-cidade, a medida amplia em 17,2 milhões de m² a área do Porto de Santos, sendo 4,8 milhões de m² de áreas terrestres e 12,4 milhões m² de áreas aquáticas. As inclusões abrangem áreas



localizadas na região do Caneu, no bairro Monte Cabrão, na Alemoa, à montante das áreas SSZ49, na área adjacente ao terminal STS08A, e a atualização das áreas de fundeio de embarcações decorrentes de ajustes promovidos pela Marinha do Brasil.

A poligonal define os limites físicos e administrativos do porto organizado, delimitando as áreas sob sua jurisdição. A redefinição do seu desenho, solicitada pela Autoridade Portuária de Santos (APS) e deliberada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), tem como objetivo conduzir um planejamento portuário mais eficiente e assertivo, alinhado às diretrizes de eficiência operacional e de integração porto-cidade. A ampliação busca incorporar novas áreas estratégicas, garantindo maior segurança jurídica, melhor ordenamento territorial e capacidade de resposta ao crescimento da demanda portuária.

Segundo o ministro Silvío Costa Filho, a assinatura da revisão da poligonal do Porto de Santos representa um avanço estratégico para o planejamento e a expansão do maior porto do país.

“A revisão da poligonal do Porto de Santos atende a um pleito técnico da Autoridade Portuária e cria condições concretas para o crescimento organizado do Porto. Estamos incorporando cerca de 17 milhões de metros quadrados, o que permite ampliar a capacidade operacional, planejar novos investimentos e preparar o Porto para atender à demanda futura. É uma medida alinhada às diretrizes de eficiência operacional e de integração porto-cidade. Ganha o Porto de Santos, ganha São Paulo e ganha o Brasil.”

Para o secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, a revisão e ampliação da poligonal representa um passo estratégico para o futuro do complexo portuário. Segundo ele, ao incorporar novas áreas ao perímetro do porto organizado, o poder público cria condições concretas para o crescimento planejado do Porto, abrindo espaço para o desenvolvimento de novos projetos, concessões e arrendamentos, capazes de ampliar a capacidade operacional do terminal.

“Quando ampliamos a poligonal, estamos dizendo à comunidade portuária que o Porto tem mais oportunidades para crescer. São áreas que passam a permitir novos investimentos, novos projetos e a expansão da infraestrutura. De forma objetiva, estamos falando de aumento de capacidade nos médio e longo prazos, para atender à demanda prevista para o Porto de Santos nos próximos anos”, destacou o secretário.

Benefícios

As ampliações trazem diversos benefícios para a região, como a viabilização da implantação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) e de novas infraestruturas, preferencialmente em áreas livres (greenfield), voltadas ao desenvolvimento de atividades retroportuárias, de apoio portuário e logístico. Também permitem a expansão das atividades da APS no segmento de graneis líquidos, além de assegurar espaço navegável em frente ao berço AL05, viabilizando a dragagem de manutenção sob responsabilidade da Autoridade Portuária.

Em relação aos trechos solicitados pela APS que não foram contemplados nesta etapa de revisão da poligonal, o MPor destaca que as análises e discussões sobre o tema não estão encerradas. Os trechos não incluídos poderão ser objeto de uma nova etapa de revisão, condicionada à conclusão dos debates e das análises técnicas e jurídicas necessárias para a tomada de decisão final quanto à eventual incorporação dessas áreas ao perímetro do porto organizado de Santos.

Confira mais detalhes sobre os principais trechos incluídos na área do porto organizado:

- Áreas localizadas na região do Caneu, Santos (margem esquerda), com a inclusão de 6,84 milhões de m² de áreas, com vistas à implantação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE);
- Áreas localizadas no bairro Monte Cabrão, Santos (margem esquerda), com a inclusão de 184,54 mil m² de áreas, para a implantação de novas infraestruturas, preferencialmente em áreas

livres/greenfield, visando ao desenvolvimento de atividades retroportuárias, de apoio portuário e logístico;

- Área localizada na Alemoa à montante da área SSZ 49 (situada a oeste dos terminais STS08/STS08A), Santos (margem direita), com inclusão de 114 mil m² de áreas terrestres, com a finalidade de expansão das atividades da APS relacionadas ao segmento de grãos líquidos;
- Área adjacente ao terminal STS08A, Santos (margem direita), com inclusão de 95,3 mil m² de áreas aquáticas, que tem por finalidade possibilitar a operação dos futuros berços AL05 e AL06, assegurando espaço navegável em frente ao berço AL05 e permitindo a dragagem de manutenção sob responsabilidade da APS.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 10/02/2026

"EM 2026, SERÃO 40 LEILÕES EM 4 ANOS", AFIRMOU MINISTRO SILVIO COSTA FILHO EM EVENTO PARA INVESTIDORES

Para uma plateia formada por empresários e autoridades, ministro falou sobre os desafios e as oportunidades do setor para os próximos anos



Costa Filho destacou os desafios e as oportunidades do setor para os próximos anos - Foto: Jonilton Lima/MPor

As perspectivas para os modais de transportes foi tema do CEO Conference 2026, evento promovido pelo BTG Pactual, que reúne lideranças nacionais e internacionais para debater estratégias sobre o futuro do mercado. Durante o encontro, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, fez um balanço das entregas de seu mandato e anunciou as metas deste ano para portos, aeroportos e hidrovias. “Vamos fechar 2026 com 40 leilões realizados em 4 anos. Isso é uma demonstração clara do governo na busca por quem produz. Quem defende o trabalhador é quem gera emprego e quem produz riqueza no Brasil”, afirmou o ministro.

Durante sua apresentação, Costa Filho destacou as duas principais concessões no setor portuário que serão realizadas neste ano de 2026, o Tecon Santos 10, considerado o maior da história do Brasil, e o leilão do Porto São Sebastião (SP).

Para se ter uma ideia do volume superior de investimentos, o ministro fez uma comparação com os dados do governo passado. “Em quatro anos da gestão anterior, nós tivemos de projetos aprovados de concessões o equivalente a R\$ 5 bilhões em investimentos. Em três anos do governo do presidente Lula, nós já vamos em mais de R\$ 30 bilhões em concessões no Brasil”, destacou.

Balanço e resultados alcançados

O ministro também ressaltou os resultados recordes alcançados pelo Ministério de Portos e Aeroportos nos últimos anos, destacando que 2024 e 2025 foram os melhores do país, em termos de concessões realizadas, em portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, petróleo, gás e saneamento.

“Hoje, nós temos mais de R\$ 500 bilhões em contratos assinados em todas as áreas de concessões. É por isso que, cada vez mais a gente tem que desburocratizar, criar um melhor ambiente para o empreendedor porque o Brasil tem a democracia fortalecida, instituições funcionando e o mundo observando nosso país como uma grande janela de oportunidades e é por isso que temos procurado avançar bem no setor da aviação. A gente espera manter a empregabilidade em 5.4%”, ressaltou.

Em dois dias de debate, autoridades do Brasil e do exterior presentes na CEO Conference 2026 discutem o cenário macroeconômico global e brasileiro, o papel do Congresso e do Tribunal de Contas da União (TCU) em ano eleitoral, o futuro da infraestrutura, os desafios e as oportunidades do setor energético, e estratégias de investimento para 2026.

Além do ministro Silvio Costa Filho, o evento contou com a participação do ministro do Transportes, Renan Filho, no painel sobre o futuro da infraestrutura no Brasil.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 11/02/2026

MINISTRO SILVIO COSTA FILHO FAZ ANÚNCIO DE INVESTIMENTOS PARA AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS NO PALÁCIO DO PLANALTO

Ao lado do presidente Lula, ministro anuncia mais R\$ 4 bilhões para a expansão, manutenção e modernização de 11 aeroportos

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participa, nesta quarta-feira (11), ao lado do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, da cerimônia de anúncio do Plano de Investimentos em Ampliação e Modernização de Aeroportos. No total, serão investidos R\$ 4,64 bilhões para a expansão, manutenção e modernização de 11 aeroportos em quatro estados.

O projeto tem financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O objetivo é elevar a capacidade operacional aeroportuária, em especial, do Aeroporto de Congonhas (SP), que passará de uma capacidade de 29 milhões para mais de 40 milhões de passageiros por ano. Os investimentos também contemplam terminais nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Pará, conectando áreas produtivas do interior a grandes centros.

Participam do evento o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, e o diretor-presidente da Aena Brasil, Santiago Yus.

Credenciamento

Os interessados na cobertura do evento poderão solicitar credenciamento diário no Sistema da Presidência da República. Também será aceita a credencial anual de 2025 do Palácio do Planalto.

Serviço

O quê: Cerimônia de anúncio do Plano de Investimentos em Ampliação e Modernização de Aeroportos

Quando: Quarta-feira, 11 de fevereiro

Horário: 11 horas

Onde: Palácio do Planalto, Brasília (DF).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 11/02/2026

PORTOS BRASILEIROS MOVIMENTAM 1,4 BILHÃO DE TONELADAS EM 2025 E BATEM RECORDE HISTÓRICO

Dados apresentados pela Antaq nesta terça-feira (10) confirmam crescimento de 6,1% no ano; setor vive ciclo de expansão com aceleração de leilões e investimentos



A movimentação nos portos do Brasil cresceu 67% em 15 anos - Foto: Vosmar Rosa/MPor

O setor portuário brasileiro alcançou uma marca histórica. O Desempenho Aquaviário 2025, apresentado nesta terça-feira (10) pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), mostrou que os portos nacionais movimentaram 1,4 bilhão de toneladas ao longo do ano passado. O volume representa um crescimento de 6,1% em relação a 2024 e reflete o aquecimento do comércio exterior e a capacidade de resposta da infraestrutura

logística do país.

A apresentação dos dados foi feita pelo diretor-geral da Antaq, Frederico Dias. O evento contou com a presença do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, parlamentares e lideranças do segmento. Representando o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), estiveram o secretário nacional de Portos, Alex Ávila; a secretária-executiva adjunta, Thayrine Oliveira; e o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Luiz Burlier.

O ano passado se encerrou com um desempenho elevado em dezembro. A movimentação de cargas saltou 14,2% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, totalizando 119 milhões de toneladas em trinta dias, o que sinaliza uma tendência de alta para 2026.

Crescimento consistente

Os números representam um cenário de crescimento consistente ao longo dos anos. Nos últimos 15 anos, a movimentação de cargas no Brasil cresceu 67%, saindo de 840 milhões para o atual patamar de 1,4 bilhão de toneladas.

Durante o evento, o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, destacou que esse resultado valida a política de Estado para o setor. "Sabemos da relevância e da pujança que o setor portuário tem para a economia e para todo o setor produtivo nacional, sobretudo no agronegócio. Esse recorde não é obra do acaso, mas fruto de um ambiente de estabilidade e segurança jurídica que construímos. Hoje, temos um modelo maduro, que atrai o investidor e garante que a nossa infraestrutura acompanhe a velocidade da produção brasileira", afirmou.

"Esse recorde não é obra do acaso, mas fruto de um ambiente de estabilidade e segurança jurídica que construímos" Alex Ávila

O diretor-geral da Antaq, Frederico Dias, reforçou que a precisão dos dados traz transparência ao mercado. "Hoje é dia de celebrar mais um recorde, que não é apenas um momento pontual, mas o reflexo de uma trajetória de crescimento consistente e da maturidade institucional do país. Os bons números são o melhor termômetro de que estamos cumprindo nosso papel. Ao divulgar esses dados, a Antaq reforça sua missão técnica de fornecer informações confiáveis para que o setor privado possa planejar investimentos e o poder público formular políticas consistentes, baseadas em evidências", disse.

Destaques nas movimentações

Os dados do Anuário 2025 mostram um crescimento equilibrado. A movimentação nos Terminais de Uso Privado (TUPs) cresceu 7% (906,1 milhões de toneladas), enquanto nos portos públicos registrou alta de 4,5% (497 milhões de toneladas), com destaque para o Porto de Santarém (PA), que cresceu 13,2%. Um indicador importante do aquecimento da atividade industrial e do consumo foi o desempenho das cargas containerizadas. Esse segmento, que transporta produtos de maior valor agregado, movimentou 164,6 milhões de toneladas (+7,2%).



Secretário nacional de Portos, Alex Ávila

Entre as mercadorias, o agronegócio segue como protagonista absoluto. A soja registrou um crescimento expressivo, de 14%, totalizando 139,7 milhões de toneladas escoadas. Na outra ponta da cadeia, a importação de adubos e fertilizantes cresceu 10% (49,3 milhões de toneladas), sinalizando que os produtores estão aumentando os investimentos na preparação das próximas safras. Outro destaque foi a movimentação de gás de petróleo, que avançou 10,4%, somando 5,8 milhões de

toneladas.

Investimentos e modernização

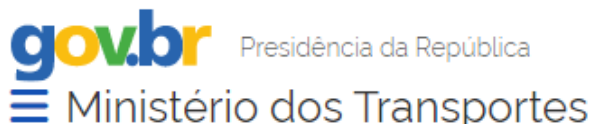
Além do recorde na movimentação, 2025 foi um ano decisivo para a infraestrutura. O MPor realizou oito leilões portuários que somam R\$ 10,3 bilhões em investimentos nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Os projetos contemplam a ampliação de capacidade e modernização de terminais, incluindo obras estruturantes como o Túnel Santos-Guarujá e melhorias no Canal de Acesso de Paranaguá.



O ano também foi marcado pela forte expansão do capital privado. Foram assinados 39 atos (entre novas autorizações para TUPs e alterações contratuais) que totalizam R\$ 5,81 bilhões em investimentos. Somam-se a isso outros R\$ 2,07 bilhões viabilizados via gestão contratual, com aportes de operadores para modernização e ganhos de eficiência.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 11/02/2026



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

JUSTIÇA SUSPENDE DECISÃO DO TCE-MG E GARANTE TETO NACIONAL DOS EXAMES DA CNH DO BRASIL

Decisão tomada nesta terça-feira (10) impede cobranças acima do valor fixado nacionalmente e assegura a aplicação uniforme da norma federal

A Justiça Federal reconheceu, nesta terça-feira (10), que a competência para definir os valores das taxas dos exames para obtenção ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) permanece sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran). A decisão suspende imediatamente os efeitos de um ato do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), que se opunha à aplicação da norma federal.

Desde dezembro de 2025, está em vigor a Portaria nº 927, da Senatran, que estabeleceu um teto nacional de R\$ 180,00 para o valor total dos exames de aptidão física e mental e da avaliação psicológica exigidos nos processos de obtenção ou renovação da carteira de motorista. A iniciativa integra as ações do Ministério dos Transportes no âmbito do programa CNH do Brasil, com o objetivo de padronizar os preços em todo o país e reduzir desigualdades financeiras associadas a esse serviço.

Antes da norma, a cobrança variava de forma significativa entre os estados e acabou se tornando um dos principais custos que oneravam os serviços vinculados à carteira de motorista no país.

“[...] demonstrado o perigo de dano, pois o pagamento em valores maiores do que os previstos na referida portaria irá ensejar prejuízo à nossa população, que precisa do exame para obter ou renovar a CNH [...]”, diz trecho da decisão judicial.

Ao todo, 22 das 27 unidades federativas brasileiras já se adequaram ao novo valor, o que evidencia a adesão da maioria dos estados ao programa CNH do Brasil, voltado a ampliar o acesso da população ao documento e estimular a formalização dos condutores nas estradas do país.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 11/02/2026

“APORTES EM LOGÍSTICA IMPULSIONAM O CRESCIMENTO DO BRASIL NO ATUAL CENÁRIO MUNDIAL”, DEFENDE RENAN FILHO

Em evento com o setor privado, ministro dos Transportes destacou previsibilidade regulatória e carteira recorde de concessões como diferenciais do país para investidores internacionais

O ministro dos Transportes, Renan Filho, apresentou o Brasil como um ambiente favorável para investimentos e destacou a maior carteira de concessões rodoviárias do planeta durante a CEO Conference 2026, realizada nesta terça-feira (10), em São Paulo (SP). O evento reuniu líderes empresariais, investidores e autoridades para debater estratégias que devem moldar o futuro do mercado econômico global.



"Infraestrutura precisa virar contrato, obra e entrega", afirma ministro dos Transportes. -
Foto: Marcio Ferreira/MT

"O país vive uma máxima histórica de aportes em infraestrutura, o que deve impulsionar o crescimento econômico adiante, sobretudo diante do cenário internacional, em que nações maiores enfrentam déficits fiscais elevados, aumento de risco e um ambiente de guerra, o que leva à dispersão de capital para outras áreas", afirmou o ministro.

Desde o início da atual gestão da pasta, o Brasil passou a oferecer previsibilidade regulatória, contratos financeiramente sustentáveis e capacidade real de execução. Com instituições democráticas sólidas, o país reúne condições para atrair capital privado e fortalecer sua infraestrutura.

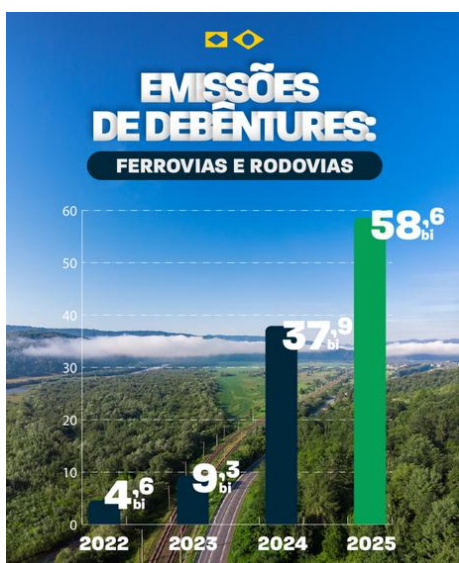
"Infraestrutura precisa virar contrato, obra e entrega para impulsionar a economia, gerar emprego e reduzir o custo do Brasil", completou Renan Filho.

Rodovias impulsionam eficiência logística

Nos últimos três anos, o Ministério dos Transportes realizou 22 leilões de rodovias, com R\$ 247 bilhões em recursos contratados. As obras, que abrangem mais de 10 mil quilômetros, ampliam a eficiência logística, reduzem os custos de transporte e fortalecem a competitividade econômica, além de garantir mais segurança viária, viagens mais rápidas e melhor qualidade de vida para a população. Outro marco foi a entrada de oito empresas de capital estrangeiro como proponentes nessas concessões.

"Só em rodovias, por exemplo, no governo anterior do presidente Lula foram seis leilões, com menos de R\$ 100 bilhões selecionados para o setor. Nestes quatro anos, vamos realizar 35, com 22 já concluídos e R\$ 400 bilhões contratados, quatro vezes mais investimento em infraestrutura terrestre", detalhou o ministro.

A agenda de 2026 estima 13 novos leilões de rodovias, que devem mobilizar R\$ 149,1 bilhões em aportes e alcançar 6.407 quilômetros de corredores logísticos estratégicos, ampliando a capacidade de escoamento da produção, a integração regional e a atratividade do país para o capital privado.



Ferrovias ganham política inédita

No setor ferroviário, o Ministério dos Transportes lançou, em dezembro de 2025, a Política Nacional de Concessões Ferroviárias. Com isso, o mercado se prepara para conhecer a carteira de projetos do Governo do Brasil, que prevê, para 2026, oito certames e R\$ 140 bilhões em novos investimentos. A expectativa é de um impacto estruturante, com potencial de movimentar até R\$ 600 bilhões, a partir de rotas essenciais e da ampliação da malha ferroviária em diferentes regiões do país.

A política, inédita no Brasil, define diretrizes claras de planejamento, governança, sustentabilidade e, principalmente, um novo modelo de funding, que combina recursos públicos e privados.

Integração entre modais

As melhorias na logística são sentidas em todas as pontas do setor. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que 2024 e 2025 registraram os dois melhores anos em concessões da história do país.



“Em portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, petróleo e gás e saneamento, fechamos 2025 com mais de R\$ 500 bilhões em contratos assinados em todas as áreas de infraestrutura”, pontuou Silvio Costa Filho.

Debêntures ampliam financiamento privado

As debêntures são títulos de crédito utilizados para financiar projetos de infraestrutura. Em 2024, foi sancionada a Lei nº 14.801, que passou a vincular diretamente o instrumento a empreendimentos do setor, antes enquadrados como debêntures incentivadas.

O avanço dos recursos também se reflete no crescimento da captação de capital privado por meio de debêntures, que registrou alta de 1.174% nos últimos anos. O volume passou de R\$ 4,6 bilhões, em 2022, para R\$ 58,6 bilhões, em 2025, destinados ao financiamento de projetos rodoviários e ferroviários e ao fortalecimento da confiança do mercado na política de aportes no setor logístico.

“Em um país de dimensão continental, forte na produção e na relação com o comércio exterior, a infraestrutura é decisiva. O Brasil tem todos os meios necessários para continuar sustentando esse ciclo virtuoso nesse ambiente”, concluiu o ministro dos Transportes, Renan Filho.

Em dezembro de 2025, ocorreu a primeira emissão de debêntures de infraestrutura em dólar, com R\$ 1,05 bilhão destinados à Eldorado para a construção de uma ferrovia de uso autorizado de 86,7 quilômetros, entre Três Lagoas (MS) e Aparecida do Taboado (MS), voltada ao escoamento de celulose. Foi a primeira operação do mercado local no âmbito da Lei nº 14.801.

Também participaram do evento Gabriel Galípolo, presidente do Banco Central; Fernando Haddad, ministro da Fazenda; Scott Bessent, secretário do Tesouro dos Estados Unidos; Vital do Rêgo Filho, ministro do Tribunal de Contas da União; André Esteves, CEO do BTG Pactual, além de outras autoridades e lideranças empresariais.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 11/02/2026



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A EXPANSÃO DO TRANSPORTE AÉREO NO NORDESTE

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O Nordeste consolidou-se, em 2025, como a região brasileira com a maior expansão proporcional no transporte aéreo doméstico da última década, registrando a circulação de mais de 39 milhões de passageiros. Esse volume representa um crescimento de 11,2% em relação a 2015, com um acréscimo de aproximadamente 4 milhões de viajantes na malha regional. O grande protagonista desse avanço foi o Aeroporto Internacional do Recife (PE), que, com um salto de 42% na movimentação, assumiu a liderança da região ao contabilizar 9,2 milhões de passageiros, superando Salvador (BA), que liderava o ranking em 2015 e fechou o último ano com 7,3 milhões de usuários.

Completam a lista das cinco cidades com maior movimentação aérea na região os terminais de Fortaleza (CE), com 5,5 milhões, Maceió (AL), com 2,8 milhões, e Porto Seguro (BA), que registrou 2,4 milhões de viajantes.

Esse fenômeno de crescimento foi impulsionado por uma descentralização inédita da malha aérea, com o número de cidades atendidas por voos comerciais saltando de 26 para 41 no período. Entre os aeroportos com fluxo superior a 1 milhão de passageiros, Porto Seguro apresentou a maior taxa de crescimento da década, com alta de 73%. Outro símbolo dessa expansão é o aeroporto de Cruz, porta de entrada para Jericoacoara (CE), que sequer integrava a malha comercial há dez anos e registrou mais de 260 mil passageiros em 2025. Esse desempenho fez com que a participação nordestina no mercado doméstico subisse de 18% para 19%, enquanto outras regiões, como o Sudeste e o Sul,

cresceram 10,7% e 1%, respectivamente, e o Centro-Oeste e o Norte registraram retrações de 11% e 7%.

Para sustentar essa demanda crescente, há a necessidade de investimentos maciços nesse mercado: o setor mobiliza quase R\$ 1 bilhão em investimentos para os próximos anos. Desse montante, R\$ 526,4 milhões foram garantidos pelo setor privado por meio do primeiro leilão do programa AmpliAR, realizado em novembro de 2025, beneficiando nove aeroportos nordestinos. Paralelamente, o Governo Federal, via Ministério de Portos e Aeroportos, anunciou uma carteira pública de R\$ 424,2 milhões para o ciclo 2026/2027. Esses recursos serão destinados à elaboração de projetos para novos terminais em Conde (BA) e Iguatu (CE), melhorias em Feira de Santana (BA) e obras diretas em aeroportos como Barra do Corda (MA), Bacabal (MA), Santa Inês (MA), Picos (PI) e Ilhéus (BA). O plano inclui ainda a implantação de estações meteorológicas essenciais em Patos (PB) e Sobral (CE), utilizando a metodologia BIM em 65% dos projetos para garantir maior transparência e rigor no cumprimento dos prazos.

São aportes e melhorias estratégicos, que devem ser garantidos e ampliados, de modo que o transporte aéreo e a economia do Nordeste continuem a manter os bons índices da última década.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

OPINIÃO – ARTIGOS - A RETOMADA DA NAVEGAÇÃO NOTURNA E DA COMPETITIVIDADE DOS PORTOS GAÚCHOS



ARTHUR ROCHA BAPTISTA

Advogado e sócio da ARB.Legal

opinioao@portalbenews.com.br

Após mais de quatro décadas de restrições, o Rio Grande do Sul retoma a navegação noturna em sua principal hidrovia interior, que conecta a Lagoa dos Patos, o Lago Guaíba, o Delta do Jacuí e os acessos aos portos de Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre e Triunfo. A medida, anunciada pelo Governo do Estado em conjunto com a Marinha do Brasil e a Portos RS, representa um avanço relevante não apenas sob o ponto de vista logístico, mas sobretudo sob a ótica da segurança da navegação.

Desde 1984, a deficiência na manutenção e na modernização da sinalização náutica impôs limitações severas à navegabilidade noturna, elevando o risco operacional e comprometendo a eficiência dos portos gaúchos. Como consequência, houve aumento de tempos de espera, custos adicionais de operação e perda de competitividade frente a outros corredores logísticos.

Esse cenário foi agravado pelas enchentes de 2024, que provocaram assoreamentos significativos na hidrovia e no acesso ao Porto de Porto Alegre, exigindo a paralisação das operações de navios de longo curso. A resposta veio por meio de investimentos estruturantes: cerca de R\$ 258 milhões em dragagem e aproximadamente R\$ 15,5 milhões na recuperação e modernização da sinalização náutica, restabelecendo condições adequadas e seguras de navegação.

Do ponto de vista jurídico, a segurança da navegação não é um conceito abstrato. Trata-se de fator essencial para a adequada mitigação e alocação de riscos entre armadores, operadores, terminais e usuários da infraestrutura. Uma hidrovia devidamente sinalizada e com canais em condições operacionais adequadas reduz a probabilidade de acidentes, danos ambientais e interrupções logísticas, com reflexos na responsabilidade civil, administrativa e ambiental dos agentes envolvidos.

Há também impacto direto no custo das operações, especialmente no que se refere aos seguros de embarcações e cargas. As seguradoras precificam apólices com base no risco da rota e da infraestrutura disponível. A retomada da navegação 24 horas, em ambiente monitorado e certificado pelas autoridades marítimas e portuárias, melhora o perfil de risco do Estado, permitindo condições mais competitivas de seguro e maior previsibilidade para contratos de transporte e afretamento.



Além disso, a eliminação de fundeios forçados no trânsito entre portos reduz custos de estadia, consumo desnecessário de combustível e a ociosidade de ativos de alto valor. O resultado é uma operação mais eficiente, segura e alinhada às exigências do comércio marítimo global.

É importante ressaltar, contudo, que a plena operação noturna não ocorre de forma imediata. Existe um cronograma rigoroso de aumento gradual estabelecido pela Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul (CPRS), que prevê uma transição técnica e em fases, com marcos definidos até junho de 2026. O plano de retomada envolve a ambientação das tripulações e práticos após as mudanças morfológicas dos canais, a simulação de manobras, o progresso das obras de infraestrutura náutica e o escalonamento em relação ao tamanho das embarcações, até que se alcance 90% de sinalização concluída.

Esse planejamento criterioso é fundamental para conferir a necessária segurança da navegação, garantindo que o ganho de produtividade seja sustentável a longo prazo. Projeta-se uma redução no tempo total de trânsito de uma embarcação entre os portos de Rio Grande e Porto Alegre das atuais 89 horas para aproximadamente 48 horas, considerando-se neste cálculo os trajetos de ida e retorno e o tempo médio de operação portuária.

Mais do que um ganho operacional, a retomada da navegação noturna representa a reconstrução da confiança no complexo hidroviário gaúcho e envia uma mensagem clara ao mercado: as hidrovias e os portos do Rio Grande do Sul voltam a operar com segurança, eficiência logística e padrão compatível com as melhores práticas internacionais.

A ELIMINAÇÃO DE FUNDEIOS FORÇADOS NO TRÂNSITO ENTRE PORTOS REDUZ CUSTOS DE ESTADIA, CONSUMO DESNECESSÁRIO DE COMBUSTÍVEL E A OCIOSIDADE DE ATIVOS DE ALTO VALOR. O RESULTADO É UMA OPERAÇÃO MAIS EFICIENTE, SEGURA E ALINHADA ÀS EXIGÊNCIAS DO COMÉRCIO MARÍTIMO GLOBAL

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 11/02/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS - CÂMARA DEVE VOTAR FIM DA ESCALA 6x1 ATÉ MAIO, AFIRMA HUGO MOTTA

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

FIM DA ESCALA 6x1

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, afirmou que a votação do projeto que propõe o fim da escala de trabalho 6x1 deve ser concluída até o mês de maio. Segundo ele, o tema está maduro para deliberação, após debates com líderes partidários e representantes do setor produtivo. A proposta tem forte apelo social e divide opiniões no Congresso, especialmente diante dos impactos na economia e nas relações de trabalho. A expectativa é de que o texto avance após ajustes para construir maioria em plenário.

QUEBRA DE PATENTE

Logo após o Carnaval, a Câmara dos Deputados pretende votar o projeto que prevê a quebra das patentes dos medicamentos Mounjaro e Zepbound, usados no tratamento do diabetes e popularizados como canetas emagrecedoras. O plenário aprovou o regime de urgência da proposta, abrindo caminho para análise direta do mérito, sem passar pelas comissões, com apoio expressivo de 337 deputados.

IMPACTOS

O autor do texto, o deputado federal Mário Heringer, afirma que a medida pode reduzir o comércio ilegal ao permitir a produção de genéricos por farmacêuticas nacionais, barateando o acesso. A proposta tem o compromisso do presidente da Casa, Hugo Motta, de entrar na pauta após o recesso. Críticos apontam risco de insegurança jurídica e desestímulo à inovação; o Novo foi o único partido a orientar contra a urgência. A Anvisa já emitiu alerta sobre os riscos do uso sem prescrição e acompanhamento médico.

ARTICULAÇÕES

O ex-presidente da República Michel Temer está articulando, nos bastidores, para a derrubada do veto integral presidencial ao PL da Dosimetria, proposta que abranda penas para envolvidos em atos contra a democracia. Mas, nos corredores, a informação é que o presidente do Senado e do Congresso Nacional, senador Davi Alcolumbre, não irá pautar esse veto em uma futura sessão conjunta, já que o presidente Lula sofreria uma grande derrota acerca dessa pauta.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

POLÍTICA - “HÁ DOIS ANSIOSOS NA VIDA: POLÍTICOS E JORNALISTAS”, DIZ ALCKMIN SOBRE ELEIÇÕES

O vice-presidente da República é cotado como possível candidato ao governo de São Paulo, mas faz mistério e não demonstra esse desejo publicamente

Do Estadão Conteúdo



O vice-presidente disse que as definições sobre candidaturas aos governos estaduais deverão levar em conta as lideranças locais

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) voltou a evitar qualquer definição sobre uma eventual candidatura ao governo de São Paulo. Ao falar com jornalistas após participar de um evento em Belo Horizonte (MG), Alckmin afirmou que ainda é cedo para tratar das disputas estaduais e disse haver uma ansiedade excessiva em torno do tema eleitoral.

“Tem dois ansiosos na vida: políticos e jornalistas”, afirmou, em declaração ao portal O Tempo durante o evento Conexão Empresarial.

Questionado novamente sobre o cenário paulista, o vice-presidente disse que as definições sobre candidaturas aos governos estaduais não partirão de Brasília e deverão levar em conta as lideranças locais.

Ele citou uma série de nomes do campo governista que, segundo ele, podem entrar na disputa em São Paulo, entre eles o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), além de Márcio França (PSB), Simone Tebet (MDB) e Alexandre Padilha (PT).

“Em relação aos governos estaduais, vamos ter candidatos no Brasil inteiro. De que partido? Isso vai ser definido um pouco mais à frente. E não é uma decisão de Brasília, é uma decisão ouvindo as lideranças dos Estados. São Paulo, nós teremos um forte e ótimo candidato. Temos inúmeros nomes. Você tem o Fernando Haddad, que já foi prefeito da capital. Tem o Márcio França, que foi meu vice e governador, ministro. Tem a Simone Tebet, ministra do Planejamento; tem Alexandre Padilha, ministro da Saúde. Tem inúmeros nomes e outros que não estou citando e no momento adequado isso será definido”, afirmou.

Há meses, o nome de Alckmin vem sendo cotado como um possível candidato ao governo de São Paulo. O vice-presidente nunca demonstrou esse desejo publicamente. As articulações, em geral, são dos petistas, que gostariam de abrir espaço na chapa para um partido de centro, como o MDB.

Nesta terça-feira, 10, o presidente nacional do PT, Edinho Silva afirmou em entrevista à GloboNews que caberá a Alckmin decidir entre tentar a reeleição ao cargo ou disputar novamente o governo de São Paulo.

Minas

Ao comentar o cenário em Minas Gerais, Alckmin disse que o Estado também conta com nomes competitivos e mencionou o senador Rodrigo Pacheco (PSD), ex-presidente do Congresso Nacional, e que tem resistido a assumir uma candidatura, além do ex-ministro Walfrido Mares Guia e de lideranças

da Assembleia Legislativa mineira. Durante o encontro com empresários, porém, evitou se alongar sobre o papel de Pacheco na disputa estadual.

O vice-presidente destacou ainda a relevância de Minas Gerais para as eleições presidenciais. “Tem a história. Quem ganha em Minas ganha a eleição nacional. Minas é uma síntese da unidade nacional. Estado fascinante”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

POLÍTICA - OPOSIÇÃO TENTA BARRAR DESFILE DE CARNAVAL EM HOMENAGEM A LULA

Em duas frentes distintas, opositores deram entrada em uma ação popular na Justiça Federal e uma representação no TSE

Do Estadão Conteúdo



Representantes do PL e o Partido Novo tentam barrar o desfile da escola de samba Acadêmicos de Niterói, cujo enredo aborda a trajetória de Lula

A oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ingressou com duas ações na Justiça para tentar barrar o desfile da escola de samba Acadêmicos de Niterói, cujo enredo neste Carnaval aborda a trajetória do presidente.

O senador Bruno Bonetti (PL-RJ) e o deputado Anderson Moraes (PL-RJ) protocolaram na segunda-feira, 9, uma ação popular na Justiça Federal, enquanto o Partido Novo apresentou nesta terça-feira, 10, uma representação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Bonetti - que é suplente do senador Romário (PL-RJ), atualmente licenciado - também protocolou no Senado um projeto de lei que busca impedir o uso de recursos federais em desfiles carnavalescos que façam homenagens a governantes em exercício.

As ações questionam o Termo de Colaboração firmado entre a Embratur e a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa), no valor de R\$ 12 milhões (R\$ 1 milhão para cada escola do Grupo Especial), destinado oficialmente à promoção internacional do Carnaval do Rio como produto turístico.

Para os parlamentares, parte desses recursos estaria sendo utilizada para viabilizar um desfile com caráter personalista e político, o que configuraria desvio de finalidade e violação aos princípios da administração pública. Já o Novo acusa Lula, o PT e a escola de propaganda eleitoral antecipada.

O quadro técnico do Tribunal de Contas da União (TCU) também recomendou a suspensão desse repasse. Segundo o documento do TCU, o Ministério da Cultura aparece como interveniente no Termo de Colaboração em nota pública, mas essa condição não está formalmente prevista no instrumento contratual. O TCU pediu explicações sobre o papel do ministério no acordo, e os parlamentares também endereçam o questionamento ao órgão.

O Ministério do Turismo esclareceu que, este ano, os repasses federais para as escolas de samba são de competência da Embratur e do Ministério da Cultura.

Procurados, o Ministério da Cultura, a Embratur e a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa) ainda não haviam se manifestado até a publicação desta reportagem. A Acadêmicos de Niterói também foi procurada para comentar a ação e o projeto de lei. O espaço segue aberto para eventuais posicionamentos.

Neutralidade

Na petição, Bonetti e Moraes sustentam que o financiamento público de um desfile que exalta a trajetória pessoal e política do presidente em ano eleitoral compromete a neutralidade do Estado e pode caracterizar abuso de poder político e econômico.

Bonetti afirmou que a iniciativa não busca censurar manifestações artísticas, mas estabelecer limites ao uso do dinheiro público. “A liberdade criativa é absoluta. O uso do dinheiro do povo, não. Se uma escola quiser homenagear um político em exercício, que faça isso com recursos privados, não com verba federal”, disse o senador.

Já o Novo sustenta que o desfile extrapola os limites de uma homenagem cultural e assume caráter de campanha ao fazer referências à polarização de 2022, utilizar jingles históricos do PT e aludir ao número de urna do partido, além de empregar expressões que, segundo a legenda, equivaleriam a pedido de voto. O Novo também destaca que o presidente de honra da escola, Anderson Pipico, é vereador do PT em Niterói, o que, para a sigla, fragilizaria qualquer alegação de neutralidade artística.

“A legislação eleitoral brasileira é rigorosa ao coibir campanha antecipada e o abuso de poder econômico e político. Não é razoável tratar como normal, em ano eleitoral, o desfile de uma escola de samba que se autodefine como ‘petista’, apresenta um samba- -enredo de exaltação a Lula e, ao mesmo tempo, recebe recursos vultosos de um governo comandado pelo próprio PT”, afirmou o presidente do Novo, Eduardo Ribeiro.

Já o líder do Novo na Câmara, deputado Marcel van Hattem (Novo-RS), disse que o PT confunde propositalmente o público e o privado. “Na verdade, o que Lula faz é sequestrar o Estado para seus próprios fins”, afirmou.

Procurado por meio da Secretária de Comunicação da Presidência, Lula não se manifestou sobre as falas.

Liminar

A ação popular ainda será analisada pela Justiça Federal. No TSE a representação foi distribuída ao ministro André Mendonça, que poderá decidir sobre o pedido de liminar ou submeter a questão ao plenário; em seguida, os representados serão intimados para se manifestar, e o caso ainda passará pela análise do Ministério Público Eleitoral antes do julgamento definitivo.

Paralelamente, Bonetti protocolou um projeto que proíbe explicitamente a utilização de verbas federais em eventos culturais ou desfiles carnavalescos que promovam a “exaltação personalizada” de autoridades e agentes públicos em mandato. Na prática, a proposta veda repasses da União que possam ser interpretados como promoção pessoal, propaganda política ou elogio a governantes, ainda que de forma indireta.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 11/02/2026

POLÍTICA - PEC 6X1 PROMOVE REGRAS RÍGIDAS, DIZ FRENTE PARLAMENTAR

Segundo o grupo, a fixação constitucional de jornadas rígidas ignora a diversidade dos setores produtivos e eleva custos trabalhistas

Do Estadão Conteúdo



Segundo a nota da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, presidida pela deputada federal Caroline de Toni, do PL-SC, o grupo defende outra proposta

A Frente Parlamentar pelo Livre Mercado, que tem 215 parlamentares e é presidida pela deputada federal Caroline de Toni (PL-SC), criticou a “fixação constitucional de jornadas rígidas” e disse que a PEC da escala 6x1 “carece de estudos de impacto consistentes e promove a constitucionalização de



regras rígidas”.

Em nota divulgada nesta terça-feira, 10, a Frente disse apoiar outra proposta de emenda à Constituição que ofereça mecanismos mais “flexíveis” para o mercado de trabalho, a PEC 40/2025, de autoria do deputado Mauricio Marcon (Podemos-RS).

Na segunda-feira, 9, o parlamentar pediu à Mesa Diretora para que apense a sua PEC às propostas apresentadas pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP) e Reginaldo Lopes (PT-MG). Sua proposta prevê a “livre pactuação contratual direta entre empregado e empregador, inclusive por hora trabalhada”, respeitada a jornada semanal máxima de 44 horas.

“A Frente Parlamentar pelo Livre Mercado (FPLM) reafirma que não defende a manutenção da escala 6x1, mas sim um modelo mais moderno e vantajoso para o trabalhador, baseado na liberdade de negociação, geração de empregos e segurança jurídica”, diz a Frente.

A FPLM declara ainda que “a fixação constitucional de jornadas rígidas ignora a diversidade dos setores produtivos, eleva custos trabalhistas e pode ampliar a informalidade e o desemprego, especialmente em um cenário de baixa produtividade”.

A Frente prossegue: “A solução mais eficiente é fortalecer a negociação entre trabalhadores e empregadores, permitindo ajustes compatíveis com a realidade de cada atividade. Em posicionamento oficial, a FPLM destaca que a PEC 40 foi construída com diálogo amplo, fundamentação técnica e participação ativa da Frente desde sua concepção”.

A PEC da escala 6x1 tem sido defendida pelo presidente da Câmara Hugo Motta (Republicanos-PB). O deputado encaminhou a PEC de Erika Hilton para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na segunda-feira, 9. Ao longo do semestre, a PEC deve ser analisada pela CCJ e por uma comissão especial, até chegar ao plenário.

CCJ

O deputado federal Leur Lomanto Jr. (União Brasil-BA) foi eleito presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara nesta terça-feira, 10. Lomanto substituiu Paulo Azi (União-BA) no cargo. Embora haja votação, a distribuição das presidências das comissões entre os partidos ocorre por meio de acordo entre os líderes.

Lomanto terá o papel de conduzir as sessões da CCJ para analisar a proposta de emenda à Constituição (PEC) de redução da jornada de trabalho. O colegiado examina a admissibilidade constitucional da proposta. Em seguida, uma comissão especial passa a apreciar a PEC e, depois, a matéria vai à votação no plenário da Câmara em dois turnos.

Mais cedo, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse em evento do banco BTG Pactual que a votação da PEC da escala 6x1 pode ocorrer em maio, mês do Dia dos Trabalhadores. Na segunda-feira, 9, Motta encaminhou a PEC da deputada Erika Hilton (PSOL-SP) sobre o assunto para a CCJ.

A comissão deverá designar um parlamentar para desempenhar o papel de relator da PEC. De acordo com Motta, isso deve ocorrer após o carnaval. Em discurso de posse na presidência da CCJ, Lomanto disse que estará aberta ao debate qualificado e ao contraditório.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

POLÍTICA - GLEISI HOFFMANN DEFENDE RAPIDEZ NO DEBATE SOBRE REDUÇÃO DA JORNADA

Do Estadão Conteúdo

A ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, defendeu rapidez para a conclusão do debate sobre a redução da jornada de trabalho, nesta terça-feira, 10. As declarações ocorreram durante uma sessão solene na Câmara dos Deputados em homenagem aos 46 anos de fundação do Partido dos Trabalhadores.

“Não é possível mais a gente ter a escala 6x1 para o trabalho no Brasil. Isso atinge principalmente as mulheres com dupla jornada. Por isso, é preciso, com rapidez e determinação, fazer esse debate nesta Casa e fazer na sociedade”, declarou a ministra.

Na ocasião, Gleisi disse também que a marca desta gestão do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), é a ampliação da isenção do Imposto de Renda e que, após a pauta da renda, agora é preciso defender a pauta da melhora da qualidade de vida dos trabalhadores.

“Está na hora da gente arregaçar as mangas e defender essas bandeiras”, declarou a ministra.

Mais cedo, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse, em participação virtual para evento em São Paulo, que a votação da PEC de redução da jornada de trabalho pode ocorrer em maio deste ano.

Na segunda-feira, 9, Motta encaminhou a PEC da deputada Erika Hilton (PSOL-SP) à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Em seguida, o projeto deve ser analisado por uma comissão especial para, depois, ir ao plenário.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

POLÍTICA - BALEIA ROSSI SINALIZA ALINHAMENTO COM TARCÍSIO EM SP

Enquanto Lula disputa apoio do MDB, o presidente nacional do partido se reuniu esta semana com o governador paulista

Do Estadão Conteúdo



Nos bastidores, há negociações entre o MDB, de Baleia Rossi (foto), e o presidente Lula sobre parceria na chapa que vai tentar a reeleição

O presidente nacional do MDB, Baleia Rossi, reuniu-se na noite de segunda-feira, 9, com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), em São Paulo. Em publicação nas redes sociais nesta

terça-feira, 10, Rossi afirmou que a conversa reforçou a parceria entre o MDB e o governo paulista, firmada há quatro anos. Segundo ele, a relação é marcada por “lealdade e respeito”.

“Estive ontem à noite com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Falamos sobre o cenário eleitoral no Brasil e em São Paulo, onde o MDB vai reforçar sua parceria firmada há quatro anos, que (tem) sido marcada por lealdade e respeito mútuo”, escreveu o dirigente em seu perfil no X.

O encontro ocorre em meio a negociações de bastidores entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o MDB sobre a possibilidade de indicação de um nome da sigla para a vaga de vice-presidente na chapa à reeleição, em outubro. Integrantes da legenda negam que o tema esteja em discussão formal no partido.

Em São Paulo, o MDB é comandado pelo prefeito da capital, Ricardo Nunes, aliado de Tarcísio e que contou com o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em sua campanha à reeleição em 2024. No plano nacional, a sigla ainda não definiu se terá candidatura própria à Presidência, se apoiará outro nome ou se adotará uma posição de neutralidade na disputa.



Mais cedo, o presidente nacional do PT, Edinho Silva, afirmou que caberá ao vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) decidir entre tentar a reeleição ao cargo ou disputar novamente o governo de São Paulo. Publicamente, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), também tem sido pressionado por aliados a voltar à disputa pelo Palácio dos Bandeirantes.

Apesar de manter quadros alinhados ao Palácio do Planalto, como o senador Renan Calheiros (MDB-AL) e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, o MDB abriga diferentes correntes internas e tem ampliado alianças regionais que não passam pelo PT, especialmente em Estados governados por partidos do campo do centro e da direita.

Nesse contexto, Lula e dirigentes do PT avaliam a possibilidade de estimular uma candidatura de Tebet ao Senado ou ao governo de São Paulo, sob a avaliação de que seu nome poderia fortalecer o palanque do presidente no maior colégio eleitoral do País. A ministra, no entanto, construiu sua trajetória política no Mato Grosso do Sul.

A última vez em que PT e MDB estiveram juntos de forma estruturada na Presidência da República foi durante os governos da ex-presidente Dilma Rousseff, entre 2011 e 2016. À época, o MDB - então PMDB - integrou a coalizão governista e indicou o vice-presidente Michel Temer, compondo a chapa vencedora nas eleições de 2010 e 2014.

A aliança foi rompida em 2016, quando o MDB desembarcou do governo e passou a apoiar o processo de impeachment de Dilma no Congresso. Desde então, as duas siglas não voltaram a formar uma coalizão nacional nos mesmos moldes, apesar de o atual governo do presidente Lula contar com três emedebistas na Esplanada e manter negociações pontuais com o partido.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

POLÍTICA - RELATOR ENVIARÁ PARECER SOBRE MOTIM NA CÂMARA ATÉ O FIM DE FEVEREIRO

Marcel van Hattem (Novo-RS), Zé Trovão (PL-SC) e Marcos Pollon (PL-MS) são alvos de processos disciplinares na Casa

Do Estadão Conteúdo

O presidente do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, Fábio Schiochet (UniãoSC), disse nesta terça-feira, 10, que Moses Rodrigues (União-CE), relator dos processos disciplinares contra parlamentares que participaram de motim no plenário da Casa, terá até o dia 27 de fevereiro para protocolar o seu parecer sobre o caso. Os alvos das representações são Marcel van Hattem (Novo-RS), Zé Trovão (PL-SC) e Marcos Pollon (PL-MS).

Nesta semana ocorre a última fase do processo, com a oitiva das testemunhas. A representação com a sugestão de punições foi enviada pela Corregedoria da Câmara, chefiada pelo deputado Diego Coronel (PSD-BA).

A leitura do relatório deve ser feita após o dia 27, em sessão a ser marcada pelo presidente do Conselho de Ética.

Em agosto de 2025, Van Hattem, Trovão e Pollon se aliaram a dezenas de outros parlamentares da oposição em protesto contra a prisão domiciliar decretada contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) à época.

O corregedor da Câmara pediu a suspensão do mandato de Van Hattem e de Trovão por 30 dias por obstruírem a cadeira da presidência da Casa. No caso de Pollon, Coronel pediu mais 60 dias por ele ter chamado o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), de “bosta” e “baixinho de um metro e sessenta”. Esse outro caso está sob a relatoria do deputado Ricardo Maia (MDB-BA).

A obstrução de bolsonaristas conduzida no plenário da Câmara durou dois dias. Para impedir os trabalhos, eles literalmente obstruíram as Mesas Diretoras, chegando ao ápice de se acorrentarem às cadeiras para impedir que fossem retirados.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

POLÍTICA - JUSTIÇA DA ITÁLIA NEGA PEDIDO DE ZAMBELLI PARA TROCA DE JUÍZES

Após ter sido adiado quatro vezes, o julgamento que vai decidir sobre a extradição da ex-deputada deve ocorrer nesta quarta-feira

Do Estadão Conteúdo



A defesa de Zambelli na Itália afirma ter “boa expectativa” em relação ao desfecho da audiência

A Justiça da Itália negou nesta terça-feira, 10, um pedido da defesa da ex-deputada federal Carla Zambelli (PL- -SP), presa em Roma, para trocar o colegiado de juízes responsável pelo processo de extradição da ex-parlamentar para o Brasil.

Os advogados de Zambelli, que está detida na Penitenciária Feminina de Rebibbia, podem recorrer da decisão. Procurada pelo Estadão, a defesa da ex-deputada ainda não havia se pronunciado até a publicação deste texto.

Após ter sido adiado quatro vezes, o julgamento que vai decidir sobre a extradição deve ocorrer nesta quarta-feira, 11.

Condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Zambelli teve sua extradição pedida à Itália após ter deixado o Brasil, o que levou à sua prisão pela polícia italiana. Agora, porém, cabe às autoridades judiciais do país europeu abrir e concluir o procedimento que definirá se a extradição será ou não autorizada, especialmente porque a ex-parlamentar também possui cidadania italiana.

A defesa de Zambelli na Itália afirma ter “boa expectativa” em relação ao desfecho da audiência. Segundo o advogado Fabio Pagnozzi, que a representa no país, o senador italiano Matteo Gelmetti tem atuado junto ao Ministério da Justiça para tentar barrar a extradição, sob o argumento de um suposto desrespeito a garantias processuais no Brasil por parte do ministro Alexandre de Moraes, do STF.

Segundo apuração do Estadão junto a investigadores, Zambelli foi localizada pelo adido da Polícia Federal em Roma, que atua na embaixada brasileira, em conjunto com autoridades italianas. A prisão ocorreu no mesmo dia da publicação de Bonelli. Desde então, a ex-deputada permanece detida na capital italiana.

No Brasil, Zambelli foi condenada duas vezes pelo STF. Na primeira ação, recebeu pena de dez anos de prisão por invasão de sistemas do CNJ e falsidade ideológica, em conluio com o hacker Walter Delgatti Neto. Ele afirmou ter sido contratado por ela para inserir documentos falsos no sistema do CNJ, incluindo um falso mandado de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes. Após essa condenação, Zambelli deixou o País e acabou presa na Itália.

Na segunda condenação, o STF fixou pena de cinco anos e três meses de prisão, em regime inicial semiaberto, pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal, com perda do mandato após o trânsito em julgado.

Ela se envolveu em uma confusão no dia das eleições de 2022. Em vídeos divulgados nas redes sociais e em poder da Polícia Civil, a parlamentar aparece empunhando uma pistola enquanto



persegue um homem negro, que é agredido por outras pessoas. Um tiro é disparado pelo grupo do qual fazia parte a deputada. Carla alega ter sido agredida.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

POLÍTICA - COMISSÃO APROVA PEDIDO DE INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE DE BOLSONARO

Serão enviadas oito perguntas para o Ministério da Justiça. Deputados querem saber quais as condições do ex-presidente na Papudinha

Do Estadão Conteúdo

A Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira, 10, dois requerimentos para ter informações sobre os protocolos de saúde e segurança disponíveis ao ex-presidente Jair Bolsonaro, que está preso na Papudinha, em Brasília.

Os textos aprovados, de autoria do deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), pedem informações do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre os procedimentos para a saúde e segurança de Bolsonaro.

A Comissão aprovou o envio de oito perguntas para o Ministério da Justiça responder:

1. Quais são os protocolos formais adotados para o armazenamento controle, fracionamento e distribuição de medicamentos na referida unidade prisional?
2. A atividade de apoio à distribuição de medicamentos por custodiado do regime semiaberto está formalmente regulamentada? Em caso positivo, encaminhar cópia da norma interna ou ato administrativo correspondente;
3. Quais critérios técnicos e de segurança fundamentaram a designação de custodiado do regime semiaberto para auxiliar nessa atividade?;
4. Há supervisão direta de profissional de saúde habilitado durante o manuseio e a entrega dos medicamentos? Em caso afirmativo, detalhar como ocorre essa supervisão;
5. Existe controle individualizado de dosagem, registro de entrega e conferência de medicamentos? Descrever o procedimento adotado;
6. O Ministério da Justiça e Segurança Pública foi formalmente comunicado sobre a operacionalização desse procedimento? Em caso positivo, encaminhar cópia da comunicação;
7. O procedimento adotado está em conformidade com as normas da Lei de Execução Penal, diretrizes do Sistema Único de Saúde aplicáveis ao sistema prisional e protocolos sanitários vigentes?;
8. Há auditoria ou fiscalização periódica quanto à regularidade desse processo? Informar qual órgão é responsável. Os dois requerimentos foram aprovados em votação simbólica, sem contestação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

TRANSPORTES – PORTOS - PORTOS BRASILEIROS MOVIMENTAM 1,4 BILHÃO DE TONELADAS EM 2025

Desempenho Aquaviário da Antaq aponta alta de 6,1% sobre 2024, com avanço em contêineres, graneis e navegação interior

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



A movimentação de cargas containerizadas alcançou 164,6 milhões de toneladas, alta de 7,2 %] na comparação anual. Em TEU, o volume chegou a 15,3 milhões, aumento de 10,2%

A movimentação de cargas nos portos brasileiros atingiu 1,4 bilhão de toneladas entre janeiro e dezembro de 2025, crescimento de 6,1% em relação às 1,32 bilhão de toneladas registradas

no mesmo período de 2024. Os dados constam do Desempenho Aquaviário 2025, apresentado na terça-feira (10), na sede da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em Brasília (DF).

NÃO SE TRATA DE UM BOM MOMENTO PONTUAL, MAS DE UMA TRAJETÓRIA DE CRESCIMENTO DO SETOR, QUE REFLETE A MATURIDADE INSTITUCIONAL DO PAÍS E DA ATUAÇÃO DA ANTAQ”

FREDERICO DIAS
diretor-geral da Antaq

Na abertura do painel, o diretor-geral da Antaq, Frederico Dias, afirmou que o resultado representa “mais um recorde no setor aquaviário” e que os números indicam uma trajetória de expansão. “Não se trata de um bom momento pontual, mas de uma trajetória de crescimento do setor, que reflete a maturidade institucional do país e da atuação da Antaq”, declarou. Segundo ele, ao divulgar as estatísticas, a agência cumpre a função de fornecer informações técnicas para subsidiar decisões do setor privado. “Ao divulgar esses números, a agência reforça seu papel técnico de fornecer informações úteis e confiáveis para que o setor privado possa planejar e tomar as melhores decisões”, acrescentou.

Entre as mercadorias, o minério de ferro manteve a liderança em peso bruto exportado desde o início da série histórica do Estatístico Aquaviário da Antaq. Em 2025, foram movimentadas 425,8 milhões de toneladas do produto, das quais 406,2 milhões destinadas ao longo curso. A soja aparece na sequência, com 139,7 milhões de toneladas e crescimento de 14% na comparação com 2024. O gás de petróleo somou 5,8 milhões de toneladas, alta de 10,4%, enquanto os adubos (fertilizantes) alcançaram 49,3 milhões de toneladas, avanço de 10% em relação ao ano anterior.

O fechamento estatístico de dezembro de 2025 foi concluído em fevereiro de 2026, junto com o balanço anual. No último mês do ano passado, a movimentação totalizou 119 milhões de toneladas, aumento de 14,2% frente a dezembro de 2024.

Portos públicos

Nos portos públicos, a movimentação atingiu 497 milhões de toneladas, crescimento de 4,5% em relação ao ano anterior. Entre as 20 instalações com maior volume, o Porto de Santarém (PA) apresentou o maior crescimento relativo, ao movimentar 18,5 milhões de toneladas, alta de 13,2%. O Porto de Santos (SP) manteve-se como a instalação pública com maior movimentação do país, com 142,8 milhões de toneladas em 2025, volume 3% superior ao registrado em 2024.

A movimentação de cargas containerizadas alcançou 164,6 milhões de toneladas, expansão de 7,2% na comparação anual. Em TEU (unidade de medida que equivale a um contêiner de 20 pés), o volume chegou a 15,3 milhões, crescimento de 10,2%. Desse total, 10,4 milhões de TEU corresponderam ao longo curso e 4,8 milhões à cabotagem.

No recorte por tipo de carga, a carga geral solta somou 65,8 milhões de toneladas, com alta de 0,8%. Os granéis sólidos responderam por 839,7 milhões de toneladas, crescimento de 6,3%, enquanto os granéis líquidos atingiram 333 milhões de toneladas, aumento de 6,1% em relação a 2024. Navegação

Considerando as modalidades de navegação, o longo curso movimentou 1,01 bilhão de toneladas em 2025, expansão de 6%. A cabotagem registrou 303,7 milhões de toneladas, crescimento de 3,4%, e a navegação interior alcançou 91,3 milhões de toneladas, avanço de 19,7% no comparativo anual.

Os terminais autorizados movimentaram 906,1 milhões de toneladas ao longo do ano, aumento de 7% frente a 2024. Entre as 20 instalações com maior volume nessa categoria, o Porto Sudeste do Brasil SA (RJ) apresentou o maior crescimento relativo, com 30,6 milhões de toneladas e alta de 23,8%. O Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (MA), apesar de recuo de 2% na movimentação, permaneceu como o terminal de uso privado com maior volume em 2025, ao registrar 172,4 milhões de toneladas.

A Antaq também apresentou projeções para os próximos anos. A estimativa é de que a movimentação portuária alcance 1,44 bilhão de toneladas em 2026, crescimento de 2,7% em relação a 2025. Para 2030, a projeção é de 1,59 bilhão de toneladas movimentadas no setor portuário nacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

TRANSPORTES – PORTOS - CERIMÔNIA MARCA HOMENAGEM À PRIMEIRA DIRETORA DA ANTAQ

Flávia Takafashi se despede da autarquia no próximo dia 18, encerrando ciclo iniciado há cinco anos na diretoria

Do Estadão Conteúdo



Durante a cerimônia em Brasília, Flávia Takafashi destacou o papel do setor aquaviário no desenvolvimento do país e fez um balanço de sua trajetória à frente da diretoria da Antaq

A diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) Flávia Moraes Lopes Takafashi deixará o cargo no próximo dia 18,

encerrando um ciclo iniciado há cinco anos na diretoria da autarquia. A despedida foi marcada por uma cerimônia realizada na terça-feira (10), ao final da apresentação do Desempenho Aquaviário 2025, na sede da agência, em Brasília.

Servidora da Antaq desde 2010, Flávia Takafashi foi a primeira mulher indicada pela Presidência da República a integrar a diretoria da agência. Advogada e mestre em Direito, ela retorna ao cargo efetivo de Especialista em Regulação de Transportes Aquaviários após uma gestão caracterizada pela ampliação do diálogo institucional, pela condução de projetos técnicos e pela atenção a temas ligados à representatividade feminina em um setor predominantemente masculino. Entre as iniciativas do período, está o lançamento do Guia de Enfrentamento ao Assédio, trabalho inédito que resultou, em 2023, no reconhecimento da Organização Marítima Internacional (IMO).

Durante a cerimônia, Flávia destacou o papel do setor aquaviário no desenvolvimento do país e fez um balanço de sua trajetória à frente da diretoria. “Eu me despeço com gratidão do cargo de diretora da Antaq, Agência que tanto representa para o Brasil e para a economia do país. O setor portuário e aquaviário é um vetor de competitividade, integração e soberania capaz de conectar o Brasil ao mundo e gerar desenvolvimento econômico e social em escala nacional. Aprendi que uma boa caminhada se constrói pelo somatório de histórias, e cada uma delas que compartilhamos é uma semente de mudança”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

TRANSPORTES - PORTOS - PRÊMIO ANTAQ 2025 DESTACA SOLUÇÕES CLIMÁTICAS NO SETOR

Agência reguladora celebra dez anos da premiação em cerimônia em Brasília e reconhece projetos de inovação, desempenho ambiental e inclusão

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizou, na noite de terça-feira (10), em Brasília, a cerimônia de entrega do Prêmio Antaq 2025. O evento marcou os dez anos da premiação e reuniu representantes do setor portuário e aquaviário, autoridades e especialistas. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, esteve presente na solenidade.

Com o tema “Soluções para a Mudança do Clima”, a edição deste ano destacou projetos e estudos voltados à adaptação, mitigação e redução de emissões no transporte aquaviário. A premiação contemplou iniciativas em cinco categorias: Gênero e Diversidade, Artigos Técnico-Científicos, Desempenho Ambiental, Iniciativas Inovadoras e a nova Conexão Hidroviária.

Na categoria Gênero e Diversidade, o primeiro lugar ficou com a Gás Natural Açú (GNA), seguida pelo Porto do Itaqui e pela Rocha Terminais Portuários e Logística. Em Artigos Técnico-Científicos, o Grupo de pesquisa em Economia Azul da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) conquistou a primeira colocação, à frente da Universidade Federal de Viçosa e da parceria entre Porto do Açú e Envex Engenharia.

O reconhecimento em Desempenho Ambiental foi dividido por perfis de operação. Entre os portos com maior movimentação, o Com Diversidade, Artigos Técnico-Científicos, Desempenho Ambiental, Iniciativas Inovadoras e a nova Conexão Hidroviária. Na categoria Gênero e Diversidade, o primeiro lugar ficou com a Gás Natural Açú (GNA), seguida pelo Porto do Itaqui e pela Rocha Terminais Portuários e Logística. Em Artigos Técnico-Científicos, o Grupo de pesquisa em Economia Azul da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) conquistou a primeira colocação, à frente da Universidade Federal de Viçosa e da parceria entre Porto do Açú e Envex Engenharia. O reconhecimento em Desempenho Ambiental foi dividido por perfis de operação. Entre os portos com maior movimentação, o Complexo Industrial Portuário de Pernambuco (Suape) ficou em primeiro, seguido pelo Porto de São Francisco do Sul e pelo Porto de Imbituba. No recorte de até 5 milhões de toneladas por ano, o Porto de Itajaí liderou, à frente da Companhia Docas de São Sebastião e dos Portos do Paraná. Já entre os terminais de uso privado (TUPs), foram reconhecidos Ferroporte Terminal de Minério, Porto Itapoá, Porto Nave de Magalhães e o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, da Vale.

Em Iniciativas Inovadoras, o Porto do Açú conquistou o primeiro lugar, seguido pela Vports e pela Vale S.A.

Vencedores do Prêmio Antaq 2025	
Gênero e Diversidade	Desempenho Ambiental (até 5 milhões t/ano)
1º Gás Natural Açú (GNA)	1º Porto de Itajaí
2º Porto do Itaqui	2º Companhia Docas de São Sebastião
3º Rocha Terminais Portuários e Logística	3º Portos do Paraná
Artigos Técnico-Científicos	Desempenho Ambiental (TUPs) *
1º Grupo de pesquisa em Economia Azul – FURG	1º Ferroporte Terminal de Minério
2º Universidade Federal de Viçosa	Porto Itapoá
3º Porto do Açú e Envex Engenharia	Porto Nave de Magalhães
Desempenho Ambiental	Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (Vale)
1º Complexo Industrial Portuário de Pernambuco (Suape)	Iniciativas Inovadoras
2º Porto de São Francisco do Sul	1º Porto do Açú
3º Porto de Imbituba	2º Vports
	3º Vale S.A.

* Todos empatados em 1º lugar

TRANSPORTES - PORTOS - APS CELEBRA AMPLIAÇÃO DA POLIGONAL DO PORTO DE SANTOS

Pomini classifica como conquista autorização que amplia em 17,2 milhões de m² a área sob jurisdição do porto, incluindo terrenos e áreas aquáticas

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



No total, a ampliação da poligonal do Porto de Santos inclui 4,8 milhões de metros quadrados em áreas terrestres e 12,4 milhões de metros quadrados em áreas aquáticas

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, afirmou ter recebido como uma conquista a autorização do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) para a ampliação da Poligonal do

Porto Organizado de Santos. A portaria foi publicada na terça-feira (10) no Diário Oficial da União e amplia em 17,2 milhões de metros quadrados a área sob jurisdição do porto.

“É uma ampliação que permite preparar o porto para as próximas décadas, tendo em vista o aumento da movimentação de cargas. Com isso, será possível atrair novos investimentos, gerar empregos e tornar o Porto mais eficiente, contribuindo para a economia do Brasil”, declarou Pomini.

Com a revisão, a área terrestre do porto passa de 9,3 milhões para 14,5 milhões de metros quadrados, crescimento de 56%. No total, a ampliação inclui 4,8 milhões de metros quadrados em áreas terrestres e 12,4 milhões de metros quadrados em áreas aquáticas, abrangendo também fundeios e espaços destinados à deposição de resíduos de dragagem.

A medida foi formalizada pela Portaria GM-MPor nº 5, assinada na segunda-feira (9) pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. As novas áreas incorporadas incluem trechos na região do Caneu, no bairro Monte Cabrão, na Alemoa, à montante das áreas SSZ49, em área adjacente ao terminal STS08A, além da atualização das áreas de fundeio de embarcações em razão de ajustes promovidos pela Marinha do Brasil.

A poligonal define os limites físicos e administrativos do porto organizado, estabelecendo o perímetro sob sua jurisdição. Segundo o ministério, a revisão atende a solicitação apresentada pela APS em 2024, acompanhada de documentação técnica. Em 2025, o governo federal realizou consulta pública antes da decisão final.

Oportunidades

Para o ministro Silvio Costa Filho, a medida cria condições para a expansão do maior porto do país. “A revisão da poligonal do Porto de Santos atende a um pleito técnico da Autoridade Portuária e cria condições concretas para o crescimento organizado do Porto. Estamos incorporando cerca de 17 milhões de metros quadrados, o que permite ampliar a capacidade operacional, planejar novos investimentos e preparar o Porto para atender à demanda futura. É uma medida alinhada às diretrizes de eficiência operacional e de integração porto-cidade. Ganha o Porto de Santos, ganha São Paulo e ganha o Brasil.”

O secretário nacional de Portos, Alex Ávila, afirmou que a ampliação abre espaço para novos projetos e concessões. “Quando ampliamos a poligonal, estamos dizendo à comunidade portuária que o porto tem mais oportunidades para crescer. São áreas que passam a permitir novos investimentos, novos projetos e a expansão da infraestrutura. De forma objetiva, estamos falando de aumento de capacidade nos médio e longo prazos, para atender à demanda prevista para o Porto de Santos nos próximos anos”, declarou.

Veja mais detalhes sobre os principais trechos incluídos na área do porto organizado:

- I Áreas localizadas na região do Caneu, Santos (margem esquerda), com a inclusão de 6,84 milhões de m² de áreas, com vistas à implantação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE);
- I Áreas localizadas no bairro Monte Cabrão, Santos (margem esquerda), com a inclusão de 184,54 mil m² de áreas, para a implantação de novas infraestruturas, preferencialmente em áreas livres/greenfield, visando ao desenvolvimento de atividades retroportuárias, de apoio portuário e logístico;
- I Área localizada na Alemoa à montante da área SSZ 49 (situada a oeste dos terminais STS08/STS08A), Santos (margem direita), com inclusão de 114 mil m² de áreas terrestres, com a finalidade de expansão das atividades da APS relacionadas ao segmento de grãos líquidos;

- Área adjacente ao terminal STS08A, Santos (margem direita), com inclusão de 95,3 mil m² de áreas aquáticas, que tem por finalidade possibilitar a operação dos futuros berços AL05 e AL06, assegurando espaço navegável em frente ao berço AL05 e permitindo a dragagem de manutenção sob responsabilidade da APS

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

TRANSPORTES - PORTOS - GOVERNO VOLTA A ADIAR LEILÃO DO TECON SANTOS 10 E PROJETA CERTAME PARA MAIO

Ministro de Portos e Aeroportos afirma que edital deve ser publicado nos primeiros dias de março, após ajustes no modelo do certame

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Segundo o ministro Silvio Costa Filho, a previsão é que o edital seja publicado nos primeiros dias de março, abrindo caminho para a realização do certame ainda no primeiro semestre

O leilão do megaterminal de contêineres do Porto de Santos (SP), o Tecon Santos 10, voltou a ser adiado e agora tem como nova referência o mês de maio. A atualização do cronograma foi anunciada na terça-feira (10) pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, durante a CEO Conference Brasil 2026. O evento, realizado em São Paulo, é promovido pelo BTGPactual que reúne lideranças nacionais e internacionais para discutir tendências e investimentos.

Segundo o ministro, a previsão é que o edital seja publicado nos primeiros dias de março, abrindo caminho para a realização do certame ainda no primeiro semestre. “Nossa expectativa é que nos primeiros 10 dias de março a gente faça a publicação do edital para que em maio a gente faça esse grande leilão”, afirmou.

O novo adiamento ocorre após uma sequência de revisões no calendário originalmente traçado pelo governo. No início do ano passado, a expectativa do Ministério de Portos e Aeroportos era realizar o leilão em dezembro de 2025, com assinatura do contrato no primeiro semestre de 2026. Diante dos impasses envolvendo o desenho do projeto, a data chegou a ser deslocada para abril deste ano, mas voltou a ser revista.



Na semana passada, o modelo do leilão foi alvo de críticas em reunião entre a Casa Civil e o ministro. De acordo com Costa Filho, o edital ainda passa por ajustes antes de ser submetido à avaliação final do governo. “Nós ainda estamos modelando o edital para que a gente possa, ao lado da Antaq, apresentar pós carnaval para o presidente Lula. A partir daí a gente toma uma decisão conjunta para que efetivamente seja feito o [leilão do] Tecon Santos 10”, declarou.

As discussões em torno do formato do certame envolvem, sobretudo, as regras de participação. No ano passado, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) aprovou um modelo em duas etapas no qual empresas que já atuam no Porto de Santos, na movimentação de contêineres, ficariam impedidas de participar da primeira fase. Caso não houvesse propostas, essas com panhias poderiam disputar a área em um segundo momento.

O tema avançou no Tribunal de Contas da União (TCU), onde ficou acordado que o leilão ocorreria em duas etapas, mantendo restrições, mas com ajustes relevantes. Pelo entendimento firmado, os armadores — donos dos navios — não poderão participar da primeira fase do certame. Já os operadores de contêineres que hoje atuam no porto não seriam impedidos de apresentar propostas desde o início, alterando o desenho inicialmente aprovado pela Antaq.

Perspectivas

O futuro dos modais de transporte foi um dos eixos centrais da CEO Conference Brasil 2026. No encontro, Silvio Costa Filho apresentou um balanço das entregas do Ministério de Portos e Aeroportos e detalhou as metas para portos, aeroportos e hidrovias.

“Vamos fechar 2026 com 40 leilões realizados em quatro anos. Isso é uma demonstração clara do governo na busca por quem produz. Quem defende o trabalhador é quem gera emprego e quem produz riqueza no Brasil”, afirmou o ministro.

Durante a apresentação, Costa Filho apontou o Tecon Santos 10 e o leilão do Porto de São Sebastião (SP) como as duas principais concessões portuárias previstas para este ano. O ministro também comparou o volume de investimentos contratados nos últimos anos com o desempenho do governo anterior. “Em quatro anos da gestão anterior, nós tivemos de projetos aprovados de concessões o equivalente a R\$ 5 bilhões em investimentos. Em três anos do governo do presidente Lula, nós já vamos em mais de R\$ 30 bilhões em concessões no Brasil”, destacou.

O titular da pasta citou ainda os resultados alcançados pelo ministério em 2024 e 2025, apontados como os melhores do país em número de concessões realizadas, abrangendo portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, petróleo, gás e saneamento. Segundo ele, o volume de contratos assinados no conjunto desses setores supera R\$ 500 bilhões.

“Hoje, nós temos mais de R\$ 500 bilhões em contratos assinados em todas as áreas de concessões. É por isso que, cada vez mais a gente tem que desburocratizar, criar um melhor ambiente para o empreendedor porque o Brasil tem a democracia fortalecida, instituições funcionando e o mundo observando nosso país como uma grande janela de oportunidades e é por isso que temos procurado avançar bem no setor da aviação. A gente espera manter a empregabilidade em 5.4%”, ressaltou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

TRANSPORTES - RODOVIAS E FERROVIAS - RENAN FILHO APRESENTA BRASIL COMO DESTINO PARA CAPITAL EM INFRAESTRUTURA

Ministro destaca carteira recorde de concessões, R\$ 400 bilhões contratados em rodovias e agenda de 13 leilões no próximo ano

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

O ministro dos Transportes, Renan Filho, apresentou o Brasil como um ambiente favorável para investimentos e destacou a maior carteira de concessões rodoviárias do planeta durante a CEO Conference 2026, realizada na terça-feira (10), em São Paulo (SP). O evento reuniu líderes

empresariais, investidores e autoridades para debater estratégias que devem moldar o futuro do mercado econômico global.



“Infraestrutura precisa virar contrato, obra e entrega para impulsionar a economia, gerar emprego e reduzir o custo do Brasil”, declarou o ministro dos Transportes, Renan Filho

“O país vive uma máxima histórica de aportes em infraestrutura, o que deve impulsionar o crescimento econômico adiante, sobretudo diante do cenário internacional, em que nações maiores enfrentam déficits fiscais elevados, aumento de risco e um ambiente de guerra, o que leva à dispersão de capital para outras áreas”, afirmou o ministro.

“Infraestrutura precisa virar contrato, obra e entrega para impulsionar a economia, gerar emprego e reduzir o custo do Brasil”, completou Renan Filho.

Nos últimos três anos, o Ministério dos Transportes realizou 22 leilões de rodovias, com R\$ 247 bilhões em recursos contratados. As obras, que abrangem mais de 10 mil quilômetros, ampliam a eficiência logística, reduzem os custos de transporte e fortalecem a competitividade econômica, além de garantir mais segurança viária, viagens mais rápidas e melhor qualidade de vida para a população. Outro marco foi a entrada de oito empresas de capital estrangeiro como proponentes nessas concessões.

“Só em rodovias, por exemplo, no governo anterior do presidente Lula foram seis leilões, com menos de R\$ 100 bilhões selecionados para o setor. Nestes quatro anos, vamos realizar 35, com 22 já concluídos e R\$ 400 bilhões contratados, quatro vezes mais investimento em infraestrutura terrestre”, detalhou o ministro.

A agenda de 2026 estima 13 novos leilões de rodovias, que devem mobilizar R\$ 149,1 bilhões em aportes e alcançar 6.407 quilômetros de corredores logísticos estratégicos, ampliando a capacidade de escoamento da produção, a integração regional e a atratividade do país para o capital privado.

No setor ferroviário, o Ministério dos Transportes lançou, em dezembro de 2025, a Política Nacional de Concessões Ferroviárias. Com isso, o mercado se prepara para conhecer a carteira de projetos do Governo do Brasil, que prevê, para 2026, oito certames e R\$ 140 bilhões em novos investimentos. A expectativa é de um impacto estruturante, com potencial de movimentar até R\$ 600 bilhões, a partir de rotas essenciais e da ampliação da malha ferroviária em diferentes regiões do país.

A política, inédita no Brasil, define diretrizes claras de planejamento, governança, sustentabilidade e, principalmente, um novo modelo de funding, que combina recursos públicos e privados.

As melhorias na logística são sentidas em todas as pontas do setor. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que 2024 e 2025 registraram os dois melhores anos em concessões da história do país.

“Em portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, petróleo e gás e saneamento, fechamos 2025 com mais de R\$ 500 bilhões em contratos assinados em todas as áreas de infraestrutura”, pontuou Silvio Costa Filho.

Debêntures

As debêntures são títulos de crédito utilizados para financiar projetos de infraestrutura. Em 2024, foi sancionada a Lei nº 14.801, que passou a vincular diretamente o instrumento a empreendimentos do setor, antes enquadrados como debêntures incentivadas.

O avanço dos recursos também se reflete no crescimento da captação de capital privado por meio de debêntures, que registrou alta de 1.174% nos últimos anos. O volume passou de R\$ 4,6 bilhões, em

2022, para R\$ 58,6 bilhões, em 2025, destinados ao financiamento de projetos rodoviários e ferroviários e ao fortalecimento da confiança do mercado na política de aportes no setor logístico.

“Em um país de dimensão continental, forte na produção e na relação com o comércio exterior, a infraestrutura é decisiva. O Brasil tem todos os meios necessários para continuar sustentando esse ciclo virtuoso nesse ambiente”, concluiu o ministro Renan Filho.

Em dezembro de 2025, ocorreu a primeira emissão de debêntures de infraestrutura em dólar, com R\$ 1,05 bilhão destinados à Eldorado para a construção de uma ferrovia de uso autorizado de 86,7 quilômetros, entre Três Lagoas (MS) e Aparecida do Taboado (MS), voltada ao escoamento de celulose. Foi a primeira operação do mercado local no âmbito da Lei nº 14.801.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

TRANSPORTES - AEROPORTOS - NORDESTE LIDERA EXPANSÃO DO TRANSPORTE AÉREO DOMÉSTICO NA ÚLTIMA DÉCADA

Região registrou mais de 39 milhões de passageiros em 2025, impulsionada por investimentos, retomada econômica e fortalecimento do turismo

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O principal destaque do período foi o Aeroporto Internacional do Recife (PE), que registrou crescimento de 42% na movimentação e assumiu a liderança entre os terminais da região

O Nordeste consolidou-se como a região brasileira com a maior expansão proporcional no transporte aéreo doméstico nos últimos dez anos. Segundo levantamento do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), com base em dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), mais de 39 milhões de passageiros circularam pelos aeroportos nordestinos em 2025. O número representa um crescimento de 11,2% em relação a 2015, com acréscimo de cerca de 4 milhões de viajantes na malha aérea regional.

O principal destaque do período foi o Aeroporto Internacional do Recife (PE), que registrou crescimento de 42% na movimentação e assumiu a liderança entre os terminais da região. Em 2025, o aeroporto pernambucano contabilizou 9,2 milhões de passageiros entre embarques e desembarques, superando o de Salvador (BA), que havia liderado o ranking em 2015 e fechou o ano passado com 7,3 milhões de viajantes.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, os resultados refletem a combinação entre a retomada da atividade econômica e os investimentos realizados no setor. “A melhoria na infraestrutura ocorrida nos últimos anos e a recuperação da economia explicam esse crescimento do transporte aéreo brasileiro. Onde há um aeroporto, há potencial de desenvolvimento socioeconômico, estímulo a novos negócios e fortalecimento do turismo”, afirmou.

O ministro destacou ainda que o governo federal mantém o foco na expansão da rede aeroportuária, lembrando o lançamento do programa AmpliAR, em 2025. A iniciativa busca incluir novos aeroportos regionais no modelo de concessões, destravando investimentos especialmente no interior do país.

Conectividade

Entre os aeroportos nordestinos com fluxo superior a 1 milhão de passageiros por ano, Porto Seguro (BA) apresentou a maior taxa de crescimento da década, com alta de 73%. O avanço da conectividade também chama atenção: em dez anos, o número de cidades atendidas por voos comerciais na região passou de 26 para 41, impulsionado principalmente pela forte demanda turística.

Um símbolo dessa expansão é o aeroporto de Cruz (CE), porta de entrada para Jericoacoara. Inexistente na malha comercial em 2015, o terminal passou a integrar a rede aérea nacional e registrou mais de 260 mil passageiros acumulados em 2025.

No cenário nacional, além do Nordeste, o volume de passageiros cresceu no Sudeste (10,7%) e no Sul (1%). Em sentido oposto, as regiões Centro-Oeste e Norte tiveram retrações de 11% e 7%, respectivamente. Com esse desempenho, a participação nordestina no mercado doméstico subiu de 18%, em 2015, para 19% no ano passado.

As cinco cidades com maior movimentação aérea na região em 2025 foram Recife (9,2 milhões), Salvador (7,3 milhões), Fortaleza (5,5 milhões), Maceió (2,8 milhões) e Porto Seguro (2,4 milhões).

R\$ 1 bilhão em investimentos

Para sustentar o crescimento da demanda e ampliar a capilaridade da malha aérea no Nordeste, o setor contará com um volume expressivo de investimentos públicos e privados que, somados, ultrapassam R\$ 950 milhões nos próximos anos.

Na iniciativa privada, o destaque foi o primeiro leilão do programa AmpliAR, realizado em novembro de 2025, que garantiu R\$ 526,4 milhões em investimentos para nove aeroportos nordestinos. O modelo permitiu que grandes operadores assumissem terminais de menor porte, assegurando padrões internacionais de qualidade e eficiência operacional.

Paralelamente às concessões, o Governo Federal anunciou, por meio do MPor, uma carteira pública de R\$ 424,2 milhões destinada exclusivamente à infraestrutura aeroportuária da região para o ciclo 2026/2027. Os recursos incluem desde a elaboração de projetos para novos terminais em Conde (BA) e Iguatu (CE), além de melhorias em Feira de Santana (BA), até obras diretas em aeroportos como Barra do Corda, Bacabal e Santa Inês (MA), Picos (PI) e Ilhéus (BA).

Também estão previstas a implantação de estações meteorológicas em cidades como Patos (PB) e Sobral (CE), consideradas essenciais para a segurança das operações aéreas. Um diferencial dessa nova etapa é a adoção da metodologia BIM (Modelagem da Informação da Construção) em cerca de 65% dos projetos públicos, o que deve garantir maior transparência, controle e cumprimento de prazos nas obras.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

PETRÓLEO E GÁS - FPSO P-79 CHEGA AO PRÉ-SAL DA BACIA DE SANTOS DENTRO DO CRONOGRAMA

Nova plataforma da Petrobras inicia etapas finais de ancoragem e interligação no campo de Búzios, que já concentra oito unidades em operação

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A P-79 é uma das unidades previstas para instalação no campo de Búzios, tem capacidade de produção de 180 mil barris de óleo, além de comprimir 7,2 milhões de m³ de gás diários

A plataforma da Petrobras, P-79, do tipo FPSO, chegou ao pré-sal da Bacia de Santos neste fim de semana, conforme cronograma previsto. A unidade foi rebocada até a locação com a tripulação a bordo, estratégia bem-sucedida já utilizada com a P-78, para reduzir o tempo de início de produção.

“Embarcar a tripulação na viagem para a locação permite colocar em condição operacional sistemas complexos do FPSO sem interromper a continuidade do processo de comissionamento, além de permitir o treinamento das equipes. Tudo isso agiliza o início da produção. As próximas etapas serão a

ancoragem da unidade e a interligação com os poços produtores”, explica a diretora de Engenharia Tecnologia e Inovação da Petrobras, Renata Baruzzi.

O FPSO P-79 é mais uma unidade das 12 previstas para instalação no campo de Búzios e se soma às outras sete plataformas já em operação: os FPSOs P-74, P-75, P-76, P-77, Almirante Barroso, Almirante Tamandaré e P-78. A P-79 tem capacidade de produção de 180 mil barris de óleo, além de comprimir 7,2 milhões de m³ de gás diários. Em outubro de 2025, o campo ultrapassou a marca de 1 milhão de barris de petróleo produzidos por dia, tornando-se o maior em produção em águas ultraprofundas da Petrobras.

O campo de Búzios está localizado em águas ultra profundas da Bacia de Santos (profundidade de até 2.100 metros), a 180 km da costa do estado do Rio de Janeiro. O FPSO P-79 integra o projeto de Desenvolvimento da Produção de Búzios 8, que conta com 14 poços, sendo 8 produtores e 6 injetores WAG.

A P-79 foi construída pela SAME Netherlands BV, uma Joint Venture formada pelas empresas SAIPEM Spa da Itália e a Hanwha Ocean da Coreia do Sul, em Geje- Si, onde o casco foi construído e realizada a integração e comissionamento dos módulos de topside, construídos na China, Brasil, Coreia do Sul e Indonésia. A viagem do estaleiro até o Brasil levou cerca de 3 meses.

O consórcio de Búzios, atuante no campo, é composto por Petrobras (operadora), as empresas parceiras chinesas CNOOC, CNODC e a PPSA, empresa gestora dos contratos de partilha da produção.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

PETRÓLEO E GÁS - PETROBRAS ELEVA PRODUÇÃO EM 18,6% NO QUARTO TRIMESTRE

No pré-sal, foram produzidos 2,114 milhões de barris diários no quarto trimestre, alta de 20,1% ante o quarto trimestre de 2024 e queda de 0,1% contra o terceiro trimestre do ano

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



No pré-sal, foram produzidos 2,114 milhões de barris diários no quarto trimestre, alta de 20,1% ante o quarto trimestre de 2024 e queda de 0,1% contra o terceiro trimestre do ano

A Petrobras fechou o quarto trimestre do ano com produção média de 3,081 milhões de barris diários (boed) de óleo equivalente (petróleo e gás natural), uma alta de 18,6% na comparação com igual período do ano passado. No ano, a produção média foi de 2 960 milhões de boed, 11,1% maior.

Em relação ao terceiro trimestre de 2025, o período de outubro a dezembro apresentou queda de 1,1% na produção. As informações constam no relatório de produção da companhia, divulgado na terça-feira, 10.

No documento enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a estatal coloca entre os principais fatores para o aumento da produção o aumento da capacidade de produção dos FPSOs Almirante Tamandaré e Marechal Duque de Caxias e a maior eficiência operacional, de 3,6 ponto percentual (p.p) acima do resultado de 2024, principalmente em plataformas da Bacia de Santos.

“Em 2025, a Petrobras alcançou o melhor resultado dos últimos dez anos ao adicionar 1,7 bilhão de boe em reservas, atingindo um índice de reposição de reservas (IRR) de 175%, mesmo diante de uma produção recorde”, destaca o documento.

A produção comercial de óleo e gás foi de 2,737 milhões de boe/d no quarto trimestre de 2025, alta de 19,6% ante o quarto trimestre de 2024, e queda de 1,1% contra a média dos três meses imediatamente anteriores.

A produção de petróleo foi de 2,504 milhões de barris por dia (bpd) de outubro a dezembro do ano passado, 19,8%% maior do que no quarto trimestre de 2024. Já em relação ao trimestre até setembro, a queda foi de 0,6%.

A produção de gás natural totalizou 577 mil boe/d, alta de 13,8% na comparação com um ano antes, e queda de 2,9% relação ao terceiro trimestre de 2025.

No pré-sal, foram produzidos 2,114 milhões de barris diários (boed) no quarto trimestre, alta de 20,1% ante o quarto trimestre de 2024 e variação negativa de 0,1% contra o terceiro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

PETRÓLEO E GÁS - TRANSOCEAN COMPRA VALARIS POR US\$ 5,8 BI E APOSTA NA RETOMADA

Fusão cria a maior perfuradora offshore listada e sinaliza saída da indústria de uma longa recessão
Do Estadão Conteúdo



A Transocean adquirirá a Valaris em um acordo que criará a maior contratada de perfuração offshore de capital aberto, com 73 ondas e cerca de US\$ 10 bi em carteira de contratos

A aquisição de US\$ 5,8 bilhões da Valaris pela Transocean parece ser um voto de confiança na perfuração de petróleo offshore: os preços e a atividade estão melhorando à medida que a indústria sai de uma recessão de vários anos.

A Transocean anunciou na segunda-feira, dia 9, que adquirirá a rival Valaris em um acordo totalmente em ações que criará a maior contratada de perfuração offshore de capital aberto, com 73 sondas e cerca de US\$ 10 bilhões em carteira de contratos.

Os acionistas da Transocean possuirão aproximadamente 53% da empresa combinada, enquanto os investidores da Valaris deterão o restante. O acordo segue um forte rali nas ações de perfuração offshore. As ações da Transocean subiram cerca de 44% no último ano. As ações da Valaris já haviam subido 20% no acumulado do ano antes do anúncio da fusão.

Contratadas como a Transocean e a Valaris pos suem e operam sondas que as empresas de petróleo contratam para perfurar sob o fundo do mar, muitas vezes sob contratos de vários anos. As sondas modernas podem exigir taxas de aluguel diárias superiores a US\$ 600.000 - aproximadamente o dobro dos níveis de alguns anos atrás - dependendo da capacidade técnica e dos termos do contrato.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

OPINIÃO – ARTIGOS - ACORDO UE-MERCOSUL: QUANDO A INFRAESTRUTURA SE TORNA TRILHO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL



JOÃO EDUARDO DE VILLEMOR AMARAL AYRES

Presidente do Conselho de Sustentabilidade do Fórum Brasil
Export e CEO da Sustainable Ventures Brasil/Portugal

REBECCA ALONSO NASCIMENTO

Secretária do Conselho de Sustentabilidade do Fórum Brasil Export e Head of
Compliance, Legal and Governance da Sustainable Ventures Brasil/Portugal

opinioao@portalbenews.com.br



O acordo recém-concluído entre União Europeia e Mercosul chega após décadas de negociações e, justamente por isso, nasce com uma responsabilidade que ultrapassa a tradicional abertura de mercados: ele precisa ser, ao mesmo tempo, instrumento de integração econômica e alavanca concreta de desenvolvimento sustentável para o setor de infraestrutura brasileiro.

Ao lado da redução gradual de tarifas e da ampliação do acesso a um mercado europeu de alta renda, o texto do acordo incorpora um capítulo específico de comércio e desenvolvimento sustentável, que vincula as partes à implementação efetiva do Acordo de Paris, à proteção da biodiversidade e ao manejo responsável de florestas, pesca e cadeias de suprimentos, inclusive com mecanismos próprios de solução de controvérsias e participação da sociedade civil. Esse desenho reflete uma escolha política clara: a expansão do comércio birregional passa a ser condicionada, de forma explícita, à capacidade de compatibilizar competitividade, integridade ambiental e respeito a direitos sociais e trabalhistas.

É justamente nesse ponto que a infraestrutura se torna peça central. A ampliação do fluxo de bens, serviços e investimentos entre os dois blocos exigirá uma profunda modernização de portos, ferrovias, rodovias, hidrovias, aeroportos e corredores logísticos, com destaque para energia limpa, cadeias agrícolas de baixo carbono e bens industriais intensivos em tecnologia, sob pena de o Mercosul desperdiçar o potencial econômico estimado em trilhões de dólares em novas oportunidades comerciais.

Ao mesmo tempo, a maneira como desenharmos e executarmos esses projetos determinará se estaremos apenas reforçando um modelo linear de “extrair-transportar-exportar”, ou se aproveitaremos o acordo como catalisador de uma transição para uma infraestrutura baixa em carbono, resiliente ao clima e alinhada à lógica da economia circular que já inspira políticas públicas na Europa e iniciativas crescentes na América Latina.

De um lado, a União Europeia sinaliza que priorizará cadeias de valor vinculadas à transição energética – com hidrogênio verde, biocombustíveis sustentáveis, baterias, mobilidade elétrica e mineração responsável de minerais críticos – e já se comprometeu com um pacote inédito de cooperação para apoiar a implementação do acordo, inclusive em projetos de infraestrutura e energia.

De outro, o Brasil se apresenta com vantagens competitivas evidentes: matriz elétrica amplamente renovável, matriz energética com participação de renováveis muito acima da média global, experiência consolidada em biocombustíveis, portfólio robusto de projetos em hidrogênio de baixa emissão e hubs portuários que começam a se posicionar como plataformas de exportação de energia limpa para a Europa.

Não por acaso, anúncios de investimentos europeus em usinas de hidrogênio verde no litoral brasileiro, com produção voltada a abastecer indústrias no sudeste europeu, já apontam para uma reconfiguração dos nossos portos como nós estratégicos de uma economia global de baixo carbono, e não apenas como pontos de escoamento de commodities tradicionais.

Nesse contexto, a agenda de desenvolvimento econômico sustentável da infraestrutura passa a se organizar em alguns eixos prioritários. Em primeiro lugar, a transição energética dos sistemas de transporte e logística, com a expansão de corredores verdes, o uso de combustíveis alternativos em navegação e transporte pesado, o incentivo à eletrificação de frotas urbanas e a integração entre ferrovias, hidrovias e portos para reduzir emissões e custos em toda a cadeia.

Em paralelo, ganha relevância a incorporação sistemática de critérios de economia circular em obras e concessões: desde o planejamento de empreendimentos que minimizem supressão de vegetação e movimentação de solo, até a escolha de materiais reciclados, a remanufatura de componentes e a extensão inteligente da vida útil de ativos, com apoio de tecnologias digitais para monitoramento em tempo real e manutenção preditiva.



Além disso, o próprio texto do acordo, complementado por análises independentes, evidencia que a infraestrutura será um dos principais canais para materializar o compromisso com cadeias de valor sustentáveis.

O capítulo de comércio e desenvolvimento sustentável propõe ainda colaboração específica para ampliar o acesso a mercados de bens produzidos de forma sustentável por pequenos produtores, cooperativas, povos indígenas e comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que prevê a definição de uma lista de produtos que contribuem para a conservação e o uso responsável de florestas e ecossistemas vulneráveis, com tratamento tarifário diferenciado.

Para que esse desenho saia do papel, será indispensável investir em infraestrutura logística que conecte esses territórios a portos e centros de consumo com eficiência, reduzindo perdas, agregando valor local e garantindo rastreabilidade socioambiental ao longo de todo o trajeto.

Por outro lado, organizações da sociedade civil e redes de povos indígenas alertam que o acordo, se implementado sem salvaguardas robustas, pode intensificar pressões sobre territórios, ampliar o desmatamento e agravar conflitos socioambientais. Esse tensionamento explicita um ponto sensível: não basta que a infraestrutura seja “verde” no discurso ou na tecnologia adotada em trechos específicos; ela precisa estar ancorada em processos de governança transparentes, com participação real das comunidades afetadas, respeito a direitos territoriais e mecanismos de monitoramento que considerem tanto os impactos climáticos quanto os efeitos sobre a sociobiodiversidade.

Nessa direção, o alinhamento entre a taxonomia sustentável brasileira, as exigências europeias em matéria de due diligence ambiental e social e, ainda, os instrumentos de financiamento climático poderá funcionar como filtro concreto para diferenciar projetos que geram valor compartilhado, daqueles que apenas deslocam riscos e custos para populações vulneráveis.

Por fim, é importante reconhecer que o acordo UE-Mercosul chega em um momento em que finanças sustentáveis, regulação climática e expectativas de investidores caminham na mesma direção: grandes obras de infraestrutura sem metas claras de descarbonização, sem indicadores de diversidade e sem transparência na gestão de riscos socioambientais tendem a ficar fora do radar de capital de longo prazo.

No Brasil, o avanço de instrumentos como títulos verdes, créditos ASG, índices de sustentabilidade em bolsa e o próprio processo de construção da Taxonomia Sustentável Brasileira já antecipam essa mudança de patamar, aproximando o País das práticas regulatórias europeias e criando uma linguagem comum para estruturar projetos que unam retorno financeiro, impacto positivo e resiliência.

Em outras palavras, o novo acordo não é um ponto de chegada, mas um convite exigente: cabe ao setor de infraestrutura decidir se permanecerá preso a um modelo antigo, que enxerga sustentabilidade como custo, ou se assumirá o protagonismo de colocar a transição ecológica no centro da estratégia, convertendo o aumento do intercâmbio com a Europa em desenvolvimento econômico sustentável, competitivo e duradouro para o nosso país.

A AMPLIAÇÃO DO FLUXO DE BENS, SERVIÇOS E INVESTIMENTOS ENTRE OS DOIS BLOCOS EXIGIRÁ UMA PROFUNDA MODERNIZAÇÃO DE PORTOS, FERROVIAS, RODOVIAS, HIDROVIAS, AEROPORTOS E CORREDORES LOGÍSTICOS

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 11/02/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - MERCOSUL-UE: PARLAMENTO EUROPEU APROVA SALVAGUARDAS AGRÍCOLAS

O regulamento estabelece que a Comissão Europeia pode suspender temporariamente as preferências tarifárias previstas no acordo comercial

Do Estadão Conteúdo



O Parlamento quer proteger os países europeus quando em relação ao aumento de importações de produtos agrícolas sensíveis

O Parlamento Europeu aprovou nesta terça-feira, 10, o regulamento interno de salvaguardas agrícolas no âmbito do acordo entre Mercosul e União Europeia (UE). O novo regulamento, que já havia sido aprovado pela Comissão Europeia e foi acordado entre os países membros da UE, foi aprovado por 483 votos favoráveis, 102 votos contrários e 67 abstenções, segundo informações do próprio Parlamento.

Na nota, o Parlamento informou que o regulamento prevê “garantias adicionais para produtos agrícolas sensíveis, como carne bovina e aves, limites rigorosos para acionar as salvaguardas e evitar danos ao setor agrícola europeu após a liberalização do comércio com os países do Mercosul”.

O regulamento agora será encaminhado para aprovação do Conselho Europeu, publicado no Jornal Oficial da UE e será aplicável assim que o Acordo Comercial Interino com o Mercosul (Ita) entrar em vigor.

O regulamento das salvaguardas agrícolas estabelece que a Comissão Europeia pode suspender temporariamente as preferências tarifárias previstas no acordo comercial com o Mercosul sobre as importações agrícolas da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, caso “um aumento repentino dessas importações prejudique os produtores europeus”.

Pelas regras, a Comissão Europeia deve monitorar o mercado e apresentar relatórios semestrais ao Parlamento Europeu, no qual avalia o impacto das importações dos produtos agrícolas considerados sensíveis.

A comissão poderá abrir investigação sobre a necessidade de medidas de proteção quando as importações de produtos agrícolas sensíveis, incluindo aves, carne bovina, ovos, frutas cítricas e açúcar, aumentarem 5% em média ao longo de três anos e se, simultaneamente, os preços de importação forem 5% inferiores ao preço interno.

A investigação poderá ser solicitada por um dos países membros do bloco, por entidades ou associações que representam o setor.

O Parlamento informou ainda que as cláusulas de salvaguarda bilaterais farão parte tanto do Acordo de Parceria UE-Mercosul (Empa) como do Acordo Comercial Interino UE-Mercosul (Ita).

Os dois instrumentos precisam de ser ratificados pelo Parlamento Europeu, o qual solicitou o parecer do Tribunal de Justiça da União Europeia sobre a compatibilidade dos acordos com os tratados da UE.

A Comissão Europeia, entretanto, pode optar pela aplicação provisória do acordo assim que pelo menos um país do Mercosul tiver concluído a sua ratificação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - MACRON AFIRMA QUE TRATADO INTERNACIONAL É RUIM E MAL NEGOCIADO

Do Estadão Conteúdo

O presidente da França, Emmanuel Macron, disse que o acordo da União Europeia (UE) com o Mercosul é ruim e considera o “mandato desatualizado” como um problema, apesar da boa estratégia ser um sinal geopolítico do pacto. A declaração do líder francês foi dada em entrevista para o El País.

“Defendo acordos justos e, portanto, acordos que incluam salvaguardas e respeitem o clima enquanto alcançam o que queremos para a economia. É um acordo desatualizado e mal negociado”, criticou. O presidente francês foi um dos líderes mais vocais contra o acordo e informou pessoalmente à presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, que o país votaria contra o pacto comercial entre os blocos.

Ainda na questão comercial, Macron disse que a União Europeia (UE) não pode “relaxar” sobre possíveis novas ameaças de aumento tarifário, sem mencionar explicitamente os EUA, levando em consideração o “estado de instabilidade permanente”.

Para ele, diante da possibilidade de crises, instabilidade e imprevisibilidade, o ideal é reduzir os riscos e a dependência, bem como tomar decisões pelos próprios europeus, ao invés de esperar pela próxima crise. Macron disse ter uma abordagem profissional com Donald Trump.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - DEPUTADO PEDE VISTA E ACORDO SÓ SERÁ VOTADO APÓS O CARNAVAL

Do Estadão Conteúdo

A votação do acordo do Mercosul e da União Europeia na comissão composta por deputados e senadores que representam o Brasil no Parlamento do Mercosul (Parlasul) somente será realizada na semana seguinte ao Carnaval, em sessão prevista para o dia 24 de fevereiro, às 10 horas, em razão de pedido de vista.

O acordo começou a ser analisado nesta terça-feira, 10, pela comissão, depois de o relator, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), ter divulgado parecer favorável ao texto na segunda-feira. A sessão ainda nem tinha terminado, mas o deputado Renildo Calheiros (PCdoB - PE) já havia pedido vista.

O tempo maior para análise foi deferido, conforme o regimento da comissão. Com isso, a votação ficou prevista para a próxima sessão, que só ocorrerá daqui duas semanas, devido ao feriado de Carnaval.

Ao solicitar a vista, Renildo Calheiros disse considerar o acordo importante, mas afirmou não entender “a pressa” com a qual a matéria está sendo tratada. “Na Europa, isso ainda está judicializado”, pontuou.

O deputado ressaltou a importância da participação de todos. “Não devemos retirar de nós mesmos o tempo suficiente para debatermos o assunto, que deve ser debatido com a sociedade brasileira”, argumentou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

FINANÇAS - FGC APROVA PLANO PARA COBRIR ROMBO DO MASTER

O objetivo é garantir que, até o final do primeiro trimestre deste ano, o Fundo já tenha caixa líquido compatível com o risco do sistema

Estadão Conteúdo



O plano emergencial aprovado visa cobrir o rombo estimado em R\$ 55 bilhões gerado pela liquidação do Banco Master

O conselho do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) aprovou um plano emergencial para cobrir o rombo estimado em R\$ 55 bilhões gerado pela liquidação do Banco Master. A informação foi revelada pelo jornal Valor Econômico e confirmada pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.



O objetivo é garantir que, até o final do primeiro trimestre deste ano, o FGC já tenha caixa líquido compatível com o risco do sistema, segundo uma pessoa a par das discussões.

Para isso, os bancos planejam adiantar imediatamente o equivalente a cinco anos de contribuições futuras ao fundo, dividido em três parcelas mensais. Em 2027, haveria mais uma antecipação de 12 meses de repasses e, em 2028, outros 12 meses, o que levaria a um total de sete anos de contribuições adiantadas.

Além do adiantamento, o esquema prevê um aumento extraordinário de 30% a 60% no valor pago mensalmente pelas instituições ao FGC por pelo menos 60 meses, segundo essa pessoa, que falou sob condição de anonimato.

Pelas regras atuais, as instituições associadas contribuem mensalmente com 0,01% do total de seus instrumentos financeiros garantidos. No caso dos Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE), a alíquota mensal é de 0,02% para emissões com alienação de recebíveis e de 0,03% para o estoque sem alienação.

Em outra frente, uma ala do setor financeiro defende uma proposta para destinar recursos do compulsório de depósitos à vista para ajudar na reconstrução de liquidez do FGC. Essa hipótese, porém, depende de uma autorização do Banco Central, que ainda não se manifestou.

Em nota, o FGC afirmou não comentar sobre as alternativas avaliadas internamente e se limitou a dizer que discute a recomposição da liquidez com instituições associadas e o BC. “As discussões estão em andamento e uma deliberação deverá ocorrer no curto prazo”, declarou.

Até a última sexta-feira, o FGC já havia desembolsado R\$ 36 bilhões dos pouco mais de R\$ 40 bilhões que serão pagos a credores do Master.

Will Bank

O fundo ainda não deu início ao processo de reembolso dos investidores do Will Bank, que fazia parte do Master, mas teve a liquidação imposta apenas em janeiro. A estimativa é de que, neste caso, serão mobilizados R\$ 6,3 bilhões em garantias. O restante do rombo deixado pelo Master se refere a linhas de empréstimos dado pelo FGC aos integrantes do conglomerado.

Os bancos consideram a recomposição uma etapa indispensável antes de abrir as discussões sobre uma reforma nas normas do FGC. A avaliação é que os desdobramentos do caso Master reforçaram a importância de fortalecer a credibilidade do fundo, instrumento vital para assegurar a viabilidade de instituições de médio porte.

Nos últimos três anos antes da liquidação, o FGC já havia enviado ao BC pelo menos 30 alertas sobre práticas questionáveis do Master, segundo apurou o Broadcast. Neste cenário, as conversas sobre alterações nas normas estatutárias do fundo já vinham se desenhando de maneira informal nos bastidores desde aquela época, mas o debate formal deve ficar para depois do primeiro trimestre, quando a questão da recomposição já estiver encaminhada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

FINANÇAS - INSPEÇÃO NO BC JÁ FOI FEITA E SERÁ ENVIADA A RELATOR, DIZ PRESIDENTE DO TCU

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo Filho, informou que a área técnica já concluiu a inspeção no Banco Central sobre o caso Master, com o processo sendo remetido ao relator no dia 12 deste mês. A relatoria é do ministro Jhonatan de Jesus. A matéria será discutida em plenário após o despacho do relator.

Vital do Rêgo Filho participou nesta terça-feira, 10, do CEO Conference, evento do BTG Pactual.

Ele voltou a comentar que a Corte de Contas não tem poder para eventual reversão da liquidação do Banco Master. Há, contudo, competência do Tribunal para a fiscalização da legalidade processual e da atuação do Banco Central na questão.

Em um cenário hipotético, um erro ou dano poderia ser identificado. Nesse caso, o TCU adotaria as medidas cabíveis com fiscalizador de segunda ordem, ou seja, a fiscalização sobre a atuação das agências reguladoras e órgãos supervisores, em vez da regulação direta do mercado.

Em novembro de 2025, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master. A autarquia mencionou a grave crise de liquidez e o comprometimento significativo da situação econômico-financeira do banco, dentre outros achados.

No TCU, o caso entrou na pauta em dezembro passado, quando o ministro Jhonatan de Jesus deu 72 horas para a autarquia justificar o que chamou de “medida extrema”.

O caso evoluiu para uma inspeção sobre a legalidade na atuação do BC. Para Vital do Rêgo, o Tribunal foi “injustamente atacado” na repercussão sobre essa matéria.

A movimentação do tema provocou críticas sobre atuação do TCU no caso, com questionamentos sobre os limites da Corte de Contas no processo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

FINANÇAS - IBOVESPA FAZ PAUSA E TEM LEVE BAIXA DE 0,17%

Entre a mínima e a máxima nesta terça-feira, o índice oscilou dos 185.083,14 até os 186.959,29 pontos

Por Estadão Conteúdo



Na semana, o índice da B3 avança 1,63% e, no mês, registra ganho de 2,52%. No ano, sobe 15,39%

Após fechar no dia anterior pela primeira vez na casa de 186 mil pontos, o Ibovespa parecia endereçado a uma pausa nesta terça-feira, 10. Mas, com a virada ao positivo ensaiada por Vale e Petrobras na hora final da sessão, o índice ficou

perto de obter o 11º recorde de fechamento do ano.

Nas três sessões anteriores, o índice havia subido após a correção do último dia 4 (-2,14%) quando registrou a sua maior perda desde 16 de dezembro. Nesta terça, contudo, mostrou hesitação ao tentar estender a série positiva pela quarta sessão, encerrando um pouco abaixo da estabilidade, em retração de 0,17%, aos 185.929,33 pontos, com giro a R\$ 28,2 bilhões, semelhante ao de segunda.

Na semana, o índice da B3 avança 1,63% e, no mês, registra ganho de 2,52%. No ano, sobe 15,39%. Entre a mínima e a máxima do dia, oscilou dos 185.083,14 até os 186.959,29 pontos, tendo saído de abertura aos 186.241,15 pontos. Na ponta ganhadora do Ibovespa na sessão, Braskem (+8,27%), MRV (+4,18%) e Rumo (+2,78%). No lado oposto, Eneva (-9,66%), Raízen (-8,33%) e CSN (-4,67%).

“Mercado hoje à espera de dados do payroll de amanhã (quarta-feira, 11), que serão acompanhados com lupa pelos investidores. Dia de pouca variação porcentual com players sem tomar direção e em compasso de espera em relação aos dados que saem amanhã”, resume Alison Correia, analista e co-fundador da Dom Investimentos.



Até o início da tarde, o índice sustentava a linha dos 186 mil pontos, buscando novo fechamento em nível recorde, em leve alta na sessão. Mas perdeu força no meio da etapa vespertina, com relativo enfraquecimento do setor financeiro, que carregava o Ibovespa desde mais cedo ante o desempenho então negativo, em bloco, do setor de commodities.

Ao fim, Itaú PN, principal papel do segmento, que chegou a oscilar para o negativo, mostrava alta muito moderada a 0,23%. Santander Unit registrava avanço de 1,53% no fechamento da sessão. Mais cedo, papéis do setor subiam até 2%, em Banco do Brasil ON, que podou o avanço e finalizou em baixa de 0,08%. Bradesco PN subiu 0,05% no fechamento, com a ON também em alta, de 0,39%.

Destaque negativo

Além de CSN, destaque negativo no setor metálico para CSN Mineração, em baixa de 4,01% no encerramento. Vale ON, que chegou a esboçar reação, fechou em baixa de 0,30%, enquanto Petrobras subiu 0,50% na ON e 0,08% na PN.

“Correções fazem parte e desde o fim de janeiro tem havido uma consolidação na faixa de 180 a 185 mil pontos. Ontem, superou isso 185 mil, mas sem convicção. Há heterogeneidade nos Estados Unidos, com o Dow Jones em máxima histórica, mas ainda existe alguma desconfiança sobre o setor de tecnologia nessa digestão de resultados corporativos, em geral positivos. Ainda há muita preocupação com Capex e os investimentos grandes no setor de IA, e os sinais emitidos pelas empresas em cada guidance”, diz Matheus Spiess, analista da Empiricus Research. No fechamento desta terça-feira, Dow Jones +0,10%, S&P 500 -0,33% e Nasdaq -0,59%.

Na agenda doméstica, ele destaca que a inflação oficial, no IPCA de janeiro, veio comportada, praticamente em linha com o esperado, embora a abertura de alguns dados suscite atenção, ainda que não comprometa a perspectiva de início de ciclo de cortes da Selic em março, provavelmente com um primeiro ajuste de 25 pontos-base, o correspondente a 0,25 ponto percentual.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

FINANÇAS - DÓLAR SOBE, MAS SE MANTÉM ABAIXO DE R\$ 5,20

A divisa americana acumula baixa de 0,97% em fevereiro, após recuo de 4,40% em janeiro

Do Estadão Conteúdo

O dólar apresentou leve alta nesta terça-feira, 10, mas fechou abaixo do nível de R\$ 5,20 pelo segundo pregão consecutivo. Mais uma vez, os negócios no mercado de câmbio local foram ditados pelo ambiente externo, marcado por valorização da moeda americana na comparação com a maioria das divisas emergentes.

Analistas afirmam que o clima de cautela diante da expectativa por dados de inflação e emprego nos EUA nos próximos dias abriu espaço para ajustes finos por parte de investidores. Houve uma pausa no processo global de diversificação de carteiras e de redução de ativos denominados em dólar - movimento que teria sido turbinado ontem pela informação de que a China teria recomendado a bancos do país que reduzam exposição às Treasuries.

Depois de fechar a segunda no menor nível desde 28 de maio de 2024, o dólar à vista encerrou o pregão de terça e em alta de 0,17%, a R\$ 5,1969, com mínima de R\$ 5,1845 e máxima de R\$ 5,2128.

A divisa acumula baixa de 0,97% em relação ao real nos sete primeiros pregões de fevereiro, após recuo de 4,40% em janeiro - a maior desvalorização mensal desde junho de 2025, quando caiu 4,99%. No ano, o dólar recua 5,32%.

“Estamos vendo um movimento de correção no real após a taxa de câmbio ter tocado R\$ 5,17 segunda”, disse o economista-chefe da Análise Econômica, André Galhardo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

JUSTIÇA - BOLSONARO TEM 10 DIAS PARA SE DEFENDER CONTRA PERDA DE PATENTE

O Ministério Público Militar informou que o ex-presidente violou 8 regras éticas básicas da caserna ao organizar golpe contra instituições

Do Estadão Conteúdo



Jair Bolsonaro, capitão da reserva, está preso na Papudinha após ser condenado a 27 anos de prisão na ação penal da trama golpista

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu manter a prisão preventiva do ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, o coronel Marcelo Costa Câmara.

Ele foi condenado pela Primeira Turma da Corte a 21 anos de prisão por participação na tentativa de golpe e no plano que ficou conhecido como "Punhal Verde e Amarelo". Embora a pena já esteja fixada, o coronel

ainda não iniciou o cumprimento da condenação.

Na decisão, assinada em 6 de fevereiro de 2026, o ministro concluiu que persistem os fundamentos que justificam a prisão cautelar. Segundo as investigações, o Plano "Punhal Verde e Amarelo" previa o assassinato de autoridades, entre elas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e o próprio Moraes.

O relator afirmou que as medidas alternativas à prisão, concedidas em maio de 2024, como a proibição de uso de redes sociais e de contato com outros investigados, foram descumpridas pelo réu. Moraes registrou que, enquanto estava em liberdade provisória, Câmara, por meio de seu advogado, tentou acessar informações sigilosas do acordo de colaboração premiada de Mauro Cid, o que, na avaliação do ministro, indicaria risco à instrução criminal e possível obstrução de Justiça.

Na decisão, Moraes sustentou que o coronel apresenta perigo em liberdade e que não surgiu qualquer fato novo capaz de afastar a necessidade da custódia preventiva, razão pela qual manteve a prisão.

Visita íntima

Alexandre de Moraes também determinou nesta segunda-feira (9) que o Exército se manifeste sobre o pedido do general Mário Fernandes para receber visita íntima na prisão. O militar foi condenado a 26 anos e 6 meses de prisão na ação penal do Núcleo 2 da trama golpista ocorrida durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e está preso nas instalações do Comando Militar do Planalto (CMP), em Brasília.

Na decisão, Moraes pediu que o CMP informe se o general preenche os requisitos para receber visita íntima. "Oficie-se ao Comando Militar do Planalto/DF, para que informe sobre o preenchimento, ou não, dos requisitos para visita íntima pretendida por Mário Fernandes", decidiu.

Após receber o parecer do comando, a Procuradoria-Geral da República (PGR) terá prazo de cinco dias para opinar sobre a questão.

O general Mário Fernandes foi acusado de arquitetar um plano para matar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva; o vice-presidente, Geraldo Alckmin, e o ministro Alexandre de Moraes. A pretensão foi encontrada pela Polícia Federal (PF) em um arquivo de word intitulado Punhal Verde e Amarelo.

O general está preso preventivamente desde novembro de 2024. A condenação pela trama golpista ocorreu em dezembro do ano passado. Cabe recurso contra a condenação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

JUSTIÇA - STJ AFASTA MINISTRO MARCO BUZZI, DENUNCIADO POR ASSÉDIO SEXUAL

A decisão ocorreu em uma sessão extraordinária da Corte a portas fechadas. Ministro nega as acusações

Do Estadão Conteúdo



O ministro do STJ é alvo de duas denúncias por assédio sexual. Com o afastamento, ficará impedido de utilizar as prerrogativas do cargo

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por unanimidade, nesta terça-feira, 10, afastar o ministro Marco Buzi. Ele é alvo de duas denúncias por assédio sexual. Os ministros definiram ainda que vão julgar as conclusões da sindicância que apura o caso

no dia 10 de março.

“O afastamento é cautelar, temporário e excepcional. Neste período, o ministro ficará impedido de utilizar seu local de trabalho, veículo oficial e demais prerrogativas inerentes ao exercício da função”, diz a nota do STJ.

A decisão ocorreu em uma sessão extraordinária da Corte a portas fechadas. A defesa do ministro diz que ele não cometeu qualquer ato impróprio e que “a tentativa de julgar e condenar” o magistrado “antes mesmo do início formal de uma investigação” configura um “inaceitável retrocesso civilizacional”.

A decisão, segundo a Corte, foi “em sindicância já instaurada para apuração dos fatos a ele atribuídos”.

A primeira acusação veio à tona na semana passada, quando a família de uma jovem de 18 anos procurou ministros da Corte. Segundo os relatos, a vítima passava férias com os pais e a família do ministro no imóvel dele, localizado em Santa Catarina. O ministro teria tentado agarrar a jovem à força.

Além da sindicância no STJ, o caso está sendo investigado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF).

Nesta semana, o CNJ recebeu nova denúncia, de uma mulher que trabalhou com o ministro relatou fatos similares ao primeiro caso. Os dois processos estão sob sigilo no órgão.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026

INTERNACIONAL - DOCUMENTO INDICA QUE TRUMP SABIA DOS ABUSOS DE EPSTEIN

Ex-chefe de Polícia revelou ao FBI em 2019 que o atual presidente disse ter conhecimento das práticas criminosas desde 2006

Do Estadão Conteúdo



Trump teria ligado diretamente para a polícia local em 2006, quando soube que Epstein estava sendo investigado

Um documento divulgado pelo Departamento de Justiça indica que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, supostamente tinha conhecimento sobre as práticas de Jeffrey Epstein envolvendo abuso sexual de menores pelo menos desde 2006.



Segundo registros de uma entrevista de 2019, concedida ao FBI pelo então chefe de polícia ligado ao Departamento de Palm Beach Michael Reiter, Trump teria dito em uma ligação para ele que “todo mundo sabia” o que Epstein fazia. Reiter foi responsável por uma das primeiras apurações sobre Epstein no início dos anos 2000.

O documento que descreve a entrevista faz parte dos arquivos sobre Epstein divulgados pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Segundo o registro, confirmado por Reiter ao jornal Miami Herald, Trump teria ligado diretamente para a polícia local em 2006, quando soube que Epstein estava sendo investigado. Na conversa, ele teria afirmado: “graças a Deus vocês estão parando ele, todo mundo sabia que ele estava fazendo isso”.

Trump também teria dito que pessoas em Nova York já consideravam Epstein “nojento”, além de apontar Ghislaine Maxwell como a principal operadora do esquema, descrevendo-a como “maligna”.

Procurada pelo Estadão para comentar o teor da entrevista de Reiter ao FBI, a Casa Branca não havia dado uma resposta até a publicação deste texto.

Na entrevista, foi relatado que Trump disse ter expulsado Epstein de seu clube em Mar-a-Lago e contou um episódio em que teria se afastado imediatamente ao perceber a presença de adolescentes próximas a Epstein.

“Trump disse que esteve perto de Epstein uma vez quando adolescentes estavam presentes e que saiu de lá”, disse Reiter segundo o documento. O policial disse que Trump reforçou que o comportamento de Epstein era amplamente conhecido em círculos de elite.

Ainda segundo o relato de Reiter ao FBI, Trump teria sido uma das primeiras pessoas a entrar em contato com a polícia quando a investigação sobre Epstein se tornou conhecida. Ele apontou ainda que a investigação do Departamento de Polícia de Palm Beach sobre Epstein começou após denúncias anônimas e cresceu rapidamente, reunindo depoimentos de vítimas menores de idade e relatos de funcionários e profissionais da aviação sobre a circulação constante de jovens na casa do financista.

Epstein passou a ser investigado em 2005, sendo condenado em 2008 por exploração sexual e facilitação à prostituição de menores. Ele, no entanto, fechou um acordo que incluía 13 meses de prisão e a inserção do seu nome na lista federal de criminosos sexuais. Mais de uma década depois, em 2019, um juiz da Flórida considerou que o acordo de 13 meses era ilegal e Epstein foi preso em julho daquele ano, em Nova York. Um mês depois, ele foi encontrado morto na sua cela.

Ghislaine Maxwell, condenada a 20 anos de prisão por tráfico sexual de menores, se recusou a responder a perguntas de um comitê do Congresso dos Estados Unidos nesta semana, ao exercer seu direito constitucional de não se incriminar.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 11/02/2026

INTERNACIONAL - GRÉCIA BARRA SANÇÕES DA UE E AJUDA ‘FROTA SOMBRA’ DA RÚSSIA, DIZ ANALISTA

Segundo Robin Brooks, desde a invasão russa da Ucrânia, os gregos obstruíram todas as iniciativas do bloco

Estadão Conteúdo

A resistência da União Europeia (UE) em fechar brechas nas sanções contra a Rússia volta a expor divisões internas que enfraquecem o bloco como ator geopolítico. Em análise, o economista Robin Brooks, do Brookings Institute, afirma que a incapacidade de endurecer medidas contra a chamada “frota sombra” de petroleiros russos tem permitido a continuidade das exportações de petróleo de Moscou, fonte crucial de financiamento da guerra na Ucrânia.

Em publicação no X, Brooks foi ainda mais direto ao atribuir responsabilidade à Grécia. Segundo ele, o país “está bloqueando o 20º pacote de sanções da UE” e, desde a invasão russa da Ucrânia, “em todas as ocasiões obstruiu” iniciativas do bloco. “O pior de tudo é que a Grécia ajudou a Rússia a construir a frota sombra”, escreveu, afirmando que essa postura causou “danos imensuráveis ao povo ucraniano”.

Já em um artigo publicado em seu blog, Brooks reconhece que a UE avançou neste ano ao sancionar parte desses navios, mas avalia que o esforço permanece incompleto. “A frota sombra de petroleiros da Rússia continua a operar com impunidade no Báltico”, afirma, acrescentando que as sanções europeias “não têm o mesmo fator de medo” das medidas adotadas pelos Estados Unidos. Para ele, os petroleiros representam o “calcanhar de Aquiles” de Vladimir Putin na guerra, o que torna a hesitação europeia ainda mais custosa do ponto de vista estratégico.

O caso se soma, segundo Brooks, a outras “mensagens contraditórias” enviadas pela UE desde o início do conflito. Ele cita fluxos de reexportação de bens europeus para a Rússia via países como o Quirguistão, práticas que, segundo o economista, só cessaram onde houve clara vontade política.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 11/02/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

PETROBRAS: PRODUÇÃO DE PETRÓLEO SOBE 10,8%, E EXPORTAÇÕES BATEM RECORDE EM 2025

Estatel registrou aumento nas vendas de diesel e gasolina, mas ressalta menor demanda de óleo combustível por indústrias

Por Bruno Rosa — Rio



Funcionária da Petrobras com amostra de petróleo na plataforma P-71, em atuação no pré-sal da Bacia de Santos: empresa vê combustíveis fósseis ainda relevantes por mais 50 anos — Foto: Márcia Foletto

Apesar da queda do preço do barril no mercado internacional, a Petrobras registrou aumento na produção e nas exportações de petróleo em 2025.

A estatal também informou alta nas vendas de gasolina e diesel no ano passado, quando houve avanço nas importações de derivados, em relatório divulgado na noite de hoje.

A produção total da Petrobras subiu 10,8% no ano passado, chegando a 2,990 milhões de barris de óleo equivalente por dia (Mboe). O destaque ficou para a alta no pré-sal, com produção de 2,020 milhões de boe, avanço de 11,4% no ano.

Segundo a Petrobras, a maior produção foi resultado do aumento da capacidade dos FPSOs, do menor volume de perdas com paradas para manutenção na Bacia de Campos, da maior eficiência operacional e da entrada em operação de novas plataformas. Foram 44 novos poços em mar, citou a empresa.

As exportações de petróleo bateram recorde, com 765 mil barris por dia no ano passado, alta de 27,1% em relação ao ano anterior. A China respondeu por 53% das compras de petróleo brasileiro. A

Europa aparece com 13%, a América Latina, com 8%, e os Estados Unidos, com 3%. A Índia somou 12%.

Já as importações de gasolina subiram 18%, assim como as de diesel, com alta de 91,7%. A estatal atribuiu o aumento às paradas de manutenção de suas refinarias, que não têm capacidade de produzir todo o combustível que o país consome.

A Petrobras registrou alta de 1,6% na venda de derivados no mercado brasileiro ano passado. O resultado foi influenciado pelo aumento de 2% na comercialização da gasolina e do diesel (+5,2%).

Por outro lado, a estatal registrou queda de 28,6% na venda de óleo combustível, em um movimento impulsionado pela migração do consumo da indústria nas regiões Norte e Nordeste para o gás natural.

A Petrobras lembrou que as vendas de querosene de aviação tiveram alta de 6,4%, no melhor resultado em seis anos. A estatal destacou ainda que realizou as primeiras entregas de QAV sustentável (chamado de SAF) no Aeroporto do Galeão.

“O volume de 3 mil metros cúbicos abasteceu distribuidoras no Aeroporto Internacional Tom Jobim e equivale a cerca de um dia de consumo dos aeroportos do Rio de Janeiro”, informou a empresa.

— Mesmo em um cenário de preços mais baixos, entregamos recordes de produção, superamos nossos guidances (previsões) e reforçamos a resiliência da E&P (exploração e produção). Esse desempenho foi acompanhado por uma adição significativa de reservas provadas em 2025 — afirma Sylvia Anjos, diretora de Exploração e Produção da estatal.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 11/02/2026

PESQUISA GENIAL/QUAEST APONTA REDUÇÃO DE VANTAGEM DE LULA PARA FLÁVIO BOLSONARO NA ELEIÇÃO DE 2026

Distância entre atual presidente e senador do PL, que era de dez pontos em dezembro, agora cai pela metade em um eventual segundo turno

Por Bernardo Mello — Rio de Janeiro



O presidente Lula (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL): pesquisa Genial/Quaest mostra redução da distância entre eles nas intenções de voto para 2026 — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo

Pesquisa Genial/Quaest divulgada na tarde desta quarta-feira aponta que a distância entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL) diminuiu no início deste ano, em comparação ao fim de 2025.

Em um eventual segundo turno na disputa presidencial de 2026, Lula aparece agora com 43% das intenções de voto, contra 38% do senador do PL, uma diferença de cinco pontos. Em dezembro, a vantagem do petista era de dez pontos (46% a 36%). Lula e Flávio também encabeçam o ranking de rejeição.

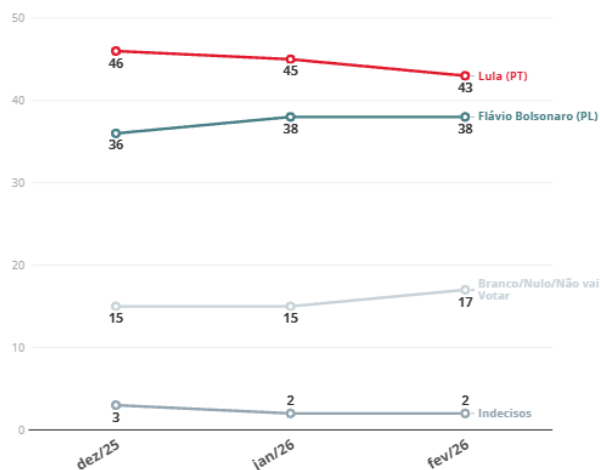
O levantamento sugere que Flávio é, por ora, o candidato mais competitivo de oposição a Lula. Em simulações de primeiro turno, testando diferentes candidaturas, o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) cresceu três pontos em um cenário que envolve o próprio Lula e o governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD).

Intenções de voto para presidente (2º turno, estimulado)

Selecione o cenário abaixo:

(Em %)

Cenário 1 ▾



FONTE: Pesquisa Genial/Quaest realizada com 2.004 eleitores entre os dias 5 e 9 de fevereiro. A margem de erro é de 2 p.p. O levantamento está registrado na Justiça Eleitoral sob o protocolo BR-00249/2026

aproximadamente dez pontos de vantagem.

Já o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD), é o que menos pontua entre os governadores de oposição a Lula: faz 28% em um hipotético segundo turno, contra 42% do petista.

Cenários de 1º turno

Nas simulações do primeiro turno da disputa presidencial, Ratinho Jr. tem desempenho ligeiramente superior ao dos demais governadores nos cenários em que seu nome é testado. O governador do Paraná é um dos três pré-candidatos do PSD, que também tem o gaúcho Eduardo Leite e ainda filiou recentemente o goiano Ronaldo Caiado.

A aglutinação de candidaturas no PSD foi interpretada como uma tentativa de consolidar um bloco que não se alinhe nem ao PT, nem ao bolsonarismo na eleição presidencial. Por ora, de acordo com a Genial/Quaest, o melhor desempenho deste bloco aparece com o próprio Ratinho Jr., que marca 8% das intenções de voto em um cenário no qual, além de Lula e Flávio Bolsonaro, enfrenta o mineiro Romeu Zema (Novo) no primeiro turno.

Nesta hipótese, Lula, aparece com 35% das intenções de voto, segundo a Quaest, e Flávio marca 29%. Zema, por sua vez, aparece com 4%.

O desempenho de Ratinho Jr. oscila para 7% em outro cenário, sem Zema, enquanto Lula vai a 37% e Flávio marca 31%. Os dados sugerem que a pulverização de candidaturas, com a entrada do governador mineiro neste caso, consegue tomar votos tanto do atual presidente, quanto do senador do PL.

Nos quatro cenários de primeiro turno em que seu nome foi testado pela pesquisa, Zema aparece com os mesmos 4% das intenções de voto. Segundo o levantamento, o mineiro pontua melhor entre eleitores classificados como "direita não bolsonarista".

Caiado e Eduardo Leite também atingem picos de 4% quando são testados contra Lula e Flávio Bolsonaro, em cenários sem os demais governadores. O governador de Goiás se sai melhor no grupo de eleitores das regiões Centro-Oeste e Norte, enquanto o gaúcho cresce na região Sul.

A pesquisa testou ainda os nomes de Renan Santos (Missão) e de Aldo Rebelo (DC). Ambos oscilam entre 1% e 2% em diferentes simulações de primeiro turno.

Nesse cenário, Flávio sai de 28% de intenções de voto no primeiro turno, conforme o percentual medido pela Quaest em janeiro, para 31% na pesquisa de fevereiro. Lula fica estabilizado com 37%, enquanto o apoio a Ratinho Jr. caiu de 11% para 7%.

Nas simulações de segundo turno em que Lula enfrenta diferentes candidatos da oposição, Flávio é que o obtém a pontuação mais alta contra o atual presidente. Ratinho Jr., que é o segundo mais competitivo em um embate direto com Lula, viu a distância para o petista oscilar um ponto para cima nesta pesquisa.

Os governadores de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD), e de Minas, Romeu Zema (Novo), marcam 32% cada em hipotéticas disputas de segundo turno contra Lula. Em ambos os casos, o atual presidente aparece com

A pesquisa Genial/Quaest entrevistou 2.004 eleitores entre os dias 5 e 9 de fevereiro. A margem de erro é de dois pontos percentuais. O levantamento está registrado na Justiça Eleitoral sob o protocolo BR-00249/2026.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 11/02/2026

DESCONFIANÇA GLOBAL, AÇÃO DA CHINA, FLUXO DE CAPITAL PARA O BRASIL: O QUE EXPLICA A QUEDA DO DÓLAR?

Tesouro Nacional capta US\$ 4,5 bi na 1ª emissão externa do ano. Moeda americana cai para R\$ 5,18
Por Bruna Lessa e Paulo Renato Nepomuceno, O Globo — Brasília e Rio



Dólar perde valor no mundo em meio às incertezas da era Trump — Foto: Pixabay

O dólar tem perdido força globalmente devido a riscos e incertezas associados à gestão de Donald Trump, e ontem voltou a recuar em relação às principais divisas como reflexo da notícia de que o governo chinês orientou os bancos do país a reduzirem a exposição a títulos do Tesouro americano.

No Brasil, a moeda caiu ontem para R\$ 5,18, a menor cotação em quase 21 meses. O contexto internacional só intensificou o fluxo de capitais que o Brasil vem recebendo em meio à busca de ativos em mercados emergentes dos investidores estrangeiros, o que tem colaborado para o fortalecimento do real frente ao dólar.

O apetite do investidor internacional voltou a impulsionar as ações, e o Ibovespa subiu 1,8% ontem, aos 186.241 pontos, o décimo recorde no ano.

Também ontem, mais cedo, o Tesouro Nacional anunciou que captou o total de US\$ 4,5 bilhões na primeira emissão do ano de títulos brasileiros no mercado externo. O sucesso da operação do governo serve de parâmetro para que empresas privadas brasileiras também busquem dólares no exterior, num momento em que o país já está atraindo capitais por causa de uma mudança do fluxo global de investimentos dos Estados Unidos para outros países.

A operação do Tesouro Nacional envolveu um título com prazo de 10 anos, com vencimento em 2036, e a reabertura de um papel de longo prazo já existente, com vencimento em 2056. No título mais curto, o Tesouro captou US\$ 3,5 bilhões com taxa de 6,4% ao ano. No mais longo, levantou US\$ 1 bilhão com taxa de juros de 7,3%. As taxas ficaram abaixo dos valores indicados inicialmente, de 6,7% e 7,6%, respectivamente. A demanda chegou a US\$ 12 bilhões.

Rotação de carteiras

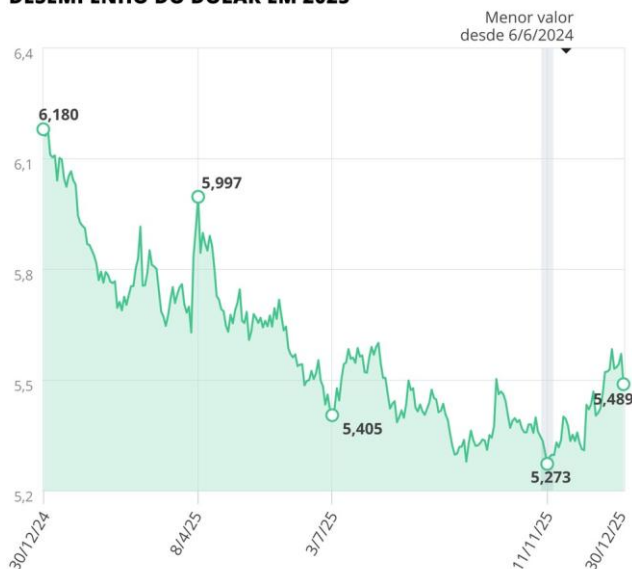
A operação do Tesouro ocorre no momento em que investidores globais estão fazendo uma “rotação de carteiras”, diversificando seus recursos e destinando dólares antes voltados ao mercado americano a outros países, e o Brasil tem se destacado, até por ter taxas de juros elevadas.

Como operações deste tipo feitas pelo Tesouro costumam facilitar as captações no exterior de empresas privadas brasileiras, o fluxo cambial para o país tende a crescer ainda mais.

O apetite do investidor internacional por ações de companhias brasileiras na B3 é um fator que tem contribuído com a queda do dólar. No ano, até a última quinta-feira, os estrangeiros já aportaram R\$ 29,2 bilhões na Bolsa paulista. O valor supera em quase 15% tudo o que os estrangeiros aplicaram aqui em 2025, de R\$ 25,5 bilhões.

— Aqui está indo melhor do que o mercado lá fora por conta da rotação de investidores saindo de tecnologia e até de criptomoedas. As big techs nos EUA estão anunciando investimentos ainda maiores, e já eram caros. Há um maior sentimento de que pode dar errado. E isso tem contribuído com o fluxo vindo para cá — avalia Fernando Siqueira, chefe de pesquisa da Eleven Research, sobre os renovados recordes do Ibovespa.

DESEMPENHO DO DÓLAR EM 2025



Desempenho dólar — Foto: Criação O Globo

China abala moeda americana

Num dos lances que mais mexeram com os mercados ontem, as autoridades regulatórias chinesas aconselharam os bancos do país a reduzirem posições em títulos do Tesouro dos EUA (Treasuries), citando preocupações com riscos de concentração e volatilidade do mercado.

As instituições financeiras chinesas devem limitar a compra de títulos do governo americano, e as que têm alta exposição devem diminuir suas posições. A medida chinesa fez o dólar cair ontem quase 1% em relação às principais divisas, como euro, libra e iene. A orientação, no entanto, não se aplica às reservas internacionais do governo chinês em Treasuries.

Bancos chineses detinham cerca de US\$ 300 bilhões em títulos em dólar até setembro do ano passado, mas não se sabe quanto era em Treasuries.

A recomendação aos bancos reflete o temor de que ter grandes volumes de dívida dos EUA possa expor as instituições chinesas. As preocupações ecoam as de governos de vários países, incluindo Índia e Brasil, em meio a um debate crescente sobre o status de porto seguro da dívida americana e a atratividade do dólar.



Banco Central chinês — Foto: Bloomberg

Investidores globais questionam cada vez mais a disciplina fiscal de Washington, o compromisso de Donald Trump com um dólar forte e a continuidade da independência do Fed, o banco central americano. As ameaças à Groenlândia aprofundaram o desconforto.

Porém, mesmo com investidores falando em “desistência silenciosa” de ativos americanos, as participações estrangeiras em Treasuries subiram ao recorde de US\$ 9,4 trilhões em novembro (último dado oficial disponível),

US\$ 500 bilhões acima de um ano antes.

Aumentos nas posições de Noruega, Canadá e Arábia Saudita ajudaram a compensar a queda no total detido pela China, cujas posições totais — estatais e do setor privado — em Treasuries dos EUA vêm diminuindo na última década.

Antes o maior credor dos EUA no mundo, a China foi superada pelo Japão em 2019 e pelo Reino Unido em 2025. O estoque chinês caiu quase à metade desde o pico em 2013, recuando para US\$ 683 bilhões em novembro, o menor desde 2008.

Alguns analistas afirmam que Pequim pode ter transferido parte de suas posições para contas de custódia na Europa. A Bélgica, cujas posições incluem contas de custódia chinesas, viu suas participações em Treasuries quadruplicarem desde o fim de 2017, chegando a US\$ 481 bilhões.

As autoridades chinesas afirmam que a recomendação aos bancos é uma forma de diversificar o risco de mercado, não uma manobra geopolítica ou uma perda fundamental de confiança na capacidade de crédito dos EUA.

Embora ainda existam tensões entre Pequim e Washington, as relações se estabilizaram após uma trégua comercial. A orientação aos bancos foi dada antes da ligação da semana passada entre Trump e Xi Jinping. O presidente dos EUA disse que se reunirá com o líder chinês em abril, em Pequim.

Outros fatores no Brasil

No Brasil, o mercado também avaliou declarações do presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, em evento da Associação Brasileira de Bancos (ABBC). Ele afirmou que o momento é de “calibragem” da taxa de juros e que o BC ainda “não declarou vitória sobre a inflação”.

A perspectiva de flexibilização dos juros também contribui para a toada positiva da Bolsa brasileira. Relatório do Bank of America afirma que as ações brasileiras possuem a maior correlação com a queda da Taxa Selic no curto prazo dentro do universo de países emergentes.



O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo — Foto: Cristiano Mariz / Agência O Globo

A redução na taxa de juros implica menores custos das empresas para financiamentos para crescimento. Também abre espaço para diminuir o custo das dívidas das companhias, aumentando a remuneração para o investidor. Além disso, a queda de juros tende a baratear o crédito à população, fomentando a economia e aumentando o consumo de produtos das empresas listadas.

Para além da flexibilização nos juros, os papéis de empresas brasileiras continuam “baratos”, avalia Aline Cardoso, chefe de estratégia de ações do Santander. “Embora o mercado brasileiro já tenha passado por uma reprecificação significativa em 2026, segue sendo negociado com desconto em relação a vários pares relevantes entre os mercados emergentes, como Índia, Taiwan e México”, ela afirma em nota.

Pico do Ibovespa

Em relatório, o banco americano JPMorgan avalia que a perspectiva segue positiva para a rotação do capital internacional e ingresso nas Bolsas de países emergentes. No texto, o banco prevê que o pico do ano no Ibovespa deve acontecer no fim do primeiro trimestre ou no início do segundo:

“Acreditamos que os fluxos para emergentes podem se manter. Esperamos que o dólar siga em trajetória de enfraquecimento, ao mesmo tempo em que o ciclo de IA dê lugar a um novo boom de commodities, que acaba favorecendo os mercados emergentes e a América Latina”, avalia o JPMorgan. O banco acrescenta que o período eleitoral, na sequência, deverá provocar alguma volatilidade.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 11/02/2026

VOLVO ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 2,5 BILHÕES NO BRASIL; VENDAS DE CAMINHÕES E ÔNIBUS MANTÊM QUEDA

Marca vai desenvolver novos produtos e investir parte dos recursos na fábrica do Paraná
Por O GLOBO — São Paulo



ônibus elétrico em São Paulo com chassi da Volvo — Foto: Divulgação Volvo

A Volvo anunciou nesta quarta-feira um novo ciclo de investimentos de R\$ 2,5 bilhões entre este ano e 2028. Segundo a empresa, trata-se do maior volume investido pela companhia no país desde que começou a fabricar veículos comerciais em Curitiba, no Paraná, em 1979.

Os recursos serão aplicados no desenvolvimento de novos produtos, além de estarem programados aportes na fábrica, expansão de rede de concessionárias e ofertas de novos serviços tanto para o segmento de caminhões quanto de ônibus.

Esse valor se soma ao já anunciado pelas demais montadoras no país, que totaliza R\$ 150 bilhões em novos investimentos até 2030.

Os investimentos no Brasil acontecem num momento em que o mercado de caminhões e ônibus está encolhendo. Segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) as vendas de ônibus recuaram 33,9% e as de caminhões, 31,5% em janeiro deste ano, dando prosseguimento a um movimento de queda iniciado ainda em 2025.

Wilson Lirmann, presidente do Grupo Volvo América Latina, observou que mesmo neste cenário adverso a companhia seguirá investindo.

“Temos uma visão de longo prazo. Independente da conjuntura atual, o Brasil é um mercado estratégico para a Volvo. Por isso, estamos fazendo um novo ciclo de investimentos, desta vez de R\$ 2,5 bilhões, o maior de nossa história no país”, afirmou Lirmann em nota.

O governo federal lançou, no final do ano passado, o Move Brasil, programa de financiamento de caminhões para renovação da frota, que prevê recursos de R\$ 10 bilhões, vindos do BNDES e do Tesouro. Os juros são mais baixos que os do mercado e os efeitos desse programa devem começar a ser sentidos em março, segundo a Anfavea.

Mercado de caminhões deve encolher

A expectativa é que, neste ano, o mercado de caminhões semipesados e pesados encolha entre 5% e 10% para todas as marcas, mantendo a queda registrada também em 2025.

“Os juros altos encarecem o crédito e desestimulam as compras e a renovação das frotas. É um fator crucial que está freando o crescimento das empresas de transporte, inclusive reduzindo a sua competitividade”, afirmou Lirmann.

No ano passado, a Volvo vendeu 20.053 caminhões no Brasil acima de 16 toneladas, o equivalente a 23% de do segmento. Foram 25.665 unidades considerando toda a América Latina. O destaque ficou para a retomada do mercado argentino, onde foram vendidos 1.185 caminhões, um crescimento de 190% sobre o ano anterior. A empresa também iniciou as exportações para o México.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 11/02/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

CASO MASTER: MINISTRO DO TCU RESTRINGE ACESSO DO BC A PROCESSO APÓS PARECER FAVORÁVEL À AUTARQUIA

Jhonatan de Jesus aumentou sigilo sobre documento que analisa conduta do Banco Central no caso; TCU diz que BC terá acesso após 'autorização específica de leitura'

Por Alvaro Gribel

BRASÍLIA - O ministro Jhonatan de Jesus, do Tribunal de Contas da União (TCU), restringiu ainda mais o acesso do Banco Central ao parecer da área técnica do TCU que analisa a atuação do órgão sobre o caso Master.

A informação foi divulgada primeiramente pelo Valor Econômico e confirmada pelo Estadão com interlocutores do Banco Central. Procurada, a assessoria do TCU confirmou que houve a alteração de acesso ao documento, que passou de "sigiloso" para "sigiloso com exigência de autorização específica de leitura". Isso significa que o BC só poderá ler o documento após solicitação e autorização do ministro relator do caso no TCU, Jhonatan de Jesus.

A solicitação de alteração foi feita pela Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal, "com intuito de evitar vazamentos", e deferida pelo ministro relator do caso, com a "ciência" do Banco Central.

"O TCU esclarece que o Banco Central terá acesso a todas as peças processuais sempre que necessário, não havendo qualquer prejuízo ao órgão jurisdicionado", diz a nota do tribunal. Neste momento, porém, o BC está sem acesso ao parecer, apurou a reportagem.



O ministro Jhonatan de Jesus, do TCU Foto: Antonio Leal/TCU

De acordo com pessoas próximas ao BC, o parecer técnico do TCU foi favorável à atuação da autarquia na liquidação do banco, decretada em novembro, sem recomendações para mudanças de conduta do órgão responsável pela fiscalização do sistema financeiro.

O BC já teve acesso ao documento, mas não pôde fazer cópias nem receber o texto em forma física. De acordo com esses interlocutores, a área técnica do TCU teria afirmado que, se o BC não tivesse agido, aí, sim, o tribunal teria de tomar providências.

Isso é exatamente o oposto da tese levantada por Jesus, que suspeitou de que o BC pudesse ter agido precipitadamente ao liquidar o Master em novembro do ano passado.

Com o aumento do sigilo, o BC só terá acesso, segundo o próprio tribunal, após autorização. O Banco Central vê as movimentações de Jesus com estranheza, porque entende que o documento pode jogar luz na atuação do órgão. Representantes do Ministério Público junto ao TCU também relataram ao Estadão que o sigilo foge à regra padrão do tribunal.

Nesta terça-feira, 10, o presidente do TCU, Vital do Rêgo Filho, informou que a área técnica da Corte concluiu a inspeção e que o processo será remetido ao relator na quinta-feira, 12. O caso será discutida em plenário após o despacho do relator.

Os ministros do TCU recebem respaldo da área técnica, em todos os casos, mas têm liberdade e autonomia para julgar cada processo. Por isso, o sigilo imposto por Jesus pode ser uma forma de reduzir as pressões sobre o seu voto.

A atuação do TCU no caso Master gerou polêmica, porque, na visão de muitos especialistas, não cabe a Corte de contas fiscalizar a atuação do BC, que é quem cuida da supervisão do sistema financeiro. A rapidez com que o TCU se envolveu no caso também chamou atenção, assim como as ameaças feitas por Jesus de que poderia decretar alguma medida cautelar que paralisasse o processo e beneficiasse o banqueiro Daniel Vercaro.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/02/2026

TÉCNICOS DO BANCO CENTRAL QUEREM AUMENTAR PROTEÇÃO LEGAL A SERVIDORES APÓS LIQUIDAÇÃO DO MASTER

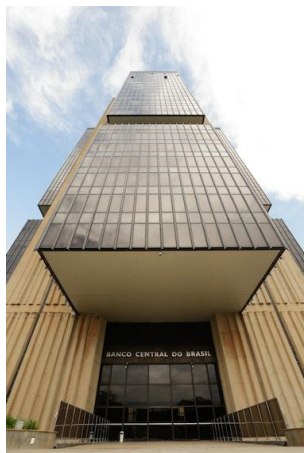
Servidores que atuam em casos polêmicos temem ficar expostos e ser alvo de investidas jurídicas e questionamentos no TCU; BC diz que proteção já existe na lei atual

Por Daniel Weterman

BRASÍLIA — Após a liquidação do Banco Master, integrantes do Banco Central trabalham nos bastidores para aumentar a proteção legal a técnicos da instituição e evitar que servidores sejam alvo de processos por exercerem suas funções.

Segundo apurou o Estadão, técnicos do BC temem que servidores de carreira que atuaram na liquidação do Master — ou em outros casos polêmicos e de grande repercussão — fiquem expostos a investidas jurídicas e processos no Tribunal de Contas da União (TCU).

Procurado, o BC afirmou que a proteção legal já existe na legislação atual. “A PGBC (Procuradoria Geral do Banco Central) tem autorização legal para defender os servidores e dirigentes do BC, tanto em juízo quanto na esfera extrajudicial (incluindo TCU), por atos regularmente praticados no exercício de suas atribuições legais.”



Para os técnicos, no entanto, é preciso avançar na proteção e conceder uma blindagem ainda maior, garantindo na lei que servidores não possam ser processados por exercerem suas funções de fiscalização e supervisão do sistema financeiro. Além disso, eles defendem punições somente em casos de dolo e má-fé — uma blindagem já garantida a políticos em processos por improbidade.

Integrantes do Banco Central trabalham nos bastidores para aprovar uma proteção legal do cargo a técnicos da instituição após a liquidação do Banco Master. Foto: Dida Sampaio/Estadão

Como o Estadão mostrou, faz parte da estratégia do dono do Master, Daniel Vercaro, questionar a liquidação do banco na Justiça, juntar elementos para pedir uma indenização do governo federal e contestar o trabalho do Banco Central no caso.

A avaliação entre técnicos do BC e especialistas de fora da instituição é que, atualmente, a legislação e entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF) garantem que a autoridade monetária e os diretores sejam defendidos e representados pela Procuradoria do Banco Central, mas não há a mesma garantia automática para técnicos e servidores de níveis mais baixos.

Técnicos dependeriam de autorização da Advocacia-Geral da União (AGU) para serem representados pelo poder público se forem processados “no CPF” — ou seja, diretamente como pessoa física. O entendimento é que a defesa técnica no TCU ou na Justiça deve ser feita por um advogado privado para não desvirtuar as funções da advocacia pública.

PEC da autonomia financeira

Uma ideia estudada é discutir a blindagem aos técnicos na regulamentação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que concede autonomia financeira ao BC, se a medida for aprovada. A PEC está no Senado e deve ser pautada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) após o carnaval.

Senadores e governo costuraram um acordo para pautar a PEC da autonomia mantendo o Banco Central como uma entidade pública, mas com liberdade para definir seu orçamento.

O texto também vai autorizar o BC a conceder empréstimos mediante garantias aos fundos, quando há risco à estabilidade do mercado. Mas, como a Coluna do Estadão mostrou, não vai incluir novas atribuições ao BC na fiscalização de fundos de investimento, como havia sido aventado.

A Associação Nacional dos Auditores do Banco Central do Brasil (ANBCB) divulgou uma nota há duas semanas defendendo medidas para fortalecer a autonomia do BC e a blindagem dos técnicos na esteira do caso Master. "Também é necessário avançar na proteção legal do corpo funcional, em especial nas áreas de fiscalização e supervisão", diz a entidade.

Os auditores temem que os servidores fiquem expostos em processos sensíveis de fiscalização e supervisão de instituições financeiras. "A partir desse cenário, avaliações conclusivas e eventuais responsabilizações devem ocorrer nos foros competentes, com base em fatos apurados, provas documentadas e pleno respeito ao devido processo institucional", afirma a associação.

A preocupação com a exposição do Banco Central aumentou após o ministro Jhonatan de Jesus, do TCU, determinar uma inspeção para investigar o trabalho do BC na liquidação do Master.

Após questionamentos públicos e uma reunião com a diretoria do BC, a inspeção foi transformada em uma diligência mais branda, que já foi concluída e será analisada pelo ministro.

Mesmo com o recuo do TCU, a preocupação sobre os impactos da liquidação do Banco Master permanece no BC. O caso impulsionou a tramitação da PEC da autonomia no Senado.

Defensores da medida acreditam que a crise do Master aumentou as razões para o Banco Central atuar com plena autonomia operacional e financeira garantida na Constituição.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/02/2026

GOVERNO ANUNCIA R\$ 5,7 BI PARA 11 AEROPORTOS ADMINISTRADOS PELA CONCESSIONÁRIA DE CONGONHAS

Ampliação e modernização de aeroportos vão beneficiar 29 milhões de passageiros, segundo o governo; Congonhas concentra maior volume de recursos

Por Elisa Calmon (Broadcast) e Gabriel de Sousa (Broadcast)



fase Foto: Daniel Teixeira/Estadão

SÃO PAULO E BRASÍLIA - O governo federal anunciou nesta quarta-feira, 11, o Plano de Investimentos em Ampliação e Modernização de Aeroportos. A iniciativa prevê R\$ 5,7 bilhões em financiamentos para 11 terminais administrados pela espanhola Aena, incluindo o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

Congonhas concentra o maior volume de recursos do programa, cerca de R\$ 3,8 bilhões na primeira

Do montante total, R\$ 4,64 bilhões terão apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Vinculado ao Novo PAC, o plano contribuirá para alavancar outros investimentos, alcançando R\$ 9,2 bilhões.



A cerimônia de lançamento do plano foi realizada em Brasília e contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Os recursos beneficiarão os seguintes aeroportos:

- Congonhas (SP)
- Campo Grande (MS)
- Ponta Porã (MS)
- Corumbá (MS)
- Santarém (PA)
- Marabá (PA)
- Carajás (PA)
- Altamira (PA)
- Uberlândia (MG)
- Uberaba (MG)
- Montes Claros (MG)

A ampliação e modernização de aeroportos vai beneficiar 29 milhões de passageiros, segundo Mercadante. Com a modernização e a elevação da capacidade operacional, o bloco estará apto a receber mais de 40 milhões de passageiros anuais.

O Aeroporto de Congonhas concentra o maior volume de recursos, cerca de R\$ 3,8 bilhões na primeira fase. O projeto inclui a construção de um novo terminal de passageiros, mais do que dobrando a área atual, de 40 mil m² para 105 mil m². Também estão previstas a ampliação do pátio de aeronaves, o aumento do número de pontes de embarque, de 12 para 19, e a expansão da área comercial, que ultrapassará 20 mil m².

Essa é a maior operação de financiamento para infraestrutura aeroportuária já realizada no Brasil, segundo o diretor-presidente da Aena Brasil, Santiago Yus. "Para além do volume expressivo, esse investimento demonstra confiança no crescimento do País", afirmou durante a cerimônia.

A Aena é responsável pela gestão de 46 aeroportos e dois heliportos na Espanha. A empresa detém também 51% do Aeroporto de Londres-Luton e atua no México (12 aeroportos) e na Jamaica (2). No Brasil, além dos 11 contemplados no plano, administra os terminais de Recife (PE), Maceió (AL), Aracaju (SE), João Pessoa (PB), Juazeiro do Norte (CE) e Campina Grande (PB), que também contaram com o apoio do BNDES, de R\$ 1,04 bilhão.

A oferta pública de emissão de debêntures foi coordenada pelo BNDES em sindicato com o Santander. O apoio financeiro do banco de fomento inclui tanto a subscrição de debêntures, no valor de R\$ 4,24 bilhões, quanto um financiamento via linha Finem, no valor de R\$ 400 milhões.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/02/2026

GOVERNO LIBERA SETORES ESTRATÉGICOS DO PRÉ-SAL PARA MAIOR LEILÃO DO REGIME DE PARTILHA

Segundo os Ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente, manifestação para inclusão de 18 novos blocos foi assinada nesta quarta, 11

Por Gabriela da Cunha (Broadcast)

RIO - O Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) informaram nesta quarta-feira, 11, que foi assinada a manifestação conjunta para inclusão de 18 novos blocos no pré-sal na Oferta Permanente de Partilha (OPP).

A inclusão de áreas profundas e ultraprofundas nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo vai viabilizar o maior leilão da história da modalidade, segundo o governo federal.

A decisão autoriza a inclusão de 18 novos blocos, que se somam aos oito já previstos em edital, viabilizando uma rodada inédita com 26 blocos.



Inclusão de áreas profundas e ultraprofundas em bacias como a de Santos vai viabilizar o maior leilão da história da modalidade. Foto: Fabio Motta/Estadão

A estimativa é de até R\$ 3,2 bilhões em bônus de assinatura, R\$ 1,6 trilhão em arrecadação governamental ao longo do ciclo dos contratos e cerca de R\$ 1,4 trilhão em investimentos.

Em nota, o MME destaca que a decisão com repercussão imediata “amplia significativamente o número de áreas disponíveis para exploração com impacto esperado direto sobre a economia, com geração de receitas públicas, atração de investimentos de longo prazo e fortalecimento da cadeia produtiva de óleo e gás”.

Em uma postagem em rede social, o secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME, Renato Dutra, definiu a decisão como “um dia histórico para o setor energético nacional”.

A Oferta Permanente é, no momento, o principal modelo de licitação de áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil. Há duas modalidades: a Oferta Permanente de Concessão (OPC) e Oferta Permanente de Partilha da Produção (OPP). Em ambos, os ciclos têm início quando uma ou mais empresas inscritas para participar do processo manifestam interesse nos blocos em oferta.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/02/2026

CASO MASTER: MINISTRO DO TCU RESTRINGE ACESSO DO BC A PROCESSO APÓS PARECER FAVORÁVEL À AUTARQUIA

Jhonatan de Jesus aumentou sigilo sobre documento que analisa conduta do Banco Central no caso; TCU diz que BC terá acesso após ‘autorização específica de leitura’

Por Alvaro Gribel

BRASÍLIA - O ministro Jhonatan de Jesus, do Tribunal de Contas da União (TCU), restringiu ainda mais o acesso do Banco Central ao parecer da área técnica do TCU que analisa a atuação do órgão sobre o caso Master.

A informação foi divulgada primeiramente pelo Valor Econômico e confirmada pelo Estadão com interlocutores do Banco Central. Procurada, a assessoria do TCU confirmou que houve a alteração de acesso ao documento, que passou de “sigiloso” para “sigiloso com exigência de autorização específica de leitura”. Isso significa que o BC só poderá ler o documento após solicitação e autorização do ministro relator do caso no TCU, Jhonatan de Jesus.

A solicitação de alteração foi feita pela Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal, “com intuito de evitar vazamentos”, e deferida pelo ministro relator do caso, com a “ciência” do Banco Central.

“O TCU esclarece que o Banco Central terá acesso a todas as peças processuais sempre que necessário, não havendo qualquer prejuízo ao órgão jurisdicionado”, diz a nota do tribunal. Neste momento, porém, o BC está sem acesso ao parecer, apurou a reportagem.



O ministro Jhonatan de Jesus, do TCU Foto: Antonio Leal/TCU

De acordo com pessoas próximas ao BC, o parecer técnico do TCU foi favorável à atuação da autarquia na liquidação do banco, decretada em novembro, sem recomendações para mudanças de conduta do órgão responsável pela fiscalização do sistema financeiro.

O BC já teve acesso ao documento, mas não pôde fazer cópias nem receber o texto em forma física. De acordo com esses interlocutores, a área técnica do TCU teria afirmado que, se o BC não tivesse agido, aí, sim, o tribunal teria de tomar providências.

Isso é exatamente o oposto da tese levantada por Jesus, que suspeitou de que o BC pudesse ter agido precipitadamente ao liquidar o Master em novembro do ano passado.

Com o aumento do sigilo, o BC só terá acesso, segundo o próprio tribunal, após autorização. O Banco Central vê as movimentações de Jesus com estranheza, porque entende que o documento pode jogar luz na atuação do órgão. Representantes do Ministério Público junto ao TCU também relataram ao Estadão que o sigilo foge à regra padrão do tribunal.

Nesta terça-feira, 10, o presidente do TCU, Vital do Rêgo Filho, informou que a área técnica da Corte concluiu a inspeção e que o processo será remetido ao relator na quinta-feira, 12. O caso será discutida em plenário após o despacho do relator.

Os ministros do TCU recebem respaldo da área técnica, em todos os casos, mas têm liberdade e autonomia para julgar cada processo. Por isso, o sigilo imposto por Jesus pode ser uma forma de reduzir as pressões sobre o seu voto.

A atuação do TCU no caso Master gerou polêmica, porque, na visão de muitos especialistas, não cabe a Corte de contas fiscalizar a atuação do BC, que é quem cuida da supervisão do sistema financeiro. A rapidez com que o TCU se envolveu no caso também chamou atenção, assim como as ameaças feitas por Jesus de que poderia decretar alguma medida cautelar que paralisasse o processo e beneficiasse o banqueiro Daniel Vercaro.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 11/02/2026

PRESIDENTE DE FUNDO DO AMAPÁ INVESTIGADO POR APORTE NO MASTER RENUNCIA AO CARGO

Jocildo Lemos é alvo de investigação da Polícia Federal que apura aporte de R\$ 400 milhões da Amapá Previdência em letras financeiras do Master

Por Gustavo Côrtes



BRASÍLIA – O presidente da Amapá Previdência (Amprev), Jocildo Lemos, renunciou ao cargo nesta quarta-feira, 11 após se tornar alvo de investigação da Polícia Federal por aporte de R\$ 400 milhões no Banco Master de Daniel Vercaro.

Jocildo Lemos ao lado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, em festa de carnaval no Amapá em 2025 Foto: @liesapoficial via Instagram

A aplicação se deu por meio da compra de letras financeiras em meados de 2025. Essa aplicação não é segurada pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Agora, os servidores e aposentados do Estado podem ter que assumir os prejuízos.

Conforme revelou o Estadão em novembro do ano passado, Lemos ignorou alertas feitos por integrantes do comitê de investimentos do fundo em relação aos perigos de investir no Master. Atas do colegiado apontam que gestores citaram risco reputacional devido a investigações, que já naquela época apontavam inconsistências no Master.

Lemos foi um dos alvos da Operação Zona Cinzenta, deflagrada na última sexta-feira, 6, para apurar crimes de gestão temerária e fraudulenta na autarquia. Ele foi indicado para o cargo pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que nega influência nos trabalhos da Amprev.

“Seguindo com absoluto compromisso com a instituição, com os segurados e com a verdade dos fatos, apresento meu pedido de exoneração do cargo de Diretor-Presidente da Amprev. Faço isso para que a Justiça atue com total independência e para que fique plenamente comprovado que todos os procedimentos adotados sob minha gestão observaram rigorosamente a legalidade, permitindo a identificação e a responsabilização dos verdadeiros culpados”, disse, em nota.

Com a liquidação do Master pelo Banco Central devido a indícios de fraude de R\$ 12 bilhões e falta de liquidez, a Amprev entrará em longa fila de credores da instituição financeira.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 11/02/2026

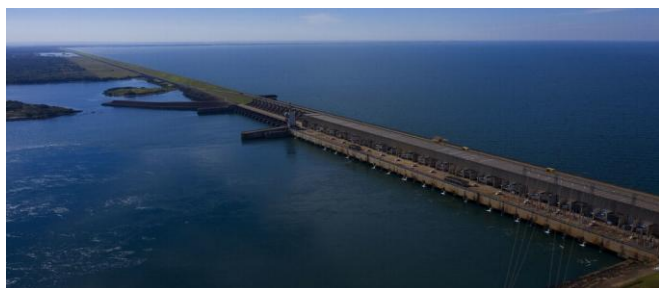


VALOR ECONÔMICO (SP)

GOVERNO MONITORA RESERVATÓRIOS DO SETOR ELÉTRICO, MAS ESPECIALISTAS DIZEM QUE SITUAÇÃO REQUER CAUTELA

Uma redução no volume mínimo de água que passa pelas usinas de Jupiá e Porto Primavera pode provocar elevação no Preço de Liquidação das Diferenças, referência do mercado de curto prazo de energia no Brasil

Por Marlla Sabino, Valor — Brasília



Usina Hidrelétrica Porto Primavera, no Rio Paraná — Foto: Divulgação/CESP

Apesar da melhora na situação dos reservatórios do setor elétrico com as chuvas registradas nas últimas semanas, o governo e órgãos do setor seguem monitorando com atenção o cenário hídrico do país. A avaliação de especialistas ouvidos pelo Valor é de que a situação ainda

requer cautela, sobretudo do ponto de vista da gestão dos reservatórios, mesmo com o país ainda no período chuvoso.

No fim de janeiro, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) indicou melhora nas afluências, ou seja, na quantidade de água que chega aos reservatórios, e nos níveis de armazenamento. O órgão, no entanto, sinalizou que manteria o acompanhamento da evolução do período úmido, com a adoção de medidas operativas para preservar recursos e garantir a segurança do sistema elétrico brasileiro.

Apesar de distante de um cenário de crise, níveis baixos de reservatórios neste momento, quando o país ainda está no período de chuvas, podem resultar em menor disponibilidade de potência hídrica no segundo semestre, durante o período seco. As medidas adotadas pelo Operador buscam justamente



preservar mais água agora, sobretudo para reduzir a necessidade de complementação com usinas termelétricas nos próximos meses, cuja geração é mais cara.

A meteorologista especialista em Clima e Energia da Climatempo, Marcelly Sondermann, explica que o Brasil vem sendo influenciado por um evento de La Niña que, embora tenha sido de fraca intensidade, provocou atraso no início das chuvas. Atualmente, os reservatórios do setor elétrico operam em torno de 51% de armazenamento, patamar bem inferior ao do mesmo período do ano passado, quando estavam próximos de 69%.

“A boa notícia é que fevereiro e março tendem a manter um padrão mais chuvoso quando comparado ao ano passado, o que deve permitir uma recuperação parcial dos reservatórios, especialmente no Sudeste. Ainda assim, essa recuperação deve ser limitada, insuficiente para recompor totalmente os níveis antes da chegada do período seco”, explicou.

Além disso, há outros riscos associados aos níveis dos reservatórios nos próximos meses. Apesar da melhora recente, fatores como a possível formação de um El Niño no final do inverno, temperaturas mais elevadas, que aumentam o consumo de energia, e a aproximação do período seco tendem a pressionar o sistema elétrico ao longo do outono e do inverno.

“Nesse contexto, é esperado um maior acionamento das usinas termelétricas, que possuem custo mais elevado, além de uma tendência de alta nos preços da energia, já a partir de meados do outono, com maior pressão entre agosto e outubro”, explicou a especialista.

O tema deve voltar ao debate hoje, durante reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). Na última reunião, em janeiro, o colegiado reforçou ações preventivas em razão do período chuvoso abaixo do esperado nas principais bacias do país.

À época, o comitê também recomendou a elaboração de um plano de ações para avaliar reduções de vazão mínima na bacia do Paraná. A indicação foi de que, caso as condições hidrológicas piorassem ao longo de fevereiro, novas reduções de vazão poderiam ser avaliadas a partir de março de 2026. A elaboração da análise está em curso, segundo apurou o Valor.

Análise da Ampere Consultoria indica que uma nova redução no volume mínimo de água que passa pelas usinas de Jupiá e Porto Primavera pode provocar elevação no Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), valor de referência do mercado de curto prazo de energia elétrica no Brasil. Para além disso, há risco de impactos ambientais “danosos”, segundo o especialista.

Guilherme Ramalho de Oliveira, sócio-consultor da consultoria, ressalta que uma medida nesse sentido deve ser avaliada ao longo do mês de fevereiro. Segundo ele, caso seja adotada, a decisão deve ocorrer em meados de março, após a piracema, período de reprodução dos peixes, e dependerá de tratativas com os órgãos ambientais. Além disso, eventual redução deverá ser implementada de forma gradual.

“É período úmido ainda, muita coisa pode acontecer e as chuvas podem se distribuir um pouco melhor. O cenário melhorou em relação a janeiro, não está bom, mas está melhor. E essa medida, do ponto de vista ambiental, é bastante restritiva, reduz significativamente a vazão e isso pode ser muito danoso. Pode ser que o quadro reverta e se perceba que não é necessário.”

As condições para os próximos meses, segundo o especialista, podem variar a depender das variáveis climáticas, mas a tendência, em sua avaliação, é de manutenção dos preços pressionados no setor elétrico, ao menos durante o período úmido.

Em relação ao consumidor, ele afirma que os efeitos podem ocorrer tanto nos reajustes das distribuidoras, em razão do aumento do custo da energia e da eventual cobrança de bandeiras tarifárias, a depender da necessidade de despacho de usinas térmicas. Ressalta, contudo, que há variáveis na definição do patamar mensal que, durante o período úmido, costumam contribuir para adoção da bandeira verde, sem cobranças adicionais, como ocorre neste momento.

As condições hidrológicas menos favoráveis levaram a TR Soluções, empresa de tecnologia especializada em tarifas de energia, a revisar a projeção de aumento nas contas de luz. As tarifas residenciais devem registrar alta média de 7,9% em 2026, um acréscimo de 2,5 pontos percentuais em relação às estimativas de janeiro, que indicavam variação média de 5,4%.

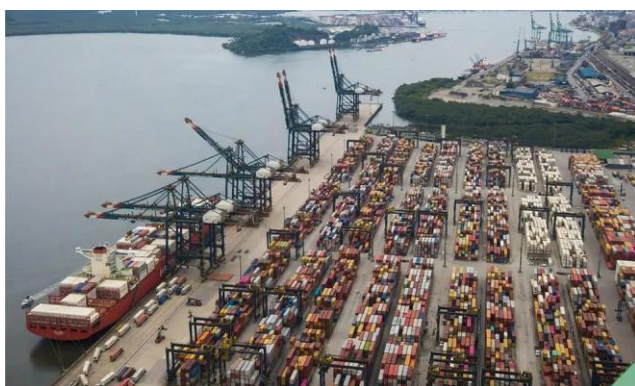
Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 11/02/2026

EXPORTAÇÕES AOS EUA CAEM PELO SEXTO MÊS CONSECUTIVO, AFIRMA AMCHAM BRASIL

Déficit mensal do Brasil na balança bilateral foi ampliado para cerca de US\$ 0,7 bilhão, valor três vezes maior que o registrado em janeiro de 2025

Por Grace Vasconcelos, Valor — São Paulo



— Foto: Divulgação/Porto de Santos

As exportações brasileiras aos Estados Unidos atingiram US\$ 2,4 bilhões em janeiro de 2026, uma queda de 25,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior, segundo o Monitor do Comércio Brasil-EUA, elaborado pela Amcham Brasil. Este é o sexto mês consecutivo em que o indicador apresenta recuo.

As importações brasileiras provenientes dos Estados Unidos também recuaram, 10,9%. Como a queda nas exportações foi mais intensa, o déficit mensal do Brasil na balança bilateral foi ampliado para cerca de US\$ 0,7 bilhão, valor três vezes maior que o registrado em janeiro de 2025.

Segundo a Amcham, a retração nas exportações foi influenciada pela queda nos embarques de óleos brutos de petróleo, que registraram recuo de 39,1% na comparação anual. As barreiras tarifárias impostas pelo governo dos Estados Unidos também pressionam o comércio entre os dois países, com os produtos sujeitos a taxas adicionais registrando queda média de 26,7%.

Os produtos mais impactados no mês foram os semiacabados de ferro ou aço, sucos, elementos químicos inorgânicos e combustíveis derivados de petróleo. No entanto, a entidade avalia que esses itens apresentaram desempenho superior quando direcionados a outros destinos, o que representa uma mudança na dinâmica geográfica das vendas brasileiras.

Apesar disso, a organização aponta que, entre os produtos mais exportados para os Estados Unidos em janeiro, seis registraram desempenho melhor do que as vendas brasileiras ao resto do mundo, incluindo café não torrado, carne bovina, aeronaves, celulose e equipamentos de engenharia.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 11/02/2026

LEILÃO DE MEGATERMINAL DE SANTOS DEVE FICAR PARA MAIO, PREVÊ MINISTRO

Expectativa, segundo Silvio Costa Filho, é que edital seja publicado no início de março

Por Marlla Sabino — De Brasília

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou nesta terça-feira (10) que o leilão do megaterminal de contêineres no Porto de Santos, o Tecon Santos 10, deve acontecer apenas em maio. A expectativa, segundo ele, é que o edital seja apresentado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva após o feriado de Carnaval e publicado no início de março.

“Estamos modelando ainda o edital para, ao lado da Antaq [Agência Nacional de Transportes Aquaviários], apresentar ao presidente Lula no pós-Carnaval e, a partir daí, tomar decisão conjunta para efetivamente fazer o [leilão] do Tecon Santos 10”, disse em evento do BTG Pactual.

Pelos critérios definidos, vencerá o leilão quem apresentar o maior valor de outorga, partindo do piso de R\$ 500 milhões, com concessão pelo prazo de 25 anos. Segundo apurou o Valor, a expectativa na Antaq é que o tema seja julgado pelo colegiado ainda neste mês.

Com o Tecon, o governo estima que a capacidade anual de movimentação do porto chegará a 9 milhões de contêineres. O leilão do é posto pelo governo e pela agência reguladora como uma das rodadas estratégicas para este ano. Desde 2013, quando foi promulgada a nova lei dos portos, nenhum dos 70 certames realizados no segmento foi dedicado a terminais de contêineres.

A previsão para este ano é que sejam realizadas outros três certames no segmento, além do Tecon Santos 10. As rodadas estão previstas nos portos de São Sebastião (SP), Fortaleza e Itajaí (SC).

“O setor privado tem respondido muito bem ao ambiente de negócio criado pelo Estado brasileiro, mas o aumento da produtividade e da eficiência tem limite e é necessário aumentar e fortalecer a capacidade da nossa infraestrutura e da disponibilidade. É fundamental que o Estado crie condições e possa responder ao desafio que o setor privado está demandando. Portos não podem ser gargalo do crescimento do país”, disse o diretor-geral da Antaq, Frederico Dias, durante apresentação.

Também nesta terça-feira, o governo publicou portaria que prevê alterações nos limites da área do porto de Santos. As poligonais dos portos delimitam os limites físicos da área do porto organizado, dentro dos quais a autoridade portuária exerce o poder de gestão. A área é definida pelo Poder Executivo e leva em consideração fatores como acessos marítimos e terrestres, eficiência operacional e instalações existentes.

Ao Valor o secretário Nacional de Portos do Ministério, Alex Avila, explicou que a área do porto foi ampliada em 17,2 milhões de metros quadrados - 4,8 milhões correspondem a áreas terrestres, e 12,4 milhões, a áreas aquáticas.

“Estamos vislumbrando o crescimento do porto a médio e longo prazo, permitindo que ele tenha condições de realizar novas expansões para atender os diversos segmentos de cargas com os quais trabalha”, afirmou.

Neste primeiro ato, o ministério contemplou as discussões já pacificadas. O debate, no entanto, deve se prolongar em relação a áreas pleiteadas pela Autoridade Portuária, consideradas estratégicas do ponto de vista da gestão portuária, que são as Vilas dos Criadores, a Vila de São Vicente e áreas em Cubatão. Esses trechos podem eventualmente ser incluídos em uma segunda alteração da poligonal.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 11/02/2026

JAPÃO LANÇA PROJETOS PARA INSTALAR DATA CENTERS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO MAR

Por Nikkei Asia — Yokohama (Japão)



Plataforma no mar de Yokohama serve de teste para data center flutuante — Foto: Reprodução: Nikkei Asia

Dois projetos de data center na orla de Yokohama estão adotando abordagens inovadoras para equilibrar as crescentes necessidades de processamento de inteligência artificial do Japão com os esforços locais de descarbonização.



No Píer Osanbashi, um porto internacional de passageiros e atração turística, um data center em formato de caixa flutua entre luxuosos navios de cruzeiro.

A estrutura de 25 metros de largura e 80 metros de comprimento abriga um data center, equipamentos de geração de energia solar e baterias de armazenamento. É o local de testes para um data center flutuante offshore alimentado por energia 100% renovável, um projeto conjunto entre a empresa de navegação NYK Line, a empresa de energia renovável Eurus Energy Holdings, a cidade de Yokohama e outras entidades.

A previsão é de que as operações comecem no fim de março, após a instalação dos equipamentos e os preparativos. O projeto testará a estabilidade da operação com energia renovável, o impacto dos danos causados pela maresia e outros critérios.

Com base nos resultados, a NTT Facilities, empresa do grupo Nippon Telegraph and Telephone, projetará um data center de grande porte com o apoio financeiro do MUFG Bank. As empresas têm como meta a comercialização por volta de 2030 de uma instalação completa que obtém eletricidade de energia eólica offshore.

Planos para data centers offshore também surgiram nos Estados Unidos, França, Cingapura e outros países. A NYK é líder nos esforços asiáticos.

Data centers "podem ser transportados bem ao lado da fonte de energia", afirmou o grupo de promoção de inovação da NYK. "O excedente de eletricidade que seria desperdiçado da energia eólica offshore pode ser usado no local, sem sobrecarregar a rede elétrica."

Embora data centers não sejam sua especialidade, a NYK possui amplo conhecimento em gerenciamento e transporte de instalações offshore. O resfriamento do data center também pode ser feito com água do mar, reduzindo custos.

A Jera, maior empresa de energia a combustíveis fósseis do Japão, também planeja um data center em Yokohama, em uma zona industrial costeira, nas instalações de uma de suas duas usinas no Porto de Yokohama.

Jera e Yokohama assinaram um memorando de entendimento em outubro. A empresa afirma estar "em negociações com diversas empresas para selecionar uma operadora".

Os data centers consomem quantidades enormes de eletricidade, sobrecarregando significativamente as redes elétricas e dificultando novas construções em áreas densamente povoadas como Yokohama, a segunda maior cidade do Japão.

Mas um data center localizado em uma usina elétrica praticamente não exigiria linhas de transmissão e ficaria relativamente afastado de áreas residenciais. "Locais com prazos de construção curtos são competitivos", afirmou a empresa.

A demanda por data centers está em plena expansão devido à rápida disseminação da inteligência artificial generativa. O mercado de data centers do Japão deve atingir 5,08 trilhões de ienes (US\$ 32,9 bilhões) em 2028, crescendo mais de 80% em cinco anos, segundo o Ministério de Assuntos Internos e Comunicações.

Embora também existem planos de construção em áreas rurais, a demanda em áreas urbanas é forte. Uma localização urbana permite latência mínima no processamento instantâneo de grandes volumes de informações para aplicações como direção autônoma e serviços financeiros.

Projetos de data centers também estão em andamento na região de Tóquio, incluindo um em Nihonbashi, da empresa imobiliária Hulic, que iniciou suas operações no outono passado. "Em alguns casos, eles são mais lucrativos do que escritórios", disse uma fonte de uma empresa imobiliária.

Embora haja grandes expectativas de que algumas áreas costeiras urbanas do Japão possam ser transformadas em polos de IA, ainda existem desafios, incluindo os esforços locais de descarbonização.

O Porto de Yokohama está trabalhando para se tornar neutro em carbono. Em janeiro, lançou um sistema que oferece a primeira redução na taxa de entrada portuária do Japão para navios que utilizam metanol ou biocombustível.

Se o consumo de eletricidade na região aumentar devido ao crescimento dos data centers, as empresas precisarão trabalhar para reduzir seu impacto ambiental.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 11/02/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

BRASIL, MÉXICO E CHILE SÃO DESTAQUES DA AL EM ÍNDICE QUE AVALIA CENÁRIO LOGÍSTICO GLOBAL



Estudo da Transport Intelligence (TI) e da Agility publicaram colocou Brasil, México e Chile em papel de destaque no cenário logístico global. O Índice de Agilidade dos Mercados Emergentes de 2026, divulgado pelas duas entidades, avaliou a posição relativa de 50 países com base em quatro dimensões: oportunidades domésticas, oportunidades internacionais, fundamentos de negócios e capacidade digital. O objetivo é oferecer um panorama do desempenho atual de cada mercado e seu potencial como plataforma global de fornecimento e destino de investimentos.

A edição de 2026 apresenta movimentações no ranking, com mudanças significativas na posição de diversos países, incluindo Ucrânia, Camboja, Bolívia, Líbano e Paquistão, refletindo variações estruturais. De acordo com o levantamento, a competitividade logística dos mercados emergentes está passando por profunda reconfiguração e não se limita a pequeno grupo de economias.

Diversos países latino-americanos figuram com destaque no ranking, com o México, que tem 5,78 pontos, e o Brasil, com 5,48 pontos, em oitavo e décimo lugares, respectivamente. Em seguida, vêm o Chile, com 5,42 pontos, o Uruguai, com 5,13, e a Colômbia, com 4,86, que também ocupam a parte de cima da tabela, refletindo um desempenho competitivo no cenário logístico emergente. Mais abaixo, estão o Peru, com 4,82 pontos, a Argentina, com 4,75, o Paraguai, com 4,57, o Equador, com 4,56, e a Bolívia, com 3,94, completando a representação regional no estudo.

Para determinar o ranking, a Ti e a Agility usaram variáveis estruturais e cíclicas, com base em dados e projeções de organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Fórum Econômico Mundial. Além disso, neste ano, incorporam uma avaliação ampliada da prontidão digital que inclui a adoção e o investimento em inteligência artificial.

O estudo não apenas identifica os mercados mais bem posicionados, mas também revela vantagens, vulnerabilidades e oportunidades de investimento no contexto de cadeias de suprimentos cada vez mais digitais e exigentes. O Índice de Agilidade dos Mercados Emergentes de 2026 coloca a China em primeiro lugar com pontuação geral de 8,44, seguida pela Índia, com 6,99, e pelos Emirados Árabes Unidos com 6,40. A Arábia Saudita, com 6,25 pontos, e a Malásia, com 6,03, ocupam o quarto e o

quinto lugar, respectivamente. Em seguida, vêm a Indonésia em sexto lugar, com 5,88, o Catar em sétimo, com 5,81, e o México em oitavo, com 5,78, a Tailândia, com 5,58 e o Brasil com 5,48.

Em relação às dimensões específicas avaliadas pelo Índice, destacaram-se na América Latina, em oportunidades nacionais, México, com 5,45 pontos, Brasil, com 5,39, Chile, com 4,90, Argentina, com 4,87, e Uruguai, com 4,84. Em oportunidades internacionais, a lista inclui México, com 6,38 pontos, Brasil, com 5,89, Chile, com 5,08, Colômbia, com 5,00, e Peru, com 4,86.

No parâmetro fundamentos de negócios, o Chile lidera na região, com 6,86 pontos, à frente de Uruguai, com 6,84, México, com 5,83, Peru, com 5,09, e Colômbia, com 4,84. Os chilenos estão na liderança latino-americana também em preparação digital, com 5,84 pontos. Nesse segmento, o Brasil é o segundo no ranking regional, com 5,64, seguido por México, com 5,40, Uruguai, com 5,35, e Paraguai, com 4,88.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/02/2026

SCHOTTEL FORNECERÁ PROPULSORES PARA NAVIO DA AUTORIDADE DE FARÓIS DA ESCÓCIA E IRLANDA

Da Redação Indústria naval 11/02/2026 - 17:08



A fabricante alemã de propulsores marítimos Schottel anunciou, nesta quarta-feira (11), que foi escolhida pelo estaleiro espanhol Gondan para fornecer o sistema de propulsão do barco de apoio Pole Star, que prestará serviços à Lighthouse Board (NLB), autoridade geral de faróis da Escócia e da Irlanda. A embarcação será usada em operações de reparo e manutenção de faróis marítimos, bóias e outros equipamentos ligados a segurança da navegação, e o contrato inclui a manutenção durante toda sua vida útil.

De acordo com a empresa alemã, por causa das características de suas atividades, o navio requer capacidade alta de manobrabilidade apoiada por propulsão e está equipado com dois propulsores dos modelos Schottel RudderPropellers tipo SRP 460 LE e dois TransverseThrusters tipo STT 2, que aumentam a confiabilidade e a segurança durante as operações. Segundo a Schottel, o sistema oferece à embarcação recursos avançados de posicionamento dinâmico mesmo sob condições exigentes.

Além disso, informou a empresa, os propulsores são instalados na variante L-Drive, com integração vertical motor de acionamento elétrico, que elimina a necessidade de uma caixa de engrenagens superior e resulta em mais eficiência mecânica, redução do consumo de combustível e menor vibração e ruído níveis. E, por sua baixa altura de instalação, permite integração compacta com a embarcação.

A Schottel explicou que, para reduzir o ruído e a vibração, os modelos de propulsores STTs apresentam instalação elasticamente bem montada, melhorando significativamente o conforto a bordo. Além disso, é possível fazer a inspeção e a manutenção na sala de propulsores.

Os equipamentos contam ainda com o Schottel LeaCon, sistema de monitoramento de vedação que oferece segurança e proteção contra a contaminação da água do mar por óleo lubrificante. De acordo com o fabricante, o LeaCon monitora a condição da vedação, permitindo a detecção precoce de desgaste operacional e reduzindo o risco de manutenção não programada.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/02/2026

DP WORLD ASSUMIRÁ OPERAÇÃO LOGÍSTICA DE ARMAZÉM DA SUZANO NO ES

Da Redação Portos e logística 11/02/2026 - 15:23



A DP World, empresa do setor de logística, anunciou, nesta quarta-feira (11), que assumirá ainda em fevereiro a gestão de um armazém e operações de abastecimento da Consumer/Tissue em Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo. Segundo a companhia, o contrato será inicialmente de cinco anos e prevê a gestão de instalações destinadas a recebimento e abastecimento de produtos como papel higiênico, guardanapos e toalhas de papel.

O armazém, informado a DP World, é Integrado à fábrica da Suzano, tem área de 4.902 metros quadrados e capacidade de receber até 152 toneladas de cargas e de movimentar 128 toneladas na distribuição dos produtos. Segundo a empresa, a unidade apoia a produção diária de cerca de 19 mil fardos de papel higiênico destinados aos mercados do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais e do Centro-Oeste.

A operação será realizada pela Contract Logistics, segmento da DP World destinado à prestação de serviços a grandes empresas e marcas e, segundo a empresa, faz parte de sua de ampliar sua participação em serviços de distribuição. A companhia já opera desde 2017 no Porto de Santos, em São Paulo, onde mantém um armazém com capacidade para movimentar cinco milhões de toneladas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/02/2026

JUSTIÇA DE SANTOS MANTÉM SUSPENSÃO DE EDITAL PARA CONDOMÍNIO LOGÍSTICO

Por Danilo Oliveira Portos e logística 11/02/2026 - 14:48



Ação foi movida pela Abratec, que também acionou Antaq e MPor para anulação definitiva. APS reiterou regularidade do processo e informou que anexou parecer do ministério aos autos

A Justiça Federal da 3ª Região manteve a suspensão que impede a criação de um condomínio logístico em uma área de 260.000 metros quadrados (m²) no Porto de Santos (SP). A decisão do juiz Diogo Henrique Valarini Belozo, da 1ª vara federal de Santos, ratifica a liminar obtida pela Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec) em dezembro de 2025, que impugnou o certame. O magistrado rejeitou os embargos de declaração interpostos pela Autoridade Portuária de Santos (APS), confirmando a suspensão do edital de licitação lançado em 2025.

Em sua sentença, Belozo pontuou que, em caráter preliminar, uma cláusula do edital foi considerada potencialmente restritiva à competitividade, o que levou à suspensão do certame. "Naquele momento processual, a restrição à competitividade não se mostrava suficientemente justificada à luz dos princípios constitucionais da livre concorrência, da isonomia e do art. 31 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais)", mencionou o juiz.

Nos autos, a APS alegou que a decisão teria sido proferida com base em premissa equivocada, de que apenas um participante teria concorrido no certame. E que haveria contradição, uma vez que parte relevante da fundamentação teria se apoiado em votos vencidos na esfera do Tribunal de Contas da União.

No recurso que pediu a revogação da suspensão da licitação, a autoridade portuária também apontou que a decisão não considerou adequadamente os fundamentos técnicos apresentados pela Antaq e pelo TCU quanto aos riscos de verticalização do setor portuário. O juiz, no entanto, concluiu que o fato

de a decisão dialogar com votos vencidos proferidos na Corte de Contas não configura 'antagonismo lógico interno'.

A Abratec informou que acionou formalmente a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), solicitando a anulação definitiva do edital. O argumento é que as regras contrariam o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos. A associação pede um novo certame adequado ao planejamento portuário, por entender que o edital atual foi lançado sem os devidos estudos de viabilidade técnica e econômica, sem a realização de audiências públicas obrigatórias e sem a validação dos órgãos reguladores competentes.

Para a Abratec, a decisão fundamentou-se na constatação de vícios relevantes no procedimento da APS, ao destinar uma área essencialmente portuária a um uso logístico incompatível com as diretrizes aprovadas em 2020. A entidade afirma que, além do conflito com o PDZ, a ação judicial apontou a subvalorização do ativo.

A associação alega ainda que a única proposta apresentada fixava o arrendamento em apenas R\$ 1,20 por m² ao mês, valor considerado dissociado de parâmetros econômicos adequados para uma área relevante, sobretudo em termos de localização. O presidente-executivo da Abratec, Caio Morel, considera que a continuidade da suspensão evita a ocupação inadequada de um espaço fundamental para a expansão da capacidade de movimentação de contêineres e para a competitividade do sistema portuário.

A associação defende que qualquer ocupação futura da área ocorra por meio de um novo procedimento licitatório que respeite a qualificação de operação portuária e conte com a devida supervisão da Antaq e do MPor. "Agora, a entidade aguarda o posicionamento das autarquias federais para que o edital seja anulado de forma administrativa, assegurando a segurança jurídica e a eficiência logística do maior complexo portuário da América Latina", afirmou a Abratec em nota.

Em outras ocasiões, a APS já havia reiterado a legalidade do processo e que controvérsia está em uma interpretação que não captura a distinção primordial entre áreas portuárias. Procurada, a APS informou à reportagem que trouxe ao processo argumentos adicionais do Ministério de Portos e Aeroportos e que espera a reversão da decisão.

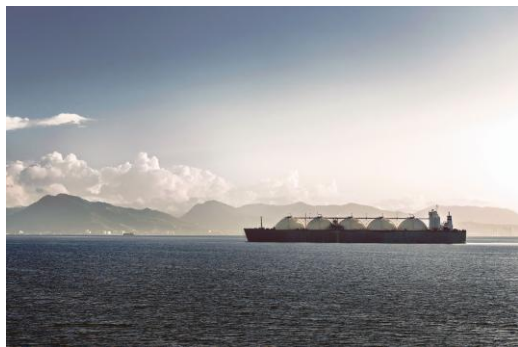
"A Autoridade Portuária de Santos informa que juntou aos autos recente manifestação do MPor, a qual ratifica, em substância, as informações anteriormente prestadas, e confia que será considerada por este juízo quando da cognição exauriente própria do sentenciamento do feito, a ocorrer nos termos do rito do mandado de segurança. O condomínio logístico é essencial para o crescimento do porto e para a logística nacional", manifestou a APS em nota.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 11/02/2026

CONTRATO DO LOTE COM 3 NOVOS GASEIROS DA TRANSPETRO SERÁ FIRMADO COM ESTALEIRO CHINÊS

Por Danilo Oliveira Indústria naval 10/02/2026 - 23:23



Empresa espera assinar 'em breve' encomenda para construção dos navios, com capacidade de 10.000 m³ cada, pelo Zhoushan Dashenzhou Shipbuilding Co.

A Transpetro confirmou que concluiu a etapa de negociação com o estaleiro Zhoushan Dashenzhou Shipbuilding Co., da China, para a construção de três gaseiros do programa de renovação e ampliação de sua frota. A subsidiária da Petrobras informou à Portos e Navios que esse contrato será assinado 'em breve', mas não indicou uma data. A encomenda é referente ao lote A, do segundo edital lançado

no ano passado pela empresa para contratação de um total de oito gaseiros. Esse lote compreende três navios semirrefrigerados, cada um com capacidade de transporte de 10.000 metros cúbicos (m³) de gás liquefeito de petróleo (GLP) e derivados.

A abertura dos envelopes do edital dos gaseiros ocorreu em setembro de 2025. De acordo com a plataforma Petronect, o lote A recebeu cinco propostas. A proposta com menor valor foi do consórcio KIT / estaleiro Asry (Arab Shipbuilding and Repair Yard), do Bahrein, (US\$ 125 milhões). Na sequência, apareceram outras duas de grupos chineses: Zhoushan Dashenzhou Shipbuilding (US\$ 165 milhões) e Dalian Shipbuilding Offshore (US\$ 181,77 milhões).

Para o lote A, a Ecovix apresentou proposta de US\$ 270 milhões e a Fincantieri do Brasil, de US\$ 546,78 milhões. As regras da licitação, no entanto, preveem que os dois lotes não podem ser vencidos pelo mesmo estaleiro ou consórcio. Após a abertura dos envelopes, o rito processual prevê a fase de habilitação, que compreende a entrega de documentos para análise, antes da homologação ser aprovada.

Havia um desejo inicial da Transpetro de que os contratos dos dois lotes fossem assinados juntos no começo do ano, mas até o momento um deles foi contratado. O lote B, que compreende os demais 5 gaseiros, será construído no Estaleiro Rio Grande (RS). O contrato com a Ecovix, proprietária do ERG, foi assinado em janeiro e abrange gaseiros do tipo pressurizado, sendo três embarcações com capacidade de 7.000 m³ e duas de 14.000 m³, destinadas ao transporte de GLP e derivados.

A partir da assinatura do contrato do lote B, começaram as etapas finais para a execução do cronograma de construção das embarcações. A expectativa da Ecovix é de que os trabalhos se iniciem até janeiro de 2027. A empresa estima que a construção dos cinco gaseiros vai gerar até 1.500 empregos no pico da produção em Rio Grande.

Os cinco gaseiros demandarão R\$ 2,2 bilhões de investimentos. O pacote completo, com os oito novos gaseiros, da Transpetro terá tecnologia de ponta embarcada, serão 20% mais eficientes em termos de consumo e vão emitir 30% menos gases de efeito estufa (GEE), de acordo com a Petrobras.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/02/2026

GOVERNO AUTORIZA 17 MILHÕES M² DE AMPLIAÇÃO DA POLIGONAL DE SANTOS, 56% DE AUMENTO DAS ÁREAS TERRESTRES

Da Redação Portos e logística 10/02/2026 - 22:41



O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) autorizou a ampliação em 17,2 milhões de metros quadrados (m²) da poligonal do porto organizado de Santos (SP). De acordo com a Autoridade Portuária de Santos (APS), o aumento inclui áreas terrestres e áreas de fundeio e deposição de resíduos de dragagem, em pleno mar. Em áreas terrestres, que poderão comportar novos terminais e infraestrutura portuária, a área do porto foi de 9,3 milhões de m² para 14,5 milhões de m², o que representa um crescimento de 56%.

A ampliação da Poligonal, com a inclusão de novas áreas na Baixada Santista, foi autorizada por meio de uma portaria publicada no Diário Oficial da União nesta terça-feira (10). “É uma ampliação que permite preparar o porto para as próximas décadas, tendo em vista o aumento da movimentação de cargas. Com isso, será possível atrair novos investimentos, gerar empregos e tornar o Porto mais eficiente, contribuindo para a economia do Brasil”, declarou em nota o presidente da APS, Anderson Pomini.

A APS ressaltou que a ampliação poderá ser ainda maior, já que o ministério ainda avalia algumas áreas sugeridas pela autoridade portuária para inclusão na poligonal. O pedido de ampliação foi solicitado pela APS ao MPor em 2024. A autoridade portuária afirma ter apresentado documentação justificando a necessidade e viabilidade da ampliação. Em 2025, o governo realizou consulta pública e, após análises, o MPor decidiu atender à solicitação de ampliação.

Pomini acrescentou que a ampliação mostra a preocupação com o futuro do Porto de Santos e do Brasil. “Temos que pensar grande. O ritmo da economia do país exige coragem e uma boa dose de ousadia”, declarou o presidente da autoridade portuária santista.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/02/2026

HAPAG-LLOYD REGISTRA RECEITA DE US\$ 21 BILHÕES EM 2025

Da Redação Navegação 10/02/2026 - 19:56



Com base em números preliminares, a Hapag-Lloyd anunciou, nesta terça-feira (10), que o grupo obteve em 2025 receitas de US\$ 21,1 bilhões e que o Ebitda ficou em US\$ 3,6 bilhões e o Ebit, US\$ 1,1 bilhão de dólares. O resultado, informou a empresa, ficou no limite superior da previsão de lucros e abaixo do nível do ano anterior.

Segundo a companhia, o crescimento do comércio e a nova Rede Gemini levaram a aumento de 8% no volume transportado, para 13,5 milhões de TEUs. Ao mesmo tempo, a taxa média de frete durante o ano caiu 8% em

relação ao ano anterior, para US\$ 1.376 por TEUs.

Além disso, os custos mais elevados devido ao reencaminhamento contínuo dos navios através do Cabo da Boa Esperança e às despesas de arranque da Rede Gemini pesaram nos resultados anuais. Por outro lado, de acordo com a empresa, os ganhos relacionados à Gemini começaram a fazer efeito durante o segundo semestre de 2025 e serão realizados plenamente em 2026, enquanto os efeitos não monetários pontuais no quarto trimestre tiveram impacto positivo.

A Hapag-Lloyd anunciou ainda que publicará, no próximo dia 26 de março, seu relatório anual de 2025 com os números financeiros auditados e a perspectiva para o exercício financeiro atual.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/02/2026

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ CAI 31% EM JANEIRO E FECHA EM 2,8 MILHÕES DE SACAS

Da Redação Portos e logística 10/02/2026 - 20:43



A exportação de cafés do Brasil registrou em janeiro de 2026 queda de 30,8% em volume e de 11,7%, na receita na comparação com o mesmo mês de 2025, informou, nesta terça-feira (10), o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé). De acordo com a entidade, foram vendidas ao mercado externo 2,780 milhões de sacas de 60 quilos de todos os tipos do produto, que geraram 1,175 bilhão de dólares, contra 4,016 milhões de sacas no primeiro mês do ano passado.

Em janeiro deste ano, o café arábica, com 2,347 milhões de sacas, representou 84,4% do total embarcado, mas com recuo de 29,1% frente a janeiro de 2025. Em seguida, apareceram o café solúvel, com 249.148 sacas, queda 32% e participação de 9% nas exportações totais, os canéforas (conilon + robusta), com 181.559 sacas, redução de 45,6% e 6,5% do

volume vendido, e o segmento industrial do produto torrado e torrado e moído, com 2.317 sacas, perda de 53,8% e 0,1% de representatividade.

A Alemanha foi o principal destino dos cafés do Brasil no mês passado, com 391.704 sacas e 14,1% do total, mas com queda de 16,1% na comparação com janeiro de 2025. Os Estados Unidos, com 13,9% das importações, compraram 385.841 sacas, menos 46,7%, e ficaram em segundo no ranking, seguidos pela Itália, que importou 285.580 sacas, com alta de 6%, Bélgica, com 180.812 sacas e perda de 12,7%, e o Japão, com 169.357 sacas e redução de 32%.

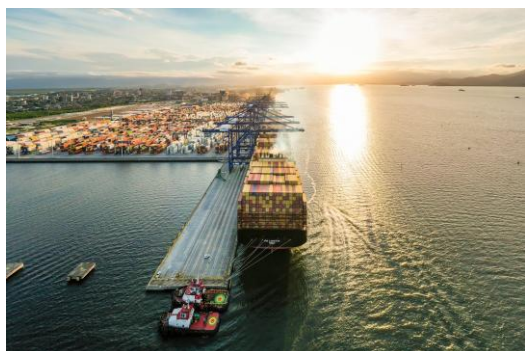
Segundo o Cecafé, os cafés especiais, com qualidade superior e/ou certificados de práticas sustentáveis, responderam por 21,2% das exportações totais brasileiras no mês passado, com a remessa de 588.259 sacas ao exterior, 41,9% abaixo do registrado em janeiro de 2025. Com preço médio de 463,5 dólares por saca, esses produtos geraram receita de 272,7 milhões de dólares, 23,2% do obtido com todos os embarques de café no primeiro mês deste ano, mas 30,6% menor que no mesmo mês do ano passado.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/02/2026

ANTAQ PROJETA MOVIMENTAÇÃO DE 18 MILHÕES DE TEUS EM 2030

Por Nelson Moreira Portos e logística 10/02/2026 - 19:34



Diretor-geral alertou que concretização dos volumes nesse período depende de investimentos em melhorias, além das concessões de novos terminais

O diretor-geral da Agência Nacional de Transporte Aquaviários (Antaq), Frederico Dias, anunciou nesta terça-feira (10), durante a apresentação do Desempenho Aquaviário 2025, que a movimentação de contêineres em terminais brasileiros chegará a 18 milhões de TEUs em 2030. Segundo Dias, essa marca será atingida com a ampliação das concessões de novos terminais e graças à

eficiência e à competitividade dos terminais privados. Ele lembrou que o crescimento da movimentação de contêineres vem aumentando desde 2010, quando era de 6,8 milhões de TEUs por ano, chegando a mais de 15 milhões de TEUs em 2025, com alta de 125% no período.



“Parte fundamental desse movimento diz respeito ao papel crescente dos TUPs na movimentação de contêineres. Em 2010, os TUPs representavam 15% do segmento e, em 2025, cresceram para 35%”, lembrou, durante o balanço das operações portuárias brasileiras no ano passado, na sede da agência, em Brasília (DF). Segundo Dias, para atender ao aumento de demanda prevista será necessário aumentar a capacidade da infraestrutura portuária.

O diretor-geral disse que o setor privado vem respondendo bem às necessidades logísticas, mas ressaltou que o aumento da produtividade tem limites e que cabe ao Estado criar oportunidade para superar os obstáculos que se apresentam. “O setor portuário não pode ser o gargalo do crescimento econômico do país, e eu tenho confiança de que o setor aquaviário tem condições de responder a esse desafio”, assegurou.

Ele anunciou que, em 2026, serão feitos quatro leilões de terminais de contêineres que, no longo prazo, quando os investimentos tiverem sido feitos e eles operarem com plena capacidade, vão representar aumento de 6,5 milhões de TEUs à capacidade de movimentação brasileira. “Os terminais vão ser leiloados, o setor privado vai continuar a responder ao nosso ambiente de negócios com mais eficiência e mais produtividade”, disse.

Segundo Dias, os TUPs têm representado fator fundamental para a aumento da capacidade de movimentação de contêineres no Brasil e citou como exemplos os terminais de Itapoá (SC), da DP World Santos (SP) e de Portonave (SC) que, juntos, movimentaram 3,5 milhões de TEUs em 2025. Ele alertou, no entanto, que, para alcançar as metas necessárias para atender à demanda projetada é preciso investir em melhorias além dos terminais. “Não basta focar da porteira pra dentro. A gente precisa melhorar também os acessos”, afirmou.

Ele lembrou que concessões para melhorias de canais de acesso a portos estão sendo feitos e outros estão previstos, citando o de Paranaguá, que já foi concedido, o do Porto de Itajaí, cujo processo já está sendo analisado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e do Porto de Santos, que está em fase de audiência pública para recolhimento de sugestões. Dias disse, no entanto, que os desafios vão além dos canais portuários e que é preciso melhorar também os acessos terrestres para que as cargas cheguem aos terminais. “Temos também em nossa agenda de estudos uma avaliação dos acessos terrestres”, disse.

O diretor-geral da Antaq ressaltou que nem sempre a Agência tem condições de resolver os problemas nesse segmento, mas que a considera fundamental para articular com outras instituições as soluções para os acessos terrestres quando são necessárias novas obras públicas. “Acredito que seja possível incluir nas condições para leilões de rodovias e ferrovias a duplicação de trechos para atender aos portos”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 10/02/2026

PORTOS BRASILEIROS MOVIMENTARAM 1,4 BILHÃO DE TONELADAS EM 2025, CRESCIMENTO DE 6%

Por Nelson Moreira Portos e logística 10/02/2026 - 17:49



Produto mais movimentado nos portos brasileiros no ano passado foi minério de ferro, com 425,8 milhões de toneladas, das quais 95% destinadas à exportação, sendo a China o principal destino

A movimentação geral de cargas em todos os portos brasileiros atingiu 1,403 bilhão de toneladas em 2025, com crescimento de 6,1% em relação ao volume total registrado em 2024, de 1,32 bilhão de toneladas, anunciou nesta terça-feira (10) a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) ao apresentar o Desempenho

Aquaviário 2025, o balanço das operações portuárias no ano passado. Segundo o diretor-geral da Agência, Frederico Dias, foi a maior marca alcançada na série histórica do Estatístico Aquaviário da entidade, iniciada em 2010. “Não se trata de um bom momento pontual, mas de uma trajetória de crescimento do setor”, disse.



De acordo com os dados divulgados pela Antaq, o Sudeste foi a região do país em que foi registrada a maior movimentação, com 699,8 milhões de toneladas e aumento de 8% em relação ao ano anterior. Já pelos terminais do Nordeste passaram 329,7 milhões de toneladas, mesmo volume do ano passado, enquanto pelos do Sul foram movimentadas 119,7 milhões de toneladas, com alta de 5%, e pelos do Centro-Oeste, 10,6 milhões de toneladas, com elevação de 147%.

O produto mais movimentado nos portos brasileiros no ano passado foi o minério de ferro, com 425,8 milhões de toneladas, das quais 95% foram destinadas à exportação, sendo a China o principal destino, com 72% das vendas brasileiras do produto. Os grãos sólidos somados chegaram a 839,7 milhões de toneladas, com acréscimo de 6,3%, e representaram 59,8% de toda a movimentação portuária do país.

No caso do minério de ferro, o principal terminal de escoamento do produto foi o da Ponta da Madeira, em São Luís, no Maranhã, por onde passaram 172,4 milhões de toneladas, o que representou aumento de 1,9% na comparação com 2024. Em segundo lugar ficou o Porto de Santos, em São Paulo, com 142,8 milhões de toneladas e alta de 3%, seguido do Porto de Tubarão, no Espírito Santo, que movimentou 87,4 milhões de toneladas do produto e apresentou elevação de 12,9%. O maior crescimento nesse segmento, de 20,3%, foi registrado no Porto Açu, em São João da Barra, no estado do Rio de Janeiro, onde o volume chegou a 60,4 milhões de toneladas.

A movimentação de grãos líquidos apareceu em segundo lugar no ranking geral, com 333 milhões de toneladas, aumento de 6,1% e participação de 23,7% no total movimentado no ano. As cargas containerizadas atingiram 164 milhões de toneladas, tiveram alta de 7,2% e representaram 11,7% do momento do ano, sendo um terço para exportação, um terço de importação e um terço na cabotagem, enquanto as cargas gerais soltas fecharam 2025 com 65,8 milhões de toneladas, elevação de 0,8% e 4,7% de tudo que passou pelos portos brasileiros.

Os volumes totais de milho e soja somados chegou a 201,8 milhões de toneladas, com destaque para os portos do Arco Norte, com movimentação de 106,5 milhões de toneladas e acréscimo de 12,5, enquanto no restante do país foram movimentados 93 milhões de toneladas, com alta de 12,3%. Das cargas dos dois cereais que passaram pelos portos da Região Norte, 56,5% foram destinados à exportação.

No portos públicos, segundo a Antaq, houve aumento de 4,5% na movimentação em 2025, chegando a 497 milhões de toneladas, com o Porto de Santos na liderança, com 142,8 milhões de toneladas, 3% a mais que em 2024. Os terminais autorizados movimentaram 906,1 milhões de toneladas, com aumento de 7%.

Na divisão por tipo de navegação, a de longo curso predominou, com 1,01 bilhão de toneladas e alta de 6%. A cabotagem movimentou 303,7 milhões de toneladas, com mais 3,4%, e a navegação interior chegou a 91,3 milhões de toneladas, com crescimento de 19,7%.

O diretor-geral da Antaq anunciou ainda que a estimativa de crescimento da movimentação para 2026 é 2,7%, com o total chegando a 1,44 bilhão de toneladas. Frederico Dias creditou os resultados que vêm sendo obtidos ao avanços alcançados com a Lei dos Portos e a participação da iniciativa privada nas operações portuárias, principalmente na última década, lembrando que nos sete anos mais recentes foram feitos 95 leilões de terminais. “O momento atual é muito atrativo para o setor privado, que encontra no Estado segurança jurídica, estabilidade regulatória, uma carteira de bons projetos e também articulação eficaz”, disse.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 10/02/2026





INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 026/2026
Página 76 de 76
Data: 11/02/2026
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 11/02/2026